

**COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA APARECIDA
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**RIO AZUL - PR
2010**

SUMÁRIO

<u>5.3 REGIME ESCOLAR.....</u>	<u>38</u>
<u>6 MARCO OPERACIONAL.....</u>	<u>44</u>

1 APRESENTAÇÃO

Torna-se importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico representa a possibilidade da relação coletiva para o autoconhecimento e autorreconhecimento da escola e de sua prática atual, sendo este, um instrumento unificador e orientador que norteia todo o processo político pedagógico da escola. Desta forma, podemos inferir que o P.P.P. é o resultado de um processo coletivo de discussão e decisões do colegiado escolar sobre os princípios comuns filosóficos, epistemológicos e didático-metodológicos que orientam as ações pedagógicas, administrativas e comunitárias do estabelecimento de ensino. Visto que o estabelecimento está localizado na área rural do município, apresentando características específicas da escola do campo.

A elaboração do P.P.P. exige esforço coletivo, isso significa enfrentar desafios de mudanças e de transformações e que implica no repensar do fazer da escola no sentido de uma prática transformadora. Neste contexto, convém enfatizar que na construção do Projeto Pedagógico, a autonomia é fator determinante das características peculiares a uma escola, resultando a sua marca, sua identidade.

Pretende-se que, diante das ideias aqui explicitadas, a equipe escolar se sinta desafiada a assumir uma prática crítica, reflexiva e inovadora, constituindo assim, uma via de acesso à plenitude democrática.

2 INTRODUÇÃO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

DENOMINAÇÃO: Colégio Estadual “Nossa Senhora Aparecida” - Ensino Fundamental e Médio

ENDEREÇO: Estrada Principal, s/nº

CEP: 84560-000

TELEFONE: (42) 9112-8382

MUNICÍPIO: Rio Azul

NRE: Irati

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: SEED

ENTIDADE MANTENEDORA: Estado do Paraná

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO: RESOLUÇÃO Nº 45/93 - DOE 28/01/93

RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 3977/97 - DOE 09/01/98

RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO: RESOLUÇÃO Nº 1103/03 – DOE 12/05/03

RECONHECIMENTO DO CURSO REGULAR DE 5ª A 8ª SÉRIES: RESOLUÇÃO 45/93 - DOE 28/01/93

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO MÉDIO E ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº 65/04 - DOE 19/02/2004

RECONHECIMENTO DO ENSINO MÉDIO: RESOLUÇÃO 2010/07 - DOE 02/07/2007

DISTÂNCIA DA ESCOLA AO NRE: 54 Km

DISTÂNCIA DA ESCOLA A SEDE DO MUNICÍPIO: 14 Km

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS IMPORTANTES

Com a parceria entre Fundepar e Prefeitura Municipal de Rio Azul, foi fundada em 19 de dezembro de 1992, a Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida - Ensino de 1º Grau. A escolha da denominação do estabelecimento se deu em face da devoção da comunidade local para com a Padroeira do Brasil, “Nossa Senhora Aparecida”, em reunião realizada para este fim.

No ano de 1993, iniciaram-se as atividades escolares apenas com duas turmas de 5ª série. Gradativamente o número de alunos foi crescendo e em 1996, tivemos a primeira turma de concluintes. Neste mesmo ano, a denominação do estabelecimento foi alterada para Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida - Ensino Fundamental.

O imóvel foi adquirido pelo Município através de Usucapião, homologado em 27 de agosto de 2001, sendo transferido à Fundepar por meio de doação conforme Escritura Pública lavrada em 30 de julho de 2004.

No ano de 2004, passou a ofertar o Ensino Médio. Desde então o estabelecimento passou a denominar-se Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida - Ensino Fundamental e Médio através da resolução nº 65/04 - DOE 19/02/2004.

Atualmente, parte do espaço físico, incluindo salas de aula, cozinha, banheiros, quadra esportiva, sala dos professores, são compartilhados com a Escola Municipal “Professora Anahir de Oliveira Lima” - Educação Infantil e Ensino Fundamental no período vespertino.

2.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Um imóvel rural, com área de 5.635,00 m² (cinco mil seiscientos e trinta e cinco metros quadrados), localizado em Invernada, município de Rio Azul. Imóvel contendo as seguintes medidas e confrontações:

OPP a 01 - rumo 13° 05'NO - ponto inicial em um marco cravado à beira de uma estrada e segue confrontando com João Lamir Ferraz, com extensão de 35 m; 01 a 02 - rumo 75° 55'50 - segue confrontando com João Lamir Ferraz, com extensão de 69 m; 02 a 03 - rumo 10° 40'NO - segue confrontando com João Lamir Ferraz, com extensão de 15 m; 03 a 04 - rumo 77° 45'SO - segue confrontando com João Lamir Ferraz, com extensão de 69 m; 04 a 05 - rumo 12° 10'SE - segue confrontando com João Lamir Ferraz com extensão de 49 m; 05 a OPP - e finalmente segue pela estrada, confrontando com Francisco Ferraz de Lima, chegando ao ponto inicial OPP, com a extensão de 139 m.

Á área construída compõem-se de:

a) 06 salas de aula;

Área administrativa está subdividida nos seguintes espaços:

- secretaria;
- sala da Direção;
- sala dos professores;
- banheiro;
- almoxarifado;

➔ Outros ambientes:

- Biblioteca/Laboratório de informática;
- Laboratório de Física, Química e Biologia;

- Quadra de esportes coberta e com iluminação;
- 02 banheiros para alunos;
- Cozinha com depósito para a merenda escolar;
- Pavilhão para abrigo dos alunos, funcionando também como refeitório;

As salas de aula estão equipadas com carteiras e cadeiras em bom estado, uma TV pendrive, um ventilador de parede, cortinas e uma escrivaninha para o professor. A biblioteca e o laboratório de informática compartilham o mesmo espaço. O laboratório de Física, Química e Biologia funciona como sala de aula improvisada.

2.3.1 Mobiliários/Equipamentos e Material Didático

- 05 TVs pendrive;
- 07 Aparelhos de DVD;
- 02 TVs;
- 01 receptor de parabólica;
- 02 computadores;
- 01 impressora multifuncional;
- 01 Aparelho de som USB com 02 caixas de som;
- 02 Retro Projetores;
- 10 Escrivaninhas;
- 15 estantes
- 01 Máquina fotográfica;
- 02 Microscópios;
- 01 duplicador;
- 01 torso humano;
- 01 esqueleto;
- 40 flautas doce;
- 01 conjunto sólido geométrico em acrílico;
- 01 mesa de tênis.

Paraná Digital:

- 16 Computadores;
- 02 Impressoras;
- 16 cadeiras estofadas;
- 08 mesas.

2.3.2 Distribuição dos Materiais e Equipamentos por ambientes da escola

➔ Laboratório de Informática:

- 12 Computadores;
- 04 mesas;
- 01 impressora;
- 01 mesa para impressora;
- 01 ventilador.

➔ Secretaria:

- 05 Computadores;
- 01 Impressora;
- 02 mesas;
- 01 escrivaninha;
- 01 arquivo de aço;
- 01 armário de aço.

➔ Biblioteca:

- Acervo com aproximadamente 4500 exemplares;
- 01 arquivo de aço;
- 09 mesas;
- 13 estantes;
- 02 armários de madeira;
- 15 cadeiras;

➔ Cozinha

- 02 fogões;

- 03 geladeiras;
- 01 freezer;
- 01 batedeira industrial;
- 01 liquidificador;
- 01 forno elétrico;
- 01 torneira elétrica;
- 01 ventilador;
- 01 mesa;
- utensílios de cozinha.

➔ Sala da Direção:

- 01 computador;
- 01 impressora;
- 02 escrivaninhas
- 03 cadeiras;
- 01 armário de madeira;
- 01 arquivo de aço.

➔ Sala dos professores:

- 01 mesa;
- 10 cadeiras estofadas,
- 01 armário com 36 gavetas;
- 01 armário de aço;
- 01 TV;
- 01 receptor;

➔ Salas de aula:

- 01 TV Pendrive;
- 01 escrivaninha;
- 01 cadeira;
- 01 ventilador;

- carteiras e cadeiras.

➔ Pavilhão:

- 01 bebedouro;

- 02 mesas;

- 04 bancos.

2.4 OFERTA DE CURSOS/MODALIDADES

O Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida atende alunos do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries no período da manhã e noite e Ensino Médio noturno regulares.

O estabelecimento de ensino recebe alunos de várias comunidades circunvizinhas, a saber: Vila Nova, Palmeirinha, Porto Soares, Braço do Potinga, Salto do Braço do Potinga, Rio Azul dos Soares, Barra do Rio Azul, Cortiça, Charqueada e Invernada.

3 OBJETIVOS GERAIS

Considerando os aspectos legais e sociais (Diretrizes Nacionais da Educação, LDB 9394/96, deliberações 002/2003-Educação Especial, 007/99 - Avaliação e Aproveitamento Escolar, 009/2001 - Matrícula de ingresso, transferência, classificação, reclassificação, adaptações, revalidação e equivalência de estudos, 014/99 - Indicadores da Proposta Pedagógica 016/99 - Regimento Escolar, 002/2005 - Educação Infantil) e a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente a escola objetiva:

- Formar alunos críticos, participativos para atuarem na sociedade como líderes; alunos capazes de resolver situações do cotidiano e tomar decisões. E assim, pensar mais além, preparar para no futuro, termos pessoas com visões de

melhoria para que a sociedade futura tenha condições de sobrevivência com dignidade e seja estruturada;

- Reconhecer que existem opções de valores pessoais, numa instituição com finalidades públicas para definir critérios de natureza coletiva gerando um clima escolar participativo para viabilizar a aprendizagem;
- Oferecer espaços e oportunidades iguais para educandos portadores de necessidades especiais;
- Formar pessoas conscientes de seu papel como cidadãos, responsáveis pelos seus atos, com pensamento crítico e construtivo diante das diversas situações que ocorrem dentro da sociedade;
- Buscar desenvolver nos alunos, já na vida escolar, o pleno exercício da cidadania para que saibam analisar, decidir, planejar, questionar, expor suas ideias, ouvir e respeitar a dos outros, bem como compartilhar saberes;
- Proporcionar ao educando condições para o desenvolvimento de sua autonomia entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade;
- Assumir os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituindo-se não apenas como espaço de produção, mas também como espaço de transformação.

4 MARCO SITUACIONAL

A sociedade contemporânea está passando por profundas mudanças, decorrentes dos avanços das forças produtivas e das conquistas científicas e tecnológicas, bem como em função do paradigma econômico, cultural e social em âmbito mundial.

A educação escolar brasileira, na esfera federal, tem sido marcada por discussões que envolvem a busca pela sua melhoria através da união dos diversos âmbitos a que ela está relacionada: o Governamental, os Profissionais da Educação, a Comunidade Escolar e a Sociedade Civil Organizada.

A escola deve ser a instituição que garantirá o direito ao acesso e à permanência do educando oferecendo uma educação de qualidade, visando à construção da cidadania através de condições ideais do trabalho docente, para que, efetivamente, se possa formar um cidadão crítico, participativo, com senso

humanitário e de responsabilidade para com a sua ação e transformação da sociedade.

Na esfera estadual, essas discussões também estão presentes, dando ênfase aos aspectos legais da educação e fazendo menção aos direitos do educando, como eixo norteador das ações e políticas educacionais efetivadas.

No município, os esforços são também direcionados para o acompanhamento dos critérios hierárquicos superiores (Estado e Federação) e o cumprimento dos marcos legais, com o repasse das verbas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1^a a 4^a séries, e também para o transporte escolar nos níveis da Educação Básica.

A escola, através de seu corpo docente e de sua comunidade escolar, acompanha todas as diretrizes legais, enquanto instituição escolar. Procura-se também, o seguimento das Diretrizes Curriculares Estaduais - DCE, conforme orientações do Núcleo Regional de Educação a que pertence sem deixar de lado os aspectos característicos da região a que atende.

Os alunos pertencem às famílias que sobrevivem com recursos provenientes da agricultura familiar e programas de Políticas Públicas, fator que interfere de forma significativa na vida escolar dos estudantes que na sua maioria são filhos de pais com nível de escolaridade baixo.

Percebe-se assim, a desmotivação em certos alunos para seguir uma vida escolar promissora e também uma participação efetiva no processo de aprendizagem que decorre nos ensinos fundamental e médio.

No entanto, esta realidade ultimamente, está passando por mudanças consideráveis devido aos trabalhos realizados junto à comunidade escolar e o apoio de pais que concluíram os Ensinos Fundamental e Médio, e que têm consciência da importância da escola no processo de formação do cidadão.

Esses fatores contribuem significativamente para a diminuição dos índices de evasão escolar e conseqüentemente os níveis de escolaridade da população que frequenta esta instituição de ensino.

A escola, através da realização de reuniões e encontros, busca conscientizar pais e alunos sobre a importância e o valor do saber na vida de cada ser humano, por intermédio da interação entre teoria, prática e conhecimento empírico formando uma escola cidadã e democrática.

Sendo uma escola do campo, se faz necessário trabalhar a questão ambiental, uma vez que o uso do solo para a agricultura, o manejo da madeira e a preservação das águas, necessitam de atenção especial para que possam ser aproveitadas pelas gerações futuras. Tendo em vista a importância no contexto atual, a escola desenvolve um trabalho interdisciplinar onde estes conteúdos são trabalhados em todas as disciplinas e em pequenas ações do cotidiano dos educandos, conduzindo-os a uma reflexão sobre o meio em que vivem e trabalham.

Também como consequência desta situação, a questão ambiental se constitui numa necessidade urgente e intrínseca, uma vez que o uso do solo para a agricultura, o manejo da madeira e a preservação das águas precisam de atenção especial para que possam ser aproveitadas pelas gerações futuras.

A educação ambiental na escola é trabalhada como um desafio educacional contemporâneo, onde todas as disciplinas à luz de seus conteúdos exploram esta questão, além do desenvolvimento de pequenas ações esporádicas e projetos em relação à preservação ambiental.

A escola apresenta boas condições de trabalho, onde Direção, Equipe Pedagógica, Administrativa e Agentes Educacionais, buscam aperfeiçoamento constante, comprometidos com o trabalho de planejar e preparar atividades no cotidiano que valorizem e aprimorem os conhecimentos, costumes, música, arte, movimentos sociais que fazem parte do acervo da cultura das pessoas que moram no campo, bem como articular e promover ações que resultem na melhoria da qualidade de ensino e bom convívio social.

5 MARCO CONCEITUAL

A nossa realidade social é constituída por diferentes classes e grupos sociais, implicando na presença de diferentes pontos de vista. Portanto, neste contexto, é possível compreender que seus valores e limites também são diferenciados.

5.1 Concepções

Para romper as barreiras impostas pelas circunstâncias a que a educação está arraigada e concentrar as ações educacionais para o desenvolvimento dos processos de produção e organização da vida social e do desenvolvimento humano e da sociedade, é necessário estabelecer algumas concepções que estão intrinsecamente relacionadas a essa necessidade de superação de paradigmas, sendo elas:

5.1.1 Concepção de Educação

A educação, própria do mundo cultural, criada em função da transformação que o homem exerce sobre a natureza, acompanha o desenvolvimento humano e lança desafios reais e políticos. Oferecer uma resposta adequada e satisfatória para contemplar a educação não somente, em leis, mas principalmente na garantia de eficiência do ato educar é um compromisso da comunidade escolar. Segundo Saviani (1991, p. 26), “[...] para existir a escola não basta à existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições para sua transmissão e assimilação”.

No século XX a política educacional brasileira estava pautada numa visão de mundo calcada em moldes europeus e americanos. Pessoas consideradas merecedoras e capacitadas para receber conhecimento tinham atenção especial. No século XIX, a educação enfatizava as aptidões naturais do indivíduo, de maneira a explicar as diferenças de rendimento escolar entre as classes sociais superiores e inferiores. Frente à abertura política iniciada na década de 80, começaram a ser difundidos no país estudos realizados no exterior, relativos aos processos de ensino-aprendizagem, disseminando as ideias de Piaget, Montessori, Emília Ferreiro, Vigotsky, entre outros denotando a grande expectativa e o esforço por parte de pesquisadores e professores em buscar soluções para os problemas de ensino e respaldo teórico para as inquietações que necessitam ser atendidas quanto à Educação Básica.

Dessa forma, hoje, sob a influência desses estudos acerca do desenvolvimento do educando, a escola está consciente de que a criança necessita da interação com outros seres humanos, com sua cultura, a fim de se tornar humano em sua essência. Assim, a educação passou a contemplar a formação humana

vinculada ao processo histórico, e esse mesmo processo histórico, como fator imprescindível para a aprendizagem do indivíduo, bem como da especificidade do processo de humanização.

Educar, pois, é levar o aluno a entender-se como participante da história. No primeiro momento, externando a realidade social por meio da leitura de mundo que ele realizar e a partir daí, em contato com o saber sistematizado, passa à leitura da palavra, interpretando e conhecendo a sua realidade.

5.1.1.1 Concepção de Educação do Campo

Uma vez que este estabelecimento está compreendido como escola do campo, atendendo alunos provenientes de famílias de agricultores, é necessário o respeito a essa clientela, com sua herança cultural tipicamente agrícola.

O campo é o lugar da vida desses alunos e de suas famílias. Neste contexto, o educando tem direito de estudar no lugar onde vive vinculada à sua cultura, dignidade e às suas necessidades humanas e sociais, cultivando sua identidade cultural no seu mais amplo sentido.

A escola, inserida no campo, além de ser um local de produção e socialização do conhecimento, é um espaço de convívio social e, portanto, possui características próprias na relação entre os seres, na diversão, no trabalho, etc. Para que o processo ensino-aprendizagem desenvolva-se de maneira satisfatória, é preciso valorizar a cultura e a identidade desses alunos, ou seja, criar vínculos que possibilitem a criação e valorização de uma identidade cultural que leve o aluno a compreender o mundo e transformá-lo segundo seus interesses próprios, respeitando os seres humanos e o meio ambiente.

Desta forma, a realidade do educando é tomada como ponto de partida para o processo educativo escolar, em que os conteúdos curriculares devem ser tratados de forma dialética com os saberes e experiências trazidas pelos educandos com o objetivo de construir uma escola que respeite e acolha a diversidade dos sujeitos do campo ao entorno dela.

5.1.2 Concepção de Homem

O ser humano é, sem dúvida, um ser social, ou seja, não há indivíduo que possa existir isolado. Todo ser humano é resultado, além de suas características biológicas e hereditárias, de um conjunto de interações sociais com seus semelhantes. Ele é sujeito da história, não está colocado no mundo, faz o mundo, faz a cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso, antes possui um jeito peculiar, pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em Associações ou atuar de forma isolada, contudo, seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens.

Essas interações sociais ocorrem no seio familiar, na comunidade, na igreja e obviamente na escola. Sendo o homem, um ser produto de interação social, a escola exerce papel fundamental na formação humana com o objetivo de desenvolver-lhe competência para o desenvolvimento e integração de seu projeto individual ao projeto e processo da sociedade em que se situa.

Para essa formação social do homem, é necessário que o ser humano seja capacitado para a realização de atividades dos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva. Essa formação visa à integração do ser humano no universo das relações políticas do trabalho e da simbolização subjetiva.

5.1.3 Concepção de Mundo

Sob uma perspectiva social e econômica, o mundo hoje está pautado num contexto de globalização. Atualmente, cada vez mais conhecimentos são requeridos pelo mercado de trabalho, pelo mundo da economia e pela sociedade como um todo, onde a criatividade, a autonomia e a capacidade de solucionar problemas têm destaque muito importantes. Por isso, é imprescindível que a escola procure desenvolver nos alunos as capacidades de pesquisar, buscar, analisar, selecionar e apreender informações, de criar e formular estratégias de resolução de problemas. Também não se pode deixar de lado a ideia de que todo conhecimento deve compor um conjunto de valores de forma que o processo ensino aprendizagem inclua um

trabalho consolidado, voltado ao desenvolvimento de atividades que possibilite ao aluno fazer parte do mundo como sujeito e agente de transformação.

5.1.4 Concepção de Sociedade

A sociedade constitui-se no conjunto das ações de seus membros. Assim como alguns outros animais, o ser humano tem comportamentos regulares e padronizados que fazem com que o conjunto das pessoas e suas ações constituam a chamada sociedade. Entretanto, o que diferencia a sociedade humana das demais “sociedades” animais é justamente a sua capacidade de transformação ao longo do tempo, mudando seus padrões de comportamento gradativamente.

O homem, enquanto ser detentor de racionalidade, transforma o mundo que o cerca, modificando a sociedade da qual faz parte e fazendo com que todo grupo social evolua concomitantemente. Assim também, a educação tem a intencionalidade de colaborar para um saber democrático pluralista, inter-religioso, onde todos possam ser reconhecidos e respeitados em sua dignidade humana e em suas diferenças com direito à liberdade de pensamento, de expressão e consciência, tenham acesso ao conhecimento científico (informação e comunicação) e recursos tecnológicos.

A escola deve reforçar as situações que permitam aos seus alunos perceberem sua capacidade de atuar e transformar o seu meio social, sempre em busca dos princípios de humanidade, solidariedade e evolução responsável e sustentável da sociedade. Portanto, o papel da escola deve estar voltado à sociedade como um todo, considerando aspectos da mesma como: a crise do emprego, a migração campo-cidade, o processo de exclusão, as lutas políticas, a resistência econômica, política e cultural, as quais também incluem iniciativas no setor da educação, fazendo referência à identidade e cultura dos povos, valorizando o local de trabalho, de cultura, de produção do conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência, considerando as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica, articulando-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável.

5.1.5 Concepção de Cultura

A cultura é construída a partir das relações do ser humano com o meio em que vive, com os outros e consigo mesmo. Assim, deve-se compreender a cultura como os modos de vida, os costumes, as relações familiares, religiosas, de trabalho, de diversão, festas e outros. Esses elementos culturais que se fazem presentes, caracterizam os diferentes sujeitos no mundo, bem como os diferentes povos do campo.

Portanto, o campo constitui-se num universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade, mas não um universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade. Porém, o campo mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o diferencia.

Assim, na superação de conteúdos estereotipados sobre o modo de vida camponês, a educação do campo pode trazer as características de sociabilidade e de trabalho comunitário presente nas experiências camponesas. A troca de produtos de consumo básico, as atividades do tipo mutirão, a solidariedade no momento da colheita de determinado produto agrícola, valorizando e criando vínculo com a comunidade onde pertença para a criação de sua identidade sociocultural compreendendo o mundo e transformando-o.

5.1.6 Concepção de Gestão

Muito se discutiu nas últimas décadas sobre a gestão ideal nas escolas públicas para que fosse de uma qualidade total e tivesse poucos gastos com pessoal, encargos e contratos trabalhistas. O Diretor considerado como gerente da escola para resolver todos os problemas de sua comunidade escolar, onde o Estado não tinha nenhuma responsabilidade sobre as escolas, premiando assim os diretores/gestores que tomavam melhor a empresa/escola.

Na primeira década do Século XXI, a Secretaria de Estado da Educação retoma algumas discussões e propostas para reassumir a função da escola pública, realizando concurso público para a área da educação. Para Paro (2008) “[...] a maneira de administrar a escola deve ser diferente de administrar uma empresa”.

O fortalecimento dos Conselhos Escolares, eleitos através do voto direto, têm como função deliberar, fiscalizar, avaliar e ser consultado pela comunidade escolar, com a valorização cada vez maior pelas direções escolares para a democratização da mesma.

A APMF tem função além daquela de arrecadar recursos para a manutenção da escola, pois também podem opinar e decidir sobre o funcionamento da escola.

Para que a gestão democrática possa fazer parte integralmente da escola é necessário à efetivação dos Grêmios Estudantis para que se possa ter a participação e formação crítica cada vez maior na escola por parte dos alunos nas tomadas de decisões e aplicações.

A Administração Escolar transformadora é aquela em que todos estejam coletivamente conscientes de suas responsabilidades para que cada um possa contribuir cada vez mais para o processo ensino-aprendizagem de qualidade, formando assim, a escola comunidade.

5.1.7 Concepção de Currículo

A escolha do currículo deve estabelecer prioridades como: trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação, mas como constituidoras de significados e valores; adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem as competências cognitivas superiores. Estimular o aluno através de atividades que permitam reconstruir ou reinventar o conhecimento recebido em sala de aula, levando-o a transformar seu meio; manter diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber e contextualizando-as com objetivo de estimular o educando a ter autonomia intelectual priorizando conhecimentos que são necessários tanto para inserção profissional, quanto para a capacidade de continuar estudando.

O Currículo é o instrumento através do qual a escola vai preparar o indivíduo para o exercício da cidadania. No entanto, devem contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o aluno para a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiências subjetivas.

5.1.8 Concepção de Conhecimento

O Conhecimento permite cumprir função social levando em conta a intenção de promover diferentes visões de sociedade. É fundamental para a formação de conhecimento, comparações de diferentes posições, para que haja renovação de ideias e aumento de clareza inerente a diferentes procedimentos de reflexão.

Sabe-se que fora da escola, os alunos não têm as mesmas oportunidades de acesso a certos materiais de conhecimentos que fazem parte do repertório escolar e que isso influencia notavelmente em seu cotidiano, e que os conhecimentos adquiridos na escola, passam por um processo de construção e reconstrução contínua e não por etapas fixadas e definidas no tempo.

Convém ressaltar que um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. No entanto, se compreendermos a realidade pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para produção de conhecimento. Desta forma, a imposição de verdades absolutas, remove da produção de conhecimentos, seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. Torna-se importante enfatizar que o conhecimento não tem seu valor condicionado, a ideia de que ele possa ser visto como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação. Portanto, o próprio conhecimento deve ser transformado superando limitações e sintonizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças de realidade.

5.1.9 Concepção de Tecnologia

Na chamada “sociedade da informação”, a técnica determina o mundo e as relações humanas. A escola insere-se nessa ideologia e a coloca diante da tecnologia como ferramenta de apoio e como instrumento de comunicação.

Esse duplo papel da tecnologia no âmbito escolar deve ser analisado sob os aspectos curriculares e didáticos, pois o acesso às tecnologias provocam mudanças na forma de como se constrói o conhecimento.

O uso das tecnologias não deve ser desvinculado do pensamento curricular. Novas estratégias pedagógicas devem ser elaboradas sob a influência desses novos recursos que permitem novas formas de ler e escrever o mundo.

Para tanto, é preciso criar condições para que valores como a interação sejam desenvolvidas nessa relação educação/escola e tecnologia. Somente assim, haverá uma comunicação na escola, pois ela promoverá práticas de aproximação dos sujeitos e dos espaços escolares.

Faz-se necessário considerar a natureza do uso das tecnologias para a existência dessa comunicação. Elas não podem ser os sujeitos das relações, mas as impulsionadoras e potencializadoras de práticas, ou seja, devem aproximar os sujeitos do currículo tornando-se também instrumentos de informação que ampliam as ações na comunidade escolar. Também servem como aprimoramento da prática docente, ajudando o professor na mediação e colaborando com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

5.1.10 Concepção de Ensino Aprendizagem

O trabalho pedagógico deve passar pela concepção de ensino-aprendizagem, possibilitando ao educando uma dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e aprendizagem, considerando que aprender e ensinar são processos inseparáveis.

O ato de ensinar envolve: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, tendo por objetivo proporcionar aos educandos subsídios para as decisões a serem tomadas no processo educativo e no acesso ao conhecimento apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educacionais. Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização.

A concepção de ensino-aprendizagem se propõem em formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que pelo acesso ao conhecimento possam contribuir para que a aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da

comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde estão inseridos.

O grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos, sem perder de vista o conhecimento historicamente construído que constitui patrimônio de todos, onde a política da educação esteja embasada entre o fazer e o pensar para que a apropriação possibilite a compreensão do real em suas contradições através da abordagem histórico-cultural.

5.1.11 Concepção de Avaliação

O ato avaliativo é algo presente em todo empreendimento humano. Estamos sempre julgando algo, a maneira de agir de alguém, segundo a nossa forma de ver a realidade, segundo os nossos valores e critérios próprios.

Segundo SANT ANNA (1995), a avaliação da aprendizagem, entendida modernamente, não constitui conceito fechado, mas, ao contrário, implica em uma série de entendimento e assume características específicas nas diferentes teorias educacionais.

Nessa perspectiva de trabalho, a avaliação passa a ter como objetivo fundamental fornecer informações sobre o processo ensino-aprendizagem como um todo, informando não apenas o aluno sobre seu desempenho, mas também o professor sobre a sua prática em sala de aula. Desse modo, a avaliação deve subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo de ensino aprendizagem, sempre que necessário.

Quando os resultados da avaliação forem insatisfatórios cabe ao professor buscar a causa desse fracasso, corrigindo as possíveis falhas e distorções observadas ao longo do processo.

Propõe-se uma avaliação diagnóstica para ajudar a construir a incorporação das diferenças combatendo a desigualdade, a discriminação, a exclusão. De acordo com LUCKESI (1998), a avaliação diagnóstica se constitui num processo de acompanhamento do ensino e da aprendizagem, com o objetivo de diagnosticar problemas, no intuito de reelaborar as práticas pedagógicas para a superação dos

pontos críticos e proporcionar a aprendizagem efetiva, sendo, pois, um importante subsídio para o professor refletir a sua prática.

A avaliação deve ser essencialmente formativa, contínua e processual, vista como um instrumento dinâmico de acompanhamento pedagógico do aluno e do trabalho do professor.

Diante disso, além de uma avaliação com provas escritas que demonstrem o seu conhecimento, o aluno é frequentemente solicitado a participar e a criar, sintetizar tudo o que ele viveu, pensou e aprendeu. Logo, é necessário repensar os instrumentos de avaliação - bem como definir seus objetivos – que devem envolver o mais amplamente possível, todo o trabalho realizado.

Assim esta instituição optou pela avaliação diagnóstica, contínua e cumulativa que possibilite uma oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino e seus resultados que, quando não atingidos, recupere-se paralelamente, visando sempre, ao crescimento e inclusão dos alunos, autonomia do professor e a permanência daqueles no sistema de ensino.

Para que isso se concretize, os alunos estarão envolvidos na avaliação de seu processo educativo. Portanto, isso significa trabalhar a favor da autonomia dos mesmos, no desenvolvimento de seu pensamento crítico e na possibilidade da (re) construção de uma prática pedagógica que esteja a serviço de uma melhor qualidade de vida em sociedade.

5.1.12 Concepção de Cidadania

A cidadania é um processo de construção social e cultural, no qual a escola tem um grande desafio de oportunizar condições aos educandos, tornando-os cidadãos conscientes e capazes de exercer sua cidadania com dignidade, despertando-os para a organização na sociedade como seres humanos.

Construir a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e reflexão do aluno levando-os a terem informação sobre o gozo de seus direitos civis, políticos e religiosos da sociedade em que está inserido. Deve ser participativo, crítico, com poder de decisão, atuar transformando de modo sustentável e saudável a natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura), tendo noções de cidadania social, compreendendo a sociedade como produto da

ação humana. A escola procurará manter uma perspectiva de aprendizagem permanente, de formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam.

Segundo Boff, (2000, pg. 64):

A cidadania é um processo histórico social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, com sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino.

Para a construção da cidadania também é importante que cada cidadão perceba tudo o que envolve esse processo até os direitos e deveres de cada um. Assim podemos nos reportar ao que contempla Martins (1989, pg. 18) “[...] a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal, social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres”.

5.1.13 Concepção de Escola

A escola é uma instituição da sociedade onde o processo de construção de conhecimento se dá de forma sistematizada e parte de um processo mais amplo no seio dessa mesma sociedade que tem configuração própria, interesses e políticas a exercitar. Uma instituição encarregada de repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade e que busca em conjunto, levar o educando a desenvolver suas potencialidades, com pessoas envolvidas na vida da instituição, expressando suas vontades, construindo e reconstruindo espaços de ações e conhecimentos num processo interativo no meio em que atua.

A escola precisa trabalhar justamente na transmissão-assimilação do discurso do outro, os conteúdos, a produção histórica, circunstanciada e sempre em mutação, formando indivíduos autônomos, alimentando-se do discurso do outro, reelaborando para torná-lo seu.

Nessa perspectiva, torna-se essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da

seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores implícitos e explícitos que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

A respectiva escola tem como finalidade propiciar uma educação com qualidade, assegurando aprendizagens essenciais, formando cidadãos autônomos, críticos, construtivos e participativos, capazes de atuar com responsabilidade, competência e dignidade na sociedade em que está inserida na qual almejam ver suas necessidades individuais, sociais, políticas, econômicas atendidas.

5.1.14 Concepção de Tempo

O tempo é o referencial das ações humanas criadas pelo homem. Nas diversas dimensões que o tempo possui, não deixa de ser um só tempo, ou seja, único. No entanto, toda vida humana está situada num tempo cronológico e histórico. Os estágios da vida humana, nascimento, crescimento, envelhecimento e morte estão situados num tempo.

Portanto, o tempo da escola não deve ser o tempo estático do quadro negro e do giz. Atualmente, com a revolução tecnológica, as mensagens circulam rapidamente e a tecnologia nos remete a uma nova visão do mundo e nova forma de viver o tempo.

A escola trabalha utilizando-se do tempo através dos horários, calendários, planejamentos, bem como utiliza de forma igual com o tempo em relação a pessoas com ritmos, tempos e histórias de vidas diferentes. A escola, independente da diversidade cultural e dos costumes de seus discentes deverá seguir um ritual do tempo conforme regulamento da escola, igual para todos.

5.1.15 Concepção de Espaço

O espaço é o lugar onde o ser humano vive e adquire conhecimentos não formais. Portanto, é no espaço escolar que o indivíduo irá adquirir conhecimentos formais.

A educação escolar é um espaço onde, mostra a identidade dos alunos, a diversidade de conhecimentos empíricos que os mesmos trazem para o ambiente escolar.

Desta forma, para muitos indivíduos o espaço escolar torna-se muito importante para exercer uma posição na sociedade. Neste contexto, percebe-se que o espaço escolar dever abrir as portas para que haja maior interação entre alunos, cada um tomando conhecimento do espaço do outro, respeitando-se dentro das limitações de cada um, buscando um futuro melhor para todos.

No espaço em que vivemos atualmente, o aluno deverá saber como usá-lo, frente às questões culturais, religiosas e outras que não estão somente no espaço escolar, mas no espaço como um todo.

Cabe também ao professor, reconhecer-se parte desse espaço e juntamente com seus alunos construir conceitos de valorização e utilização dos espaços para que o educando tenha consciência de que ele é um cidadão que deve preservar os espaços onde quer que esteja, na sua cidade, bairro, estado ou país.

5.1.16 Concepção de Inclusão

A inclusão tem sido foco de discussões de professores, em textos acadêmicos, na literatura geral e também na mídia.

Esse termo tem gerado muita insegurança, principalmente no âmbito escolar, quando da emergente necessidade de contemplar um novo processo de educação que vise à construção da cidadania e ao respeito às individualidades, sem perder de vista o eixo da coletividade.

Frente às novas concepções de sociedade, a inclusão torna-se conceito fundamental dentro do contexto escolar, uma vez que hoje, um novo discurso de igualdade e respeito à individualidade vem sendo amplamente disseminado.

O pressuposto básico da inclusão se constitui no aceitar todas as pessoas como seres humanos únicos e diferentes entre si, pois as diferenças individuais existem em todos os níveis, não havendo sentido em se rotular pessoas como especiais, pois cada um é especial a seu modo.

A Educação Inclusiva quer dar a todos o direito à educação, a equiparação de oportunidades e participação. O direito de todos à educação encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países, mas ainda existem milhões de crianças e adultos que não tem acesso à educação ou não tem uma educação de qualidade.

No que se refere à Inclusão, o objetivo é que todos os alunos participem das atividades em um contexto comum, assegurando uma futura integração e participação na sociedade. Busca-se também a aceitação das diferenças individuais no dia a dia da sala de aula; a sensibilização da comunidade escolar; a formação continuada do professor e um constante trabalho envolvendo toda a família do aluno. Direcionam-se as ações para uma educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizagem, que seja multicultural e construa um senso de comunidade entre todos os seus integrantes.

A visão que norteia os debates nos inúmeros segmentos sociais é que são as diferenças que constituem os seres humanos. Os sujeitos têm suas identidades determinadas pelo contexto social e histórico em que sua existência é produzida. A vida em sociedade pressupõe o reconhecimento das multiculturas, advindas da acelerada tecnologização e das complexas transformações nos modos de produção social que fazem surgir novas formas de acúmulo do capital e distribuição de renda na contemporaneidade. Assim, como apontam FERREIRA e GUIMARÃES (2003, p, 37):

[...] constitui verdade inquestionável o fato de que, a todo o momento, as diferenças entre os homens fazem-se presentes, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irreduzíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação à cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e à sua orientação sexual, com referência às origens familiares e regionais, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direito. É o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente.

No que se refere à educação, a tradução desse direito compreende a construção de um espaço dialógico no qual as diferenças se complementem, e não sejam fatores de exclusão e os currículos tornem-se abertos e flexíveis, oportunizando a reflexão crítica sobre a história das minorias, dos estigmatizados, dos colonizados, dos dominados. Aqueles que, oficialmente, foram narrados como coadjuvantes passam a protagonizar novas práticas discursivas, nas quais retomam

as rédeas de sua história, como sujeitos e não mais objetos da ação de elites que, por séculos, trabalharam para a manutenção das relações sociais vigentes.

Desta maneira, uma educação inclusiva não se restringe a um determinado atendimento diferenciado aos portadores de deficiência, seja ela física ou mental, mas a todos os alunos. Esse atendimento deve partir do pressuposto de que todos têm algum tipo de necessidade e todos têm algum tipo de facilidade. Ou seja, mesmo as pessoas consideradas normais possuem seus limites e potencialidades, assim como as consideradas deficientes.

É necessário, então, que a escola preste atenção à individualidade, respeitando esses limites e essas potencialidades de maneira igualitária. Isso não significa, porém, tratar a todos de maneira homogênea ou promover a homogeneização, mas contemplar os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem individuais de modo que todos possam crescer.

A escola, da melhor forma possível, busca a adaptação de materiais e procedimentos didáticos, denotando uma educação que seja menos dependente de livros e mais experiencial, mais cooperativa, mais holística, inclusive multi-sensorial, visando oferecer adaptações no currículo, usar a dramatização, fazer com que os colegas se revezem para ajudar, providenciar salas e outros espaços que sejam acessíveis.

Em suma, a escola quer uma educação que se adapte às necessidades de todos os alunos baseada na heterogeneidade, considerando que cada um tem uma capacidade, um interesse, pois a diversidade é fato comum.

Toda criança é um ser cognoscente em desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento e a aprendizagem dependem de trocas que a criança realiza com o meio social, cultural e físico ao seu redor. Daí a importância da qualidade do atendimento escolar no sentido de favorecer os avanços cognitivos, sociais e afetivos das crianças em geral. Se o meio escolar possibilita a interação o aluno tende a progredir.

É justamente nesse ponto em que se baseia o princípio da inclusão escolar. É preciso que a escola ofereça oportunidades para a interação de todos, para que todos possam aprender a conviver com o diferente, pois as pessoas ditas especiais não podem viver à margem da sociedade: elas existem e têm o direito de usufruir a vida social comum como qualquer pessoa.

Dessa forma, a inclusão escolar precisa ser pensada de maneira que, atitudes sejam tomadas para que a escola seja um ambiente de todos e para todos, independentemente do grupo de necessidades educacionais a que o aluno pertença.

Sendo assim, esta escola dispõe-se a respeitar as diferenças, sejam elas de qual categoria forem de forma a promover a integração de todos e dar espaço e condições a cada um de se desenvolver de acordo com suas especificidades. Como a escola não dispõe de equipamentos e estruturas materiais para atender clientela específica, a busca pelas mesmas será permanente. Mas o mais importante é entendido como o trabalho mais humano, em que as relações mais estreitas entre os indivíduos devem ser contempladas, promovidas e praticadas.

Dessa forma, exige-se especialmente, maior competência e esforço dos professores que devem mostrar flexibilidade e diversificação por meio de diferentes propostas, horários, materiais e estratégias de ensino, embora sejam muitas as dificuldades, as informações já são mais acessíveis tanto para o professor quanto para o aluno. Na medida do possível, a instituição escolar constrói um currículo amplo e flexível que se possam adaptar as diferenças culturais, individuais e sociais. Demonstrando que nenhuma intervenção será efetiva e descontextualizada da realidade do aluno, mobilizando ações colaborativas entre todo corpo docente e discente, com uma avaliação que identifica o tipo de ajuda e recursos que precisam para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

5.1.17 Princípios filosóficos

Para promover uma educação voltada para o exercício da cidadania, valorizando a pessoa humana e proporcionando acesso, permanência e aprendizagem efetiva aos educandos, acredita-se que a escola deve ter como eixo de ações alguns pressupostos filosófico-pedagógicos que possam nortear a ação pedagógica como um todo coerente entre todos os agentes educacionais.

O primeiro princípio é o da educação democrática, que orienta uma gestão onde a participação do corpo docente, discente, funcionários e comunidade trabalhem em conjunto, compartilhando decisões, tarefas, opiniões, discussões, de modo que o consenso seja justo para a aplicação e arrecadação de verbas, tomada

de atitudes, mudança de condutas, o respeito aos deveres e direitos de cada pessoa envolvida no processo educacional deste colégio.

O princípio democrático vem acompanhado do princípio de inclusão (social e educacional) que deve direcionar o fazer pedagógico para o respeito à diferença. Promover uma educação inclusiva, portanto, requer a atenção da escola para o aluno como ser humano como um todo, suas capacidades, dificuldades e potencialidades, independentemente das necessidades educacionais especiais ou não que o aluno venha apresentar.

Com relação ao processo de ensino e aprendizagem, cada professor, dentro de sua área de atuação, irá promover o ensino e a aprendizagem segundo sua interação com a classe, respeitando, porém os pressupostos didáticos provenientes dos estudos de Vigotski, ou seja, inter-relacionando a construção do conhecimento e o desenvolvimento sócio-histórico dos alunos. Sendo assim, o professor deve utilizar-se sempre de leituras e discussões com o corpo docente e buscar alternativas de ensino que promovam uma aprendizagem efetiva não apenas dos conteúdos, mas relacionando-os com a vivência sócio-política-cultural dos educandos.

Em suma, o suporte epistemológico do trabalho da escola, está situado sobre a Teoria Dialética do Conhecimento e a Teoria Histórico-Cultural, representando um esforço e uma tentativa de traduzir para a prática docente e discente a pedagogia histórico-crítica encontradas nos escritos de Vigotski e nos dos brasileiros Saviani e Gasparin.

A escola prega condições de igualdade para o acesso, permanência e aprendizagem da clientela no processo educativo, lutando pela não evasão escolar, pela inclusão e promovendo ações que evitem a repetência.

No cotidiano a convivência, entre direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, deve ser harmoniosa, imperando o respeito, o diálogo, a interação e a participação de todos, em função de um bom desempenho da escola, individual e coletivamente.

Destaca-se a valorização dos profissionais da educação como princípio central na busca da qualidade e do sucesso na tarefa educativa de formação de cidadãos capazes de participar na vida sócio-econômica, cultural e política do país. Formação continuada, condições de trabalho e entrosamento interdisciplinar na hora-atividade, realizando tudo dentro dos princípios éticos, tendo como princípios

norteadores, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 art. 14 e o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente.

5.2 CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

As disciplinas do Ensino Fundamental estão assim organizadas, conforme matriz curricular aprovada pelo Núcleo Regional de Educação.

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - MANHÃ				
Disciplinas/Turmas	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Arte	2	2	2	2
Ciências	3	3	3	4
Educação Física	3	3	3	2
Ensino Religioso	1	1	-	-
Geografia	3	3	4	3
História	3	3	3	4
Língua Portuguesa	4	4	4	4
Matemática	4	4	4	4
L.E.M. - Inglês	2	2	2	2

Fonte: Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - NOTURNO				
Disciplinas/Turmas	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Arte	2	2	2	2
Ciências	3	3	3	3
Educação Física	3	3	3	3
Ensino Religioso	1	1	-	-
Geografia	4	3	4	3
História	3	4	3	4
Língua Portuguesa	4	4	4	4
Matemática	4	4	4	4
L.E.M. - Inglês	2	2	2	2

Fonte: Matriz Curricular

As disciplinas do Ensino Médio estão assim organizadas, conforme matriz curricular aprovada pelo Núcleo Regional de Educação.

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO - NOTURNO			
Disciplinas/Turmas	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Arte	2	-	-
Biologia	2	2	2
Educação Física	2	2	2
Filosofia	2	2	2
Física	2	2	2
Geografia	2	2	2
História	2	2	2
Língua Portuguesa	3	3	3
Matemática	2	4	4
Química	2	2	2
Sociologia	2	2	2
L.E.M. - Espanhol	-	2	2
L.E.M. - Inglês	2	-	-

Fonte: Matriz Curricular

5.2.1 Organização das turmas

Atualmente, a escola conta com 293 (duzentos e noventa e três) alunos, distribuídos entre doze turmas, sendo nove do Ensino Fundamental e três turmas do Ensino Médio, conforme se verifica na tabela abaixo:

MATRÍCULAS 2010							
Ensino Fundamental				Ensino Médio			TOTAL
5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	
70	48	57	54	31	18	15	293

5.2.2 Organização da hora atividade

Cada professor utiliza sua hora-atividade com o objetivo de preparar suas aulas, fazer as correções das atividades, como também para estudos, pesquisas, planejamentos, avaliações, reflexões, capacitação pessoal, elaboração de projetos, etc., ou seja, é um espaço privilegiado em que o professor pode reorganizar seu trabalho e repensar seus métodos e técnicas de ensino. Além disso, esse tempo é também aproveitado para trocas de experiências entre os mesmos, tendo valor fundamental para um trabalho de parceria e interdisciplinaridade entre os professores, além de estudos e leituras direcionados ao aperfeiçoamento contínuo do professor. Permite-se que o professor cumpra sua hora atividade em reuniões pedagógicas solicitadas pela escola, quando fora do seu horário de trabalho.

Apesar de muitos fatores que dificultam a organização do horário escolar, como a distância da sede, este estabelecimento busca organizar a hora atividade de forma que possibilite o trabalho conjunto de educadores de áreas distintas, favorecendo, desta forma, o trabalho coletivo, mas como a escola é de pequeno porte, a maioria das disciplinas conta com apenas um professor por turno, o que impossibilita o diálogo entre os professores da área. Por isso a hora atividade será oportunidade para discussão interdisciplinar.

5.2.3 Calendário escolar

5.3 REGIME ESCOLAR

Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida tem seu funcionamento em dois períodos: matutino e noturno.

No período matutino, oferece o Ensino Fundamental de 5^a a 8^a séries iniciando as atividades às 7h:20min com término às 11h:40min.

No período noturno, além do Ensino Fundamental, oferta o Ensino Médio, iniciando as atividades às 18h:20min e encerrando-as às 22h:40min.

O ensino que o Colégio oferece está organizado por séries regulares, sendo 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental e 1^a a 3^a séries do Ensino Médio, não possuindo Salas de Apoio, Recursos e outras devido à falta de espaço físico, pois vale ressaltar que o laboratório também está sendo utilizado como sala de aula. As turmas são distribuídas conforme o número de matrículas efetuadas para cada ano, em conformidade com as conveniências didático-pedagógicas e administrativas.

Quanto às matrículas, atos formais que vinculam o educando ao estabelecimento de ensino, são estabelecidas pela SEED, com datas de início e

término fixadas pela mesma, sendo atendidas pelo Colégio nos períodos da manhã e noite.

Em conformidade com o Regimento Escolar a matrícula poderá ser requerida pelo interessado ou por seus responsáveis quando menor de 18 anos, e deferida pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, em conformidade com os dispositivos regimentais, no prazo de sessenta dias.

Em caso de impedimento do interessado ou de seus responsáveis, a matrícula poderá ser requerida por procurador.

Fica assegurada ao aluno não vinculado ao estabelecimento de ensino, a possibilidade de ingressar na escola a qualquer tempo, desde que se submeta ao processo de classificação, previsto no Regimento Escolar, sendo que o controle de frequência se fará a partir da data efetiva da matrícula.

O material didático utilizado por este estabelecimento de ensino provém da SEED, PNLD, os quais servem de apoio ao processo de ensino/aprendizagem.

5.4 AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A avaliação institucional do estabelecimento tem por função, diagnosticar os pontos positivos e negativos de todas as ações desenvolvidas pela instituição escolar como um todo, desde o âmbito organizacional até os aspectos do trabalho pedagógico.

Sendo assim, a avaliação deverá abranger todos os aspectos do cotidiano da escola; o trabalho dos funcionários, dos professores, da administração, equipe pedagógica e também o desempenho discente, atuação dos pais, da APMF e do Conselho Escolar.

Para tanto, a escola terá como instrumento avaliativo, questionários com questões objetivas e subjetivas, direcionados a toda comunidade escolar, tendo também um direcionamento auto-avaliativo para todos os envolvidos.

A partir do diagnóstico, os dados terão por função direcionar ações para a correção dos pontos negativos e reforçar os positivos.

Será eleita anualmente uma comissão avaliadora, da qual farão parte representantes de todos os segmentos ligados diretamente a escola, que ficará responsável pela elaboração dos questionários, aplicação e análise dos resultados. A avaliação deverá ocorrer durante o mês de outubro de cada ano para que haja tempo hábil para planejar as ações para o ano letivo consecutivo.

5.5 AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Com base na concepção de avaliação supracitada no item 5.11, os instrumentos avaliativos poderão ser:

- a) Provas ou testes, orais ou escritos, individuais ou coletivos (duplas, trios, etc.), com ou sem consulta;
- b) Trabalhos de pesquisa, individuais ou em grupos;
- c) Exercícios em sala de aula;
- d) Seminários, debates;
- e) Participação em projetos e atividades extra classe;
- f) Relatórios e produção de texto;
- g) Apresentações orais;
- h) Compreensão e interpretação;
- i) Sínteses ou resumos de textos lidos;
- j) Auto análise do desempenho;

5.6 RECUPERAÇÃO

O processo de recuperação de conteúdos e notas ocorrerá de modo paralelo ao processo ensino-aprendizagem, ocorrendo a cada avaliação em que se utilize como instrumento, provas ou testes, seguindo as estratégias abaixo:

- ✓ Retomada do conteúdo;
- ✓ Atendimento a dúvidas;
- ✓ Aprofundamento do estudo com pesquisas, se necessário;
- ✓ Atendimentos individuais;

- ✓ Nova oportunidade de fazer o teste ou outros instrumentos avaliativos.

A recuperação paralela poderá ser oportunizada a todos os alunos, independente de seu desempenho em termos de nota, para que não haja um processo de exclusão daqueles que tenham um bom desempenho escolar, pois é preciso fazer avançar os que têm dificuldades e envolver os demais nesse processo para que todos compreendam a importância do mesmo. Quanto à nota da recuperação paralela, prevalecerá a nota mais alta entre a avaliação e recuperação.

Os registros das conversões dos resultados em notas serão feitos no Registro de Classe e no SERE, sendo que a nota bimestral será resultado da somatória das notas atribuídas a cada critério avaliativo utilizado, sendo que será obrigatória a utilização de, no mínimo, dois instrumentos avaliativos diferentes durante o bimestre.

As avaliações deverão ser marcadas com antecedência de no mínimo 48 horas, principalmente provas, testes e trabalhos escritos ou apresentações orais. Os alunos deverão aprender a serem responsáveis com relação aos prazos de entrega de trabalhos e com as datas das provas. No caso de ausência do aluno no dia da prova, este deverá justificá-lo (atestado médico, por exemplo). A data da avaliação atrasada ficará a critério do professor podendo, a prova, ser igual ou diferente da prova feita pelos alunos na data oficial.

Normas Operacionais das Avaliações do Ano:

$$\text{MF} = \frac{1^\circ \text{ B} + 2^\circ \text{ B} + 3^\circ \text{ B} + 4^\circ \text{ B}}{4} = 6,0$$

4

5.7 ADAPTAÇÃO

A adaptação de estudos é um instrumento previsto na Deliberação 09/01 – CEE, que deverá garantir a sequência dos conteúdos programáticos.

Conforme o Art.123 do Regimento Escolar, a adaptação far-se-á pela Base Nacional Comum, sendo que o aluno deverá cursar no mínimo uma Língua Estrangeira Moderna.

O Art.124 diz que a adaptação será realizada durante o período letivo.

E conforme o Art.125, a efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da Equipe Pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno, sendo que ao final do processo, será elaborada ata dos resultados os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

Para alunos que chegarem transferidos do Ensino Médio por Blocos a adaptação ocorrerá da seguinte forma:

- 1º semestre: aproveitamento das notas parciais das disciplinas cursadas no estabelecimento de origem;
- elaboração de um plano de recuperação com avaliação e atribuição de notas.

No 2º semestre: será aproveitado o Bloco concluído com êxito (média mínima 6,0 (seis vírgula zero), em todas as disciplinas) e será estabelecido um plano de recuperação das disciplinas não cursadas no 1º semestre na escola de origem, com atribuição de notas.

Em caso de transferência recebida de aluno retido por frequência ou nota no Bloco cursado no 1º semestre, a matrícula será na mesma série de origem, sendo que serão transcritas, as notas e frequência das disciplinas cursadas conforme a periodicidade da avaliação.

Os conteúdos das disciplinas não cursadas no 1º semestre serão recuperados através de um plano de recuperação de conteúdos, com avaliação e notas.

No 2º semestre, o aluno deverá cursar todas as disciplinas da Matriz Curricular deste estabelecimento de ensino.

A transferência recebida de aluno que cursou o Ensino Médio por Bloco, e o mesmo ficou em dependência, no Bloco I ou II:

- A matrícula será efetuada na série correspondente àquela que estava matriculado no estabelecimento de origem, com aproveitamento de Estudos das disciplinas concluídas com êxito, (média mínima exigida).
- O plano de recuperação de conteúdos das disciplinas não cursadas será estabelecido pela Equipe Pedagógica. E a disciplina em dependência será cursada subsequente e concomitantemente às séries seguintes.

A avaliação será diagnóstica, contínua e cumulativa, sendo que a nota bimestral será o resultado da somatória das notas atribuídas a cada critério avaliativo utilizado.

5.8 CENTRO DE ESTUDOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS - CELEM

Em conformidade com a instrução nº 021/2010 - SUED/SEED, que prevê a elaboração de nova matriz curricular para o Ensino Médio a partir do ano letivo de 2011.

Este estabelecimento de ensino passará a ofertar o CELEM - L.E.M. - Espanhol como disciplina de matrícula facultativa ministrada em turno contrário, conforme estabelece a instrução 19/2008 - SUED/SEED.

As atividades do CELEM serão integradas às demais atividades do estabelecimento. A carga horária semanal será de 04 (quatro) horas/aula de 50 (cinquenta) minutos, distribuídas em 02 (dois) dias intercalados definidos pelo estabelecimento juntamente com o colegiado.

Sua duração é de 02 (dois) anos, perfazendo um total de 320 (trezentos e vinte) horas/aula. A frequência mínima exigida para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo.

A avaliação será contínua cumulativa e processual, devendo expressar o desenvolvimento global do aluno.

5.9 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

A comunicação dos resultados é informada em reunião realizada com a participação da comunidade escolar, onde são entregues os boletins escolares aos pais ou responsáveis dos alunos.

Os alunos com notas abaixo da média, é solicitado a presença dos pais ou responsáveis nas dependências do estabelecimento, onde individualmente são colocadas as dificuldades de cada aluno, na busca por um melhor rendimento escolar.

5.10 RESULTADOS DO IDEB 2009

	Taxa de Aprovação			Prova Brasil/SAEB						IDEB			Meta do IDEB		
				MAT			LPORT								
Ano	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
Brasil	76,3	78,7	80,5	232,8	241,6	242,8	226,6	229,9	239,7	3,3	3,6	3,8	3,3	3,5	3,8
PR	75,7	82,3	82,6	238,1	252,1	250,7	223,1	235,7	246,2	3,3	4	4,1	3,3	3,5	3,8
MUN										3,7	4	4,3	3,7	3,7	3,9
ESC												4			

6 MARCO OPERACIONAL

O Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida - Ensino Fundamental e Médio está situado na localidade de Invernada, município de Rio Azul, Estado do Paraná, 14 km distante da sede.

O imóvel foi adquirido pelo Município através de Usucapião, homologado em 27 de agosto de 2001, sendo transferido a FUNDEPAR por meio de doação pela Escritura Pública, lavrada no Cartório de Rebouças - Tabelionato em 30/07/2004.

No ano de 2004, passou a funcionar o Ensino Médio, no período noturno.

O quadro de pessoal do Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida - Ensino Fundamental e Médio encontra-se abaixo descrito conforme suas respectivas funções.

6.1 QUADRO DE PESSOAL E SUAS FUNÇÕES

A seguir estão dispostos o quadro de pessoal deste estabelecimento de ensino, bem como suas respectivas funções.

6.1.1 Direção

Gervásio Surmacz - QPM - 40 hs

Compete ao Diretor:

- ➔ Cabe a gestão dos servidores escolares, organizar e administrar a parte pedagógica e burocrática a fim de alcançar os objetivos educacionais da escola;

- ➔ Submeter o plano anual de trabalho e o Regimento Escolar à aprovação do Conselho Escolar;
- ➔ Convocar e presidir reuniões do Conselho Escolar, tendo direito a voto, somente nos casos de empate nas decisões ocorridas em assembleia;
- ➔ Elaborar os planos de aplicação financeira, a respectiva prestação de contas e submeter à apreciação e aprovação do Conselho Escolar;
- ➔ Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Escolar as normas e orientações gerais emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- ➔ Elaborar e encaminhar à Secretária de Estado da Educação, as propostas de modificações, aprovadas pelo Conselho Escolar;
- ➔ Submeter o Calendário Escolar à aprovação do Conselho Escolar;
- ➔ Instituir grupos de trabalhos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas de solução, para atender os problemas de natureza pedagógica, administrativa e situações emergenciais;
- ➔ Propor à Secretaria de Estado da Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela Escola, extinguindo ou abrindo cursos, ampliando ou reduzindo o número de turnos e turmas e a composição das classes;
- ➔ Propor à Secretaria de Estado da Educação, após aprovação do Conselho Escolar, a implantação de experiências pedagógicas ou de inovações da Gestão Administrativa;
- ➔ Coordenar a implantação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- ➔ Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas baixadas pela Secretaria de Estado da Educação;
- ➔ Analisar e aprovar o Regulamento da Biblioteca Escolar e encaminhar ao Conselho Escolar para a aprovação;
- ➔ Manter o fluxo de informações entre o Estabelecimento de Ensino e os órgãos da Administração Estadual de Ensino;
- ➔ Supervisionar a exploração da cantina comercial, onde estas estiverem autorizada de funcionamento, respeitada a lei vigente;
- ➔ Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando ao Conselho Escolar e aos órgãos de administração: reuniões, encontros, grupo de estudos

e outros eventos;

- ➔ Exercer as demais atribuições decorrentes deste Regimento e no que concerne a especificidade de sua função;
- ➔ Identificar interesses, necessidades e recursos da Clientela Escolar;
- ➔ Manter o entrosamento entre Alunos, Pais, Professores e Funcionários do Estabelecimento, procurando estabelecer o respeito mútuo, assim como o bom ambiente de trabalho.

A escolha do diretor é feita de forma democrática/participativa conforme instrução normativa da SEED.

6.1.2 Equipe Pedagógica

José Oliveira Lima - QPM - 40 hs

Compete à Equipe Pedagógica:

- ➔ É responsável pela coordenação, implantação e implementação das diretrizes pedagógicas da escola;
- ➔ Compete à Supervisão de Ensino e à Orientação Educacional:
- ➔ Subsidiar a Direção com critérios para definição do Calendário Escolar, organização das classes, do horário semanal e da distribuição de aulas;
- ➔ Elaborar com o corpo docente, o currículo pleno do estabelecimento de Ensino, em consonância com as diretrizes pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação;
- ➔ Assessorar e avaliar a implementação dos programas de ensino e dos projetos pedagógicos desenvolvidos no Estabelecimento de Ensino;
- ➔ Elaborar o Regulamento da Biblioteca Escolar, juntamente com seu responsável;
- ➔ Orientar o funcionamento da Biblioteca Escolar, para garantia de seu espaço pedagógico;
- ➔ Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos e pais, no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria;
- ➔ Subsidiar o Diretor e o Conselho Escolar com dados e informações relativas ao serviço de ensino prestado pelo Estabelecimento de Ensino e o rendimento do

trabalho escolar;

- Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento constante de todo pessoal envolvido nos serviços de ensino;
- Elaborar com o corpo docente planos de recuperação a serem proporcionados aos alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo dos desejados;
- Analisar e emitir parecer sobre a adaptação de estudos, em caso de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- Propor à Direção a implementação de projetos de enriquecimento curricular a serem desenvolvidos pelo estabelecimento e coordená-los, se aprovados;
- Coordenar o processo de seleção dos livros didáticos, se adotados pelo Estabelecimento de Ensino, obedecendo às diretrizes e aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação;
- Instituir uma sistemática permanente de avaliação do Plano Anual do Estabelecimento de Ensino, a partir do rendimento escolar, do acompanhamento de egressos, de consultas e levantamento junto à comunidade;
- Participar, sempre que convocado, de cursos, seminários, reuniões, encontros, grupos de estudos e outros eventos;
- Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento e no que concerne à especificidade de cada função;

6.1.3 Equipe Administrativa:

Agente Educacional II - Secretário: Laércio Soares da Silva - QFBE - 40 hs

Agente Educacional II - Técnica Administrativa: Irene Glus - QFBE - 40 hs

Agente Educacional II - Técnico Administrativo: Irineu Gapinski - QFBE - 20 hs

Agente Educacional II - Agente de Execução: Yargos Kern - QFBE - 10 hs

Responsável pela Biblioteca: Maria José Lima Soares - QPM - 20 hs

Compete ao Secretário:

A Secretaria é o que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento.

Os serviços da Secretaria são coordenados e supervisionados pela Direção, ficando a ela subordinados:

- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos seus superiores hierárquicos;
- Distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria aos seus auxiliares;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada;
- Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviços, circulares, resoluções e demais documentos;
- Rever todo o expediente a ser submetido a despacho do Diretor;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados a autoridades competentes;
- Apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devam ser assinados;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação;
- da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno;
- da autenticidade dos documentos escolares;
- Coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à Secretaria;
- Comunicar a Direção toda irregularidade que venha a ocorrer na Secretaria;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar;

Compete aos Agentes Educacionais II

- Elaborar, redigir, revisar, encaminhar e datilografar e/ou digitar cartas, ofícios, circulares, instruções, normas, memorandos e outros;
- Coletar dados diversos, consultando pessoas, documentos, publicações oficiais, arquivos e fichários e efetuando cálculos para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;
- Efetuar registros, preenchendo fichas, formulários e outros, a fim de atender as necessidades do setor;
- Atender às pessoas, pais, alunos e chamados telefônicos, anotando ou enviando recados para obter ou fornecer informações;

- Efetuar cálculos simples e conferências numéricas;
- Organizar e/ou atualizar arquivos, fichários e outros, classificando documentos por matéria, ordem alfabética ou outro sistema, para possibilitar controle dos mesmos.

Compete ao Agente de Execução:

- Preparar, manipular e armazenar materiais e equipamentos próprios de laboratório;
- utilizar reagentes, solventes, equipamentos, ferramentas e instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos;
- observar rotinas e normas de segurança em Laboratório de Física, Química e Biologia;
- preparar soluções;
- utilizar conhecimentos de propriedades físicas e químicas dos compostos orgânicos;
- preparar amostras para análise;
- utilizar conhecimentos básicos de manuseio de instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos;
- estabelecer e aplicar, em conjunto com o corpo docente, normas de segurança para o uso do laboratório;
- disponibilizar equipamentos e materiais necessários para a preparação e realização das atividades de ensino previstas em várias disciplinas;
- dar assistência técnica ao professor e seus alunos durante a aula ajudando a manter o bom andamento da atividade prática de laboratório;
- preparar o ambiente do laboratório para uso do professor e alunos.;

Compete ao responsável pela biblioteca:

- Planejar, organizar e supervisionar as atividades da biblioteca escolar;
- Manter em dia o controle dos bens materiais do uso da biblioteca, zelando pela sua conservação;
- Manter a ordem e a disciplina na biblioteca;
- Manter em dia o arquivo administrativo da biblioteca;

- Controlar o empréstimo e devolução de materiais;
- Providenciar a recuperação e restauração de materiais;
- Catalogar e classificar o acervo da biblioteca.

6.1.4 Agente Educacional I

Aux. Serv. Gerais: Agostinha Ferraz Boscardin - PEAD - 40 hs

Aux. Serv. Gerais: Ilda da Conceição Moreira Bueno - PEAD - 40 hs

Aux. Serv. Gerais: Marice de Oliveira Lima - PEAD - 40 hs

Compete ao Agente Educacional I:

Os Serviços Gerais deste Estabelecimento de Ensino têm a seu encargo o serviço de manutenção, preservação, segurança e merenda escolar, sendo coordenado e supervisionado pela Direção, ficando a ela subordinado.

Compete à Servente:

- Efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares;
- Efetuar tarefas correlatas a sua função;

Compete à Merendeira:

- Preparar e servir a merenda escolar, controlando-a quantitativa e qualitativamente;
- Informar o Diretor do Estabelecimento de Ensino da necessidade de reposição do estoque;
- Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo à limpeza e arrumação;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar.

As atribuições de cada integrante da estrutura organizacional acima citados estão explicitadas no Regimento Escolar do estabelecimento. Para que a escola atinja seus papéis, nosso fazer pedagógico terá como meta formar o cidadão capaz de uma atuação crítica, criativa e transformadora, ciente de que é no coletivo que se efetiva a cidadania e se garante uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

6.1.5 Docentes

O corpo docente deste estabelecimento é composto por professores formados e especializados nas mais diversas áreas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Deslocam-se todos os dias da sede do município até este estabelecimento de ensino para ministrarem as aulas, conforme cronograma de horário definido pela direção e equipe pedagógica.

Frequentemente participam de cursos para aperfeiçoamento profissional promovidos pela SEED, visando melhor qualidade no ensino-aprendizagem.

DOCENTE	VÍNCULO	FORMAÇÃO
Anacleto Ianóski	QPM	Educação Física
Antonio Galdino França Junior	QPM	Educação Física
Elizandra Andrés	REPR	Biologia
Fábio Kruk	REPR	História
Gilmara Koslinski Corrêa Rossa	REPR	Letras - Espanhol
Giovann Piero Girardi	REPR	Acadêmico - Sociologia
Iracema Terezinha Myszynski Tomal	REPR	Geografia
Iraci de Fátima Ferreira	REPR	Economia/Geografia
Josué Duda	QPM	Física
Dilma Lesniowski	REPR	Química
Leodocilda Plodoviski	REPR	Letras - Português/Inglês
Liliane Zub	REPR	Arte
Maria Luciane Kublitski	QPM	Educação Física
Maristela Duda Kojunski	REPR	Letras - Português/Inglês
Nivado de Oliveira Franco	QPM	Matemática
Paulo Vilson Ivancheski	REPR	Educação Física
Pedro Adilson Stodolny	REPR	Matemática
Rosicler Aparecida Bucco Jarema	QPM	Letras - Português/Inglês
Rozeli Surmacz Gurski	REPR	Letras - Português/Inglês
Selma Wodarczyk	REPR	Geografia
Silmara Dusanoski	QPM	Letras - Português/Inglês
Simone Dorocinski	REPR	Arte

Atribuições do Corpo Docente:

- Elaborar com a Equipe Pedagógica, o Currículo Pleno do Estabelecimento de

Ensino, em consonância com as diretrizes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação;

- Escolher juntamente com a Equipe Pedagógica, livros e materiais didáticos comprometidos com a política educacional da Secretaria de Estado da Educação;
- Promover e participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- Assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminativo de cor, raça, sexo, religião e classe social;
- Estabelecer processos de ensino-aprendizagem resguardando sempre o respeito humano ao aluno;
- Participar da elaboração dos planos de recuperação a serem proporcionados aos alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo dos desejados e executá-los em sala de aula;
- Proceder a processos coletivos de avaliação do próprio trabalho da Escola com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, numa interação comprometida e constante;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar.

6.2 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A escola cada vez mais se torna um centro dinâmico da construção e circulação do conhecimento, da difusão de novas técnicas, cumprindo uma tarefa que contempla expectativas da sociedade inteira. Ela é considerada como lugar de florescimento das potencialidades humanas, possibilitadora e desafiadora do processo de constituição do sujeito.

Dentre estes desafios, ela também deverá construir formas de enfrentamento para as novas exigências da sociedade, caracterizada pelo avanço acelerado da revolução científico-tecnológico num mundo marcado pelas desigualdades e suas conseqüências.

Frente a essas exigências e desafios, a escola, por ser uma instituição democrática e aberta, está à disposição da comunidade e de pessoas que queiram,

de alguma forma, participar, contribuir com o processo educativo e com a formação integral do ser humano.

Portanto, visando auxiliar na formação de novos profissionais, a escola encontra-se à disposição para interessados que queiram realizar seus estágios de observação e atuação na sua área de formação, bem como membros da comunidade que estejam dispostos a ministrar palestras, desde que estes temas estejam de acordo com as necessidades da escola, bem como de acordo com os conteúdos por ela ministrados, como também desenvolver projetos que estejam em conformidade com os objetivos educacionais deste estabelecimento e que possam ser de grande valia para a formação integral do ser humano.

Vale ressaltar que os estágios deverão ser supervisionados pela direção do estabelecimento, equipe pedagógica ou professores, conforme Lei nº 11.788/08 que normatiza esta prática nos estabelecimentos de ensino, estando contemplada no Plano de Estágio não Obrigatório desta instituição.

6.3 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

A escola tem como função principal a socialização do conhecimento. Além do trabalho com o conhecimento sistematizado a escola enfrenta alguns desafios educacionais, os quais exigem um posicionamento da mesma enquanto instituição de ensino, os quais são tratados por todas as disciplinas à luz de seus conteúdos. Cada desafio é elaborado a partir da necessidade da disciplina. Além destes abordamos também outros temas relacionados às políticas educacionais necessárias para uma educação ampla que dê suporte ao ser humano em sua totalidade.

6.3.1 Educação Ambiental

Por educação ambiental, entende-se que esta se constitui num conjunto de processos que permitam ao indivíduo, à comunidade e à sociedade como um todo, construir valores sociais, posturas e ações voltadas para a preservação do meio

ambiente natural e para o uso sustentável de seus recursos para a garantia de vida saudável para esta e para as gerações futuras.

A Lei Federal Nº9795 de 27/04/99, institui que toda a sociedade civil organizada deve promover ações que proporcionem conhecimentos e conscientização da população voltada para a preservação ambiental. A escola, enquanto instituição de educação formal tem a incumbência de promover a educação ambiental de acordo com um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; considerando o meio ambiente como um sistema integrado e uno, dependente dos fenômenos sócio-econômico-culturais e humanos; articulando as abordagens locais, regionais, nacionais e globais; levando em conta ainda todas as relações que se estabelecem entre a educação ambiental e os demais fundamentos da educação para a cidadania.

Desse modo, a educação ambiental deve ser contemplada em todo processo escolar, articulando as diversas dimensões do processo educativo, respeitando os princípios da diversidade, da ética e da cidadania, visando a formação de posturas positivas frente às questões de caráter ambiental.

6.3.2 Prevenção ao uso indevido de drogas

A prevenção de drogas nos estabelecimentos escolares, é mais um dos desafios que a escola vem enfrentando nos dias atuais.

Frente a esses desafios a escola desenvolve trabalhos, visando combater o uso de drogas, já no início da adolescência, embora este estabelecimento está situado na zona rural, caracterizando-se como Escola do Campo, há a necessidade de se trabalhar tal tema, visto que alguns adolescentes utilizam-se de drogas lícitas como o cigarro e o álcool.

É importante que a escola coloque as informações sobre o uso de drogas, buscando um contato maior, que apresente as consequências à saúde e ao bem estar, levando o adolescente ou jovem a refletir sobre suas ações, diante das drogas. Assim a escola tem a função de contribuir para que os adolescentes e jovens saibam lidar com o problema das drogas e sejam mais responsáveis, a fim de

possam mudar seu comportamento em relação às mesmas sendo mais forte e resistente ao consumo de todo o tipo de entorpecente.

6.3.3 Relação Étnico Raciais

A sociedade brasileira é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto, constituem a nação.

A Lei nº 10.639 de 09/01/2003, torna obrigatório o ensino sobre História Afro-brasileira e esta trará uma maneira de tratar positivamente as questões relacionadas a diversidade étnico-racial e criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar os alunos a ter uma nova visão sobre cultura afro, bem como valorizar a história e cultura desse povo.

O ensino de História Afro-brasileira abrangerá entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos Quilombos, datas significativas como: Treze de Maio, Dia da Denúncia contra o Racismo, Dia Nacional da Consciência Negra, Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Em história da África, tratá-la em perspectiva positiva.

A escola trará aos alunos, os conhecimentos sobre a cultura africana, aprenderão a combater o racismo, estudar as contribuições para a construção da identidade do Brasil.

Cumprir a lei é responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. É necessário um comprometimento entre os elos do sistema de educação brasileira.

6.3.4 Sexualidade

Todo ser humano necessita desde a infância de uma orientação sexual, principalmente na adolescência, em vista da puberdade e da descoberta e interesse pelo outro.

A Escola tem papel muito importante na orientação sexual de seus educandos, não pode se omitir, deve procurar sempre esclarecer fatos e tirar dúvidas. Os professores de ciências e de educação física devem oportunizar situações que favoreçam ações reflexivas sobre a atuação da mídia quanto ao apelo à sexualidade, desmistificar questões de gênero e estar atento quanto à auto-estima de seus alunos. Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir informações, pautando-se sempre no respeito a si próprio e ao outro, que o jovem conseguirá transformar, ou reafirmar concepções e princípios, construindo significativamente seu próprio código de valores.

Com o acesso a informações sobre o funcionamento do seu corpo, prevenções contra as DST, gravidez indesejada e tantas outras dúvidas que possam vir a ter, diálogo aberto com pais e educadores, nossos jovens estarão finalmente preparados para exercer no momento certo, no lugar certo e com a pessoa certa, sua sexualidade com responsabilidade.

O conhecimento do corpo e de seu funcionamento propicia uma maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações curativas e principalmente preventivas. A grande maioria dos jovens não tem acesso a informações confiáveis a respeito de sexualidade, estão iniciando sua vida sexual cada vez mais cedo e sem maturidade e conhecimento para tal. A imposição de certos padrões de beleza veiculados pela mídia, acrescidos de músicas que induzem ao sexo, são fatores que propiciam essa iniciação tão precoce e despreparada. Essa imaturidade pode lhes causar sérios problemas, alguns deles até irreversíveis como a gravidez indesejada e o aborto.

A Escola tem um papel muito importante na formação do indivíduo, contribuindo na formação de hábitos, atitudes e valores, onde o conhecimento, o respeito, a confiança e a relação de amizade entre educandos e educadores tem grande relevância.

6.3.5 Violência na Escola

A violência se caracteriza pela sua complexidade e diversidade subjetivas das vítimas e agressores. Existem diversos tipos de violência: nas famílias, escolas, prisões, mídia, polícia, Estado, tráfico e corrupção. As violências macroestruturais

como desemprego, miséria, carência de serviços públicos repercutem na escola sob a forma de indisciplina, descaso, dificuldade em aprender.

Voltando-se para o ambiente escolar é necessário compreender suas três dimensões:

- contra a escola: pichações, depredação dos bens e patrimônio da escola;
- da escola: reproduz sistematicamente a desigualdade e conflitos entre gerações, raças, posição social e status entre os saberes;
- na escola: furtos, agressões, ameaças, brigas, queixas de indisciplina, falta de conhecimento e motivação, disputa em torno de questões extra-escolares.

As tipificações de violência podem ser entendidas como psicológica, simbólica, física e emocional e exigem análises diferenciadas, uma vez que afetam não só o aluno, a família e a escola, mas a sociedade como um problema social a pedir ações para seu enfrentamento, que a partir da realidade de nosso estabelecimento de ensino, podemos tomar providências no sentido de viabilizar junto à comunidade escolar, um trabalho para que se possa tomar conhecimento dos tipos de violência que ocorrem com os alunos, entre os alunos e com todas as pessoas que fazem parte do ambiente escolar.

Este trabalho deverá reforçar e valorizar o papel da escola, proporcionando o saber sistematizado, formando o cidadão histórico, crítico e consciente.

6.3.6 Diversidade

O Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação - SEED, desde 2007 discute e define as políticas para o atendimento a todos os sujeitos, especificamente, aqueles que encontram-se excluídos do processo de escolarização ou das políticas educacionais. Aqui cita-se as populações do campo, faxinalenses, trabalhadores rurais temporários, jovens, idosos e adultos não alfabetizados, agricultores familiares, lésbicas, gays, travestis e transexuais.

Diante desta diversidade, a escola pública do Paraná trará aos alunos esta diversidade de conhecimentos que trarão referenciais na identidade própria de cada grupo valorizando a cultura, meio ambiente, aspectos econômicos e todos os itens que nos diferenciam dos demais.

Deste modo, o ensino priorizará conteúdos, iniciativas e organizações diversas, incluindo a sua história, datas significativas, expressões culturais e artísticas, eventos oficiais de luta contra a discriminação.

Portanto, faz-se necessário a identificação e o reconhecimento desses sujeitos bem como a viabilização de mecanismos eficazes para que as propostas sejam aplicadas e alcancem sucesso nas políticas educacionais.

6.3.7 Inclusão

A inclusão tem sido foco de discussões de professores, em textos acadêmicos, na literatura geral e também na mídia.

Esse termo tem gerado muita insegurança, principalmente no âmbito escolar, quando da emergente necessidade de contemplar um novo processo de educação que vise à construção da cidadania e ao respeito às individualidades, sem perder de vista o eixo da coletividade.

Frente aos desafios educacionais contemporâneos, a inclusão torna-se conceito fundamental dentro do contexto escolar, uma vez que hoje, um novo discurso de igualdade e respeito à individualidade vem sendo amplamente disseminado.

O pressuposto básico da inclusão se constitui no aceitar todas as pessoas como seres humanos únicos e diferentes entre si, pois as diferenças individuais existem em todos os níveis, não havendo sentido em se rotular pessoas como especiais, pois cada um é especial a seu modo.

A Educação Inclusiva quer dar a todos o direito à educação, a equiparação de oportunidades e participação. O direito de todos à educação encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países, mas ainda existem milhões de crianças e adultos que não tem acesso à educação ou não tem uma educação de qualidade.

No que se refere à Inclusão, busca-se com que todos os alunos participem das atividades em um contexto comum, assegurando uma futura integração e participação na sociedade. Busca-se também a aceitação das diferenças individuais no dia-a-dia da sala de aula; a sensibilização da comunidade escolar; a formação continuada do professor e um constante trabalho envolvendo toda a família do

aluno. Direcionam-se as ações para uma educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizagem, que seja multicultural e construa um senso de comunidade entre todos os seus integrantes.

A visão que norteia os debates nos inúmeros segmentos sociais é que são as diferenças que constituem os seres humanos. Os sujeitos têm suas identidades determinadas pelo contexto social e histórico em que sua existência é produzida. A vida em sociedade pressupõe o reconhecimento das multiculturas, advindas da acelerada tecnologização e das complexas transformações nos modos de produção social que fazem surgir novas formas de acúmulo do capital e distribuição de renda na contemporaneidade. Assim, como apontam FERREIRA e GUIMARÃES (2003, p, 37):

[...] constitui verdade inquestionável o fato de que, a todo o momento, as diferenças entre os homens fazem-se presentes, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irreduzíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação à cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e à sua orientação sexual, com referência às origens familiares e regionais, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direito. É o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente.

No que se refere à educação, a tradução desse direito compreende a construção de um espaço dialógico no qual as diferenças se complementem, e não sejam fatores de exclusão e os currículos tornem-se abertos e flexíveis, oportunizando a reflexão crítica sobre a história das minorias, dos estigmatizados, dos colonizados, dos dominados. Aqueles que, oficialmente, foram narrados como coadjuvantes passam a protagonizar novas práticas discursivas, nas quais retomam as rédeas de sua história, como sujeitos e não mais objetos da ação de elites que, por séculos, trabalharam para a manutenção das relações sociais vigentes.

Desta maneira, uma educação inclusiva não se restringe a um determinado atendimento diferenciado aos portadores de deficiência, seja ela física ou mental, mas a todos os alunos. Esse atendimento deve partir do pressuposto de que todos têm algum tipo de necessidade e todos têm algum tipo de facilidade. Ou seja, mesmo as pessoas consideradas normais possuem seus limites e potencialidades, assim como as consideradas deficientes.

É necessário, então, que a escola preste atenção à individualidade, respeitando esses limites e essas potencialidades de maneira igualitária. Isso não

significa, porém, tratar a todos de maneira homogênea ou promover a homogeneização, mas contemplar os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem individuais de modo que todos possam crescer.

A escola, da melhor forma possível, busca a adaptação de materiais e procedimentos didáticos, denotando uma educação que seja menos dependente de livros e mais experiencial, mais cooperativa, mais holística, inclusive multi sensorial, visando oferecer adaptações no currículo, usar a dramatização, fazer com que os colegas se revezem para ajudar, providenciar salas e outros espaços que sejam acessíveis.

Em suma, a escola quer uma educação que se adapte às necessidades de todos os alunos baseada na heterogeneidade, considerando que cada um tem uma capacidade, um interesse, pois a diversidade é fato comum.

Toda criança é um ser cognoscente em desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento e a aprendizagem dependem de trocas que a criança realiza com o meio social, cultural e físico ao seu redor. Daí a importância a atendimento escolar no sentido de favorecer os avanços cognitivos, sociais e afetivos das crianças em geral. Se o meio escolar possibilita a interação o aluno tende a progredir.

É justamente nesse ponto em que se baseia o princípio da inclusão escolar. É preciso que a escola ofereça oportunidades para a interação de todos, para que todos possam aprender a conviver com o diferente, pois as pessoas ditas especiais não podem viver à margem da sociedade: elas existem e têm o direito de usufruir a vida social comum como qualquer pessoa.

Dessa forma, a inclusão escolar precisa ser pensada de maneira que, atitudes sejam tomadas para que a escola seja um ambiente de todos e para todos, independentemente do grupo de necessidades educacionais a que o aluno pertença.

Sendo assim, esta escola dispõe-se a respeitar as diferenças, sejam elas de qual categoria forem de forma a promover a integração de todos e dar espaço e condições a cada um de se desenvolver de acordo com suas especificidades. Como a escola não dispõe de equipamentos e estruturas materiais para atender clientela específica, a busca pelas mesmas será permanente. Mas o mais importante é entendido como o trabalho mais humano, em que as relações mais estreitas entre os indivíduos devem ser contempladas, promovidas e praticadas.

Dessa forma, exige-se especialmente, uma maior competência e esforço dos professores que devem ter uma maior flexibilidade e diversificação por meio de diferentes propostas, horários, materiais e estratégias de ensino, mas muitas são as dificuldades, pois a informação ainda é insuficiente. Na medida do possível, a instituição escolar constrói um currículo amplo e flexível que se possam adaptar as diferenças culturais, individuais e sociais. Demonstrando que nenhuma intervenção será efetiva e descontextualizada da realidade do aluno, mobilizando ações colaborativas entre todo corpo docente e discente, com uma avaliação que identifica o tipo de ajuda e recursos que precisam para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

6.3.8 Educação Fiscal

Educação é um processo de formação do ser humano que objetiva prepará-lo para a vida, dotando-o de conhecimentos, saberes e habilidades que o torne capaz de compreender o mundo e intervir para modificar a realidade em que vive, para construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A Educação Fiscal deve ser compreendida como a abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade.

A Educação Fiscal deve tratar da compreensão do estado, suas origens, seus propósitos, do controle da sociedade sobre o gasto público, uma vez que a participação social ocorre no ambiente democrático. A missão da escola é estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo na perspectiva da formação de um ser humano integral, possibilitando a transformação social e o exercício da cidadania.

6.3.9 Formação Continuada

Tendo como pressuposto o fato de que o ser humano vive em constante aprendizagem, desde o momento do nascimento e que se utiliza das novas

aprendizagens para transformar suas atitudes, seus valores e, por conseqüência, o ambiente que o cerca, a formação continuada dos profissionais da educação torna-se imperativa.

O mundo social está em constante transformação e, para que o educador possa se ambientar ao novo, agir e novamente transformar sua realidade, é necessário que ele esteja a par dos novos conhecimentos que diariamente são produzidos, tanto no âmbito específico de sua área de conhecimento como também nos âmbitos social, educacional, político, histórico científico, ético, cultural, entre outros.

A procura incessante pelo conhecimento e pela renovação de suas concepções constitui-se não só num atributo profissional, como meio de crescimento pessoal, onde a análise crítica das relações que se estabelecem lhe permitirá crescer intelectual, pessoal e profissionalmente.

Nesse sentido a escola incentivará a formação continuada dos profissionais da educação através de:

- Educação a Distância;
- Estímulo à leitura e discussões nas horas atividades;
- Divulgação dos cursos e grupos de estudo oferecidos pela SEED;
- Debates em reuniões;
- Sugestão de leituras;
- Simpósios;
- PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional;
- GTR - Grupo de Trabalho em Rede;
- Grupos de Estudos;
- Outros cursos oferecidos por instituições de Ensino Superior ou outras instituições de formação.

6.4 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

É no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo

a qualidade de ensino. É, portanto, fundamental para o norteamento do trabalho de administração para a realização de fins determinados.

Determinados coletivamente e realizados autonomamente, expressam um projeto real de escola, no qual são colocadas as concepções políticas, sociais, culturais e de formação humanística. Somente por esse caminho pode-se chegar ao desenvolvimento de um ensino de qualidade. Processo esse inconcluso, no sentido de não haver um ponto final previamente determinado para o que se pretende atingir qualidade é um ato de buscar permanente.

Nesse sentido, buscar-se-á uma administração de forma coletiva, onde a democracia prevalecerá de maneira que todos os que fazem parte dela poderão opinar, só assim formaremos alunos e cidadãos com capacidade de enfrentar o mercado a qual cada um vai optar.

Pretende-se para os próximos anos letivos realizar os pré-conselhos e pós-conselhos com todas as turmas, buscando melhor participação dos pais de alunos com baixo rendimento escolar.

Toda essa ação só pode ser desenvolvida com a participação e integração da direção, equipe pedagógica, corpo docente e discente, funcionários e pais.

Portanto, é essencial que o P.P.P. da escola seja respeitado, pois só assim teremos uma escola democrática, que busca a excelência na qualidade de ensino e na formação integral dos educandos enquanto cidadãos.

Além dos Desafios Educacionais Contemporâneos desenvolvidos por todas as disciplinas a partir da necessidade do conteúdo a escola ainda possui outras linhas de ação desenvolvidas:

- ✓ Leitura para todos;
- ✓ História e Geografia integradas na História do Paraná;
- ✓ Resgate da História Local;
- ✓ Nas Trilhas do Contestado;
- ✓ Colonização dos Campos Gerais.

6.4.1 Ficha de comunicação do aluno ausente - FICA

A escola, sendo uma instituição democrática, deve constituir-se num espaço de socialização do ser humano e com propósitos de formação, valorização e

respeito ao semelhante, mas para tal, é necessário garantir o direito de todos a uma educação de qualidade.

Com a finalidade de garantir o direito para o acesso e permanência do educando na escola, a Secretaria da Educação, em parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná, apresentou a Ficha de Comunicação de Aluno Ausente - FICA que é um dos meios de enfrentamento à evasão escolar para promover a inserção das crianças e dos adolescentes que tenham sido evadidos.

Essa ficha é um dos instrumentos colocados à disposição da escola e da sociedade para a sistematização de ações de combate à evasão escolar, buscando estratégias para que o aluno permaneça na escola.

A FICA está inserida no Programa de Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida. A intenção do programa é dar, por intermédio de diferentes instituições governamentais, assim como da sociedade civil em geral, garantia de que nenhuma criança ou adolescente fique fora da escola.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a permanência e a inclusão escolar de nossas crianças e adolescentes necessitam do trabalho integrado de todos os envolvidos com o processo educativo, bem como pais, alunos e integrantes de toda a comunidade ao entorno da escola, visando mobilizar a sociedade para a finalidade social desse Programa.

Para combater a exclusão escolar, escola, família e sociedade precisam estar em sintonia. Isso se faz importante para que possamos manter as crianças e adolescentes na escola, visando a formação do cidadão e a sua valorização.

6.5 DEFINIÇÃO DE PAPÉIS DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Com base no Regimento Escolar, são os seguintes papéis a serem desenvolvidos pelos membros integrantes da estrutura organizacional.

6.5.1 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativo e fiscal, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem lucrativo, não sendo remunerados seus Dirigentes e /ou Conselheiros.

O Conselho Escolar tem como objetivo trabalhar em consonância com o contido no PPP do Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida. Ensino Fundamental e Médio, bem como sua organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor, compatíveis com as Diretrizes e Políticas Educacionais traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

São atribuições do Conselho Escolar:

- Estabelecer e acompanhar a Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Analisar e aprovar o plano anual da escola, com base na Proposta Pedagógica da mesma;
- Acompanhar e avaliar o desempenho do estabelecimento face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual, redirecionando as ações quando necessário;
- Definir critérios para a cessão do prédio escolar para outras atividades que não as de ensino, observando os dispostos legais emanados da mantenedora, garantindo um fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações sejam divulgadas a todos em tempo hábil;
- Analisar projetos elaborados com ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõe a comunidade escolar, no sentido de avaliar a importância dos mesmos no processo ensino-aprendizagem;
- Propor alternativas de solução dos problemas de natureza administrativa e/ou pedagógica, tanto daqueles detectados pelo próprio órgão, como das que forem a ele encaminhados por escrito pelos diferentes participantes da comunidade escolar;
- Articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que fizer necessário;
- Discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar encaminhadas pela equipe pedagógico-administrativa ou membros do Conselho;

- Promover, sempre que possível, círculos de estudo envolvendo os Conselheiros a partir de necessidades detectadas, visando proporcionar um melhor desenvolvimento do seu trabalho;
- Tomar ciência do Calendário Escolar, observada a legislação vigente, e diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- Discutir sobre a Proposta Curricular da escola, visando o aperfeiçoamento e enriquecimento desta, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- Estabelecer critério de distribuição de material escolar e de outras espécies destinado a alunos, quando fornecido pela Mantenedora ou obtido junto a outras fontes;
- Assessorar, apoiar e colaborar com o Diretor em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:
 - O cumprimento das disposições legais;
 - A preservação do prédio e dos equipamentos escolares;
 - A aplicação de penalidades previstas no Regimento Escolar quando encaminhada pelo Diretor;
 - Adoção, e comunicação aos órgãos competentes das medidas de emergência em casos de irregularidades graves na escola.
- Deliberar sobre aplicação de verbas existentes na escola.

6.5.2 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor aluno e os procedimentos adequados a cada aluno.

Haverá tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas do Estabelecimento de Ensino.

O Conselho de Classe tem por finalidade:

- Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho

do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;

- Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos;
- Analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;
- Utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino evitando a comparação dos alunos entre si;
- O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor, pelo Supervisor de Ensino, pelo Orientador Educacional e por todos os professores que atuam numa mesma classe;
- A Presidência do Conselho de Classe está a cargo do Diretor que, em sua falta ou impedimento, será substituído pelo Supervisor de Ensino ou Orientador Educacional;
- O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em datas previstas em Calendário Escolar, e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir;
- A convocação para as reuniões será feita através de edital, com antecedência de 48 horas sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados, ficando os faltosos passíveis de desconto nos vencimentos.

São atribuições do Conselho de Classe:

- Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, respondendo às consultas feitas pelo Diretor e pela Equipe Pedagógica;
- Analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que afetem o rendimento escolar;
- Propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos na classe;
- Estabelecer planos viáveis de recuperação dos alunos, em consonância com o plano curricular do Estabelecimento de Ensino;
- Colaborar com a Equipe Pedagógica na elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário;
- Decidir sobre a aprovação ou reprovação do aluno que, após a apuração dos resultados finais atinja o mínimo solicitado pelo Estabelecimento de Ensino, levando-se em consideração o desenvolvimento do aluno até então;

- Das reuniões do Conselho de Classe será lavrada ata por Secretário Adhoc, em livro próprio, para registro, divulgação ou comunicação aos interessados.

6.5.3 Associação de Pais Mestres e Funcionários - APMF

A Associação de Pais e Mestres será regida por estatuto próprio, devidamente aprovado pela Assembleia Geral, e registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Núcleo Regional de Educação, órgão competente da Secretaria de Estado da Educação.

A Associação de Pais e Mestres é vinculada à Direção e ao Conselho Escolar do estabelecimento de ensino.

Compete à APMF:

- Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do estabelecimento de ensino, para deferimento ou não;
- Observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para realização de eventos próprios do estabelecimento de ensino;
- Estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;
- Promover palestras, conferências e grupos de estudo, envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não, ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEED;
- Colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes;
- Convocar, através de edital e envio de comunicado, a todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência para a Assembléia Geral Ordinária, e com no mínimo 01 (um) dia útil para a Assembléia

Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria da comunidade escolar, com pauta claramente definida na convocatória;

- Reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como, reunir-se para prestação de contas desses recursos, com registro em ata;
- Apresentar balancete semestral aos integrantes da comunidade escolar, através de editais e Assembleia Geral;
- Registrar em livro ata da APMF, com as assinaturas dos presentes, as reuniões da Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar;
- Registrar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio e as assinaturas dos presentes, no livro de presença (ambos os livros da APMF);
- Registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à direção do estabelecimento de ensino;
- Aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção do Estabelecimento de Ensino;
- Receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo, preenchido em 02 vias;
- Promover a locação de serviços de terceiros para prestação de serviços temporários na forma prescrita no Código Civil ou Consolidação das Leis do Trabalho mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação;
- Mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades;
- Enviar cópia da prestação de contas da Associação à Direção do Estabelecimento de Ensino, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal e, em seguida, torná-la pública;
- Apresentar para aprovação, em Assembléia Geral Extraordinária, atividades com ônus para os pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da

APMF, ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino;

- Indicar entre os seus membros, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, o (os) representante (s) para compor o Conselho Escolar;
- Celebrar convênios com o Poder Público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos recursos utilizados;
- Celebrar contratos administrativos com o Poder Público, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, prestando-se contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos recursos utilizados com o acompanhamento do Conselho Escolar;
- Celebrar contratos com pessoas jurídicas de direito privado ou com pessoas físicas para a consecução dos seus fins, nos termos da legislação civil pertinente, mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação;
- Manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda documentação referente à APMF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas;
- Informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do presidente por 30 dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor o Estabelecimento de Ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990. ECA_Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. LDB_Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CÓRIA-SABINI, M. A. **Fundamentos de Psicologia Educacional**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FAZENDA, I. **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, M. E. C. & GUIMARAES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GASPARIM, J. L. **Uma didática para a pedagogia Histórico-crítica**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (dez) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2005.

HELENE, M. E. M. MARCONDES, B. **Evolução e Biodiversidade: o que nós temos com isso?** São Paulo: Scipione, 2005.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEI nº 9.795 DE 27/04/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. (www.Presidência.gov.br)

LOUREIRO, C. F. B. (org). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 8ª ed. São Paulo: Cortez. 1998.

MARMILICZ, A. **Relação Educativa: a comunicação interpessoal entre educador e educando**. 3.ed. Curitiba: Vicentina, 2000.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Estudos Descentralizados Educação do Campo**. Semana pedagógica 2005.

PLANO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO COLETIVA - GOVERNO DO PARANÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JULHO 2004.

REGO, T. C. **VYGOTSKI: Uma Perspectiva Histórico-cultural da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SANT ANNA, ILZA MARTINS. **Porque Avaliar? Como Avaliar?** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1994.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação**: Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXOS: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Educação é o processo vital de desenvolvimento e formação da personalidade. A educação não se confunde com a mera adaptação do indivíduo ao meio, pois é atividade criadora e abrange o homem em todos seus aspectos. O objetivo primordial da educação é dotar o homem de instrumentos culturais capazes de impulsionar as transformações materiais e espirituais exigidas pela dinâmica da sociedade.

A educação aumenta o poder do homem sobre a natureza e, ao mesmo tempo, busca conformá-lo com os objetivos de progresso e equilíbrio social da coletividade a que pertence. Assim a Biologia participa do desenvolvimento específico-tecnológico com importantes contribuições específicas, cujas decorrências têm alcance econômico, social e político, sendo esta indispensável do currículo escolar.

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA e ainda, ligar esta disciplina ao tripé: ciência, tecnologia e sociedade, levando os alunos a elaborar temas associados à história da ciência, ao cotidiano, às conquistas tecnológicas e suas implicações éticas (PAULINO, R. W., 2006, p. 03).

Desde o homem primitivo, em sua condição de caçador e coletor, as observações dos diferentes tipos de comportamento dos animais e da floração das plantas foram sendo registradas nas pinturas rupestres, representando seu interesse em explorar a natureza. A história da Ciência mostra que tentativas de definir a VIDA têm origem registrada desde a antiguidade.

Na Idade Média, sob influência do cristianismo, a Igreja tornou-se uma instituição poderosa não apenas no aspecto religioso, mas também influenciando na vida social, política e econômica, a visão teocêntrica apresentada pela Igreja repercutiu

nas implicações sobre a natureza “para tudo que não podia ser explicado, visto ou reproduzido, havia uma razão divina” (RAW, 2002, p. 13).

O período entre a Idade Média e Idade Moderna é marcado pela ampliação da sociedade comercial. Na história da Ciência na Renascença, é introduzido o pensamento matemático e ainda, estudos botânicos com o objetivo de descrever através da observação direta de fontes originais. Na zoologia também ocorre a descrição, mas de forma comparativa e classificatória. (Ronan, 1997).

No contexto do pensamento descritivo, conceitua-se VIDA “como expressão da natureza idealizada pelo sujeito racional” (RUSS, 1994, p. 360 - 363). Com o passar do tempo a Ciência ou então a VIDA foi estudada de pontos de vista diferentes e, partindo-se da dimensão histórica da disciplina de Biologia foram identificados os marcos conceituais da construção do pensamento biológico. Estes marcos foram utilizados como critérios para a escolha dos Conteúdos Estruturantes e dos Encaminhamentos Metodológicos.

Cabe ressaltar que a importância desta compreensão histórica e filosófica da Ciência está em conformidade com o atual contexto sócio-econômico e político, estabelecido a partir da compreensão da concepção de Ciência enquanto construção humana.

A Biologia, como parte do processo de construção científica deve ser entendida e compreendida como processo de produção do próprio desenvolvimento humano (ANDERY, 1988). Compreendida assim é mais uma das formas de conhecimento produzido pelo desenvolvimento do homem e determinada pelas necessidades materiais deste em cada momento histórico.

A preocupação com o entendimento dos fenômenos naturais e a explicação racional da natureza, levou o homem a propor concepções do mundo e interpretações que influenciam e são influenciadas pelo processo histórico da própria humanidade.

KNELLER (1980, p. 13) afirma que:

(...) a Ciência é intrinsecamente histórica. Não só o conhecimento científico, mas também as técnicas pelas quais ele é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que os apóiam, tudo isso muda em resposta os desenvolvimentos nelas e no mundo social e cultural a que pertencem. Se quisermos entender o que a Ciência realmente é, devemos considerá-la em primeiro lugar e acima de tudo como uma sucessão de movimentos dentro do movimento mais amplo da própria civilização.

A Biologia contribui para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes, por meio de conteúdos, desde que proporcionem o entendimento do objeto de estudo, o fenômeno VIDA - em toda sua complexidade de relações, ou seja, na organização dos seres vivos, no funcionamento dos mecanismos biológicos, do estudo da biodiversidade no âmbito dos processos biológicos de variabilidade genética, hereditariedade e relações ecológicas, e das implicações biológicas do fenômeno VIDA.

2 OBJETIVOS

Os objetivos para o ensino de Biologia do Ensino Médio são:

- a) desenvolver o pensamento biológico de forma a permitir a reflexão sobre a origem, o significado, a estrutura orgânica e as relações do objeto de estudo da disciplina, o fenômeno vida;
- b) descrever processos e características do ambiente ou de seres vivos, observados em microscópio ou a olho nu;
- c) perceber e utilizar os códigos intrínsecos da Biologia;
- d) apresentar suposições e hipóteses acerca de fenômenos biológicos em estudo;
- e) apresentar de forma organizada, o conhecimento biológico apreendido, através de textos, desenhos, esquemas, gráficos, tabelas, maquetes, etc.;
- f) conhecer diferentes formas de obter informações (observação, experimento, leitura de texto e imagem, entrevista), selecionando aquelas pertinentes ao tema biológico de estudo;
- g) expressar dúvidas, idéias e conclusões acerca de fenômenos biológicos;
- h) relacionar fenômenos, fatos, idéias e processos em biologia, elaborando conceitos, identificando regularidades e diferenças, construindo generalizações;
- i) utilizar critérios científicos para explicar como ocorrem as transformações de animais, vegetais, etc;
- j) relacionar os diversos conteúdos conceituais de Biologia (lógica interna) na compreensão de fenômenos;
- k) estabelecer relações entre parte e todo de um fenômeno ou processo biológico;

- l) selecionar e utilizar metodologias científicas adequadas para a resolução de problemas, fazendo uso, quando for o caso, de tratamento estatístico na análise de dados coletados;
- m) formular questões, diagnósticos e propor soluções para problemas apresentados, utilizando elementos da Biologia;
- n) utilizar noções e conceitos da Biologia em novas situações de aprendizado (existencial ou escolar);
- o) relacionar o conhecimento das diversas disciplinas para o entendimento de fatos ou de processos biológicos (lógica externa);
- p) reconhecer a Biologia como um fazer humano e, portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos;
- q) identificar a interferência de aspectos místicos e culturais nos conhecimentos de senso comum relacionados a aspectos biológicos;
- r) reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações produzidas pelo seu ambiente;
- s) julgar ações de intervenção, identificando aquelas que visam à preservação e a implementação da saúde individual, coletiva e do ambiente;
- t) identificar as relações entre conhecimento específico e o desenvolvimento tecnológico, considerando a preservação da vida, as condições de vida e as concepções de desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

A partir da história e das reflexões até então expostas, sendo envolvidos os paradigmas do pensamento biológico, propõe-se a discussão de fundamentos teóricos-metodológicos que garantam uma abordagem pedagógica crítica para o desenvolvimento da Biologia. Historicamente, estes conteúdos nem sempre estiveram relacionados com a prática pedagógica social de formação do pensamento reflexivo e crítico do aluno, mas sim voltadas à lógica da sociedade de classe, para reproduzir as desigualdades sociais, as discriminações raciais expostas até mesmo nos livros didáticos, preocupando-se com a sistematização dos

conhecimentos biológicos e com a receptividade e memorização, pelo aluno, do conteúdo enciclopédico e histórico (MIZUKAMI, 1986).

No início do século XX a Biologia constitui como disciplina independente (CARVALHO, 2004), porém descritiva e de baixo valor utilitário por não gerar produtos. Na mesma época, nas décadas de 20 e 30, forma-se a escola de pensamento filosófico denominada de positivismo lógico.

Hoje o método trabalhado referente ao ensino da Biologia, vem sendo conduzido de forma desinteressante e pouco compreensível, desvalorizando sua importância, principalmente na questão de desenvolver conhecimentos e valores que possam servir de instrumentos mediadores da interação do indivíduo com o mundo.

Assim, a Biologia tem sido aplicada nas escolas de forma exclusivamente livresca, sem a contextualização do aprendizado com o mundo real, que poderia ser feito com exemplos gerais, universais ou ainda, com exemplos de relevância local e regional, e ainda fazendo referência aos conteúdos da cultura afro e indígena, uso indevido de drogas, violência, educação ambiental e direitos humanos. Para pensar sobre o currículo e sobre o ensino de Biologia o conhecimento científico é fundamental, mas não o suficiente. É essencial considerar o desenvolvimento cognitivo dos alunos, relacionando suas experiências, sua idade, sua identidade cultural e social, e os diferentes significados e valores que as Ciências Naturais podem ter para eles, para que a aprendizagem seja significativa.

Dessa forma, considera-se de grande importância não só o acompanhamento do livro didático, mas também revistas, vídeos, a utilização da TV multimídia como meio de expor ludicamente assuntos encontrados na mídia e internet com imagens e figuras que colaboram no pensamento e imaginação dos alunos, alimentos naturais e industrializados, equipamentos experimentais, passeios em lugares de acordo com a necessidade e possibilidades para um aprendizado mais efetivo.

Outras metodologias, além daquelas expositivas e orais por parte do professor, que envolvam a plena participação do aluno, exigindo dele o desenvolvimento de diversas capacidades, são de fundamental importância, como: pesquisas, discussões, experimentos entre outros.

Os conteúdos específicos de Biologia ensinados serão trabalhados com as seguintes estratégias metodológicas (GASPARIM, 2002; SAVIANI, 1997):

PRÁTICA SOCIAL: é o ponto de partida, onde se percebe o conhecimento do aluno, de senso comum a respeito do conteúdo a ser trabalhado.

PROBLEMATIZAÇÃO: é o momento que se apontam questões que precisam ser resolvidas socialmente e estabelecer que conhecimentos sejam necessários para a resolução destas questões.

INSTRUMENTALIZAÇÃO: momento em que se apresenta conteúdos sistematizados para serem assimilados e transformados em instrumento de construção pessoal e profissional, apropriando-se de ferramentas culturais para superar a luta social e exploração em que vivemos hoje.

CATARSE: é a fase em que o aluno adquiriu o conhecimento para o problema em questão e, a partir de instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social, passando a entender e elaborar novas estruturas de conhecimento passa da ação para a conscientização.

RETORNO À PRÁTICA SOCIAL: aqui nesta etapa o aluno já está com o saber concreto para atuar e transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade igualitária.

Assim, ao utilizar-se desta estratégia metodológica e retomando as metodologias que favoreceram a determinação dos marcos conceituais da Biologia, se propõe a utilização das estratégias acima representadas e considerar os princípios metodológicos utilizados antigamente, mas que sejam adequados ao ensino hoje vivenciado.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação é um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem que mais se faz necessária uma mudança didática, favorecendo a uma reflexão crítica de idéias e comportamentos docentes (CARVALHO, 2001). É preciso compreender a avaliação como prática emancipadora. Deste modo, a avaliação na disciplina de Biologia, passa a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

Longe de ser apenas um momento final do processo de ensino, a avaliação se inicia quando os estudantes põem em jogo seus conhecimentos prévios e

continua a se evidenciar durante toda a sua situação escolar. Assim, o que constitui a avaliação ao término de um período de trabalho é o resultado tanto de um acompanhamento contínuo sistemático pelo professor, como momentos específicos de formalização, ou seja, a demonstração de que as metas de formação de cada etapa foram alcançadas. No entanto, pressupõem-se uma tomada de decisão, onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

Coerentemente com a concepção de conteúdos e com objetivos propostos, a avaliação deve considerar o desenvolvimento das capacidades dos estudantes com relação à aprendizagem não só de conceitos, mas também de procedimentos e atitudes.

Desta forma, é de fundamental importância dispor de diversos instrumentos e situações que possibilitem avaliar diferentes aprendizagens, como por exemplo, além de testes orais e escritos, é também necessário serem levados em consideração o desenvolvimento do aluno durante todo seu processo de ensino, na elaboração de trabalhos individuais ou em grupo, a capacidade de questionar determinados aspectos e posições sobre os temas, a capacidade de levantar hipóteses e propor soluções para diversas questões. Tudo isso, lembrando o fato de que a forma de avaliação é somatória, em que devem existir várias alternativas de avaliação somadas para terminalização do bimestre.

Deve-se levar em consideração a importância e a necessidade do processo de recuperação, como sendo uma forma de recuperar conteúdos, sendo paralelo ao processo de ensino aprendizagem, esta se constituirá na recuperação dos conteúdos de provas, ou seja, descarta-se a recuperação de trabalhos e outras formas de avaliação e prevalecerá o valor maior, e ainda, a recuperação será colocada ao aluno de forma diferenciada ao da avaliação, uma vez que esta não obteve bons resultados tentará uma nova alternativa, de modo a alcançar bons resultados. Não esquecendo de levar em consideração o fato de existirem alunos com necessidades especiais que necessitam de avaliações de formas diferenciadas que levem ao bom entendimento e desempenho do aluno como avaliações orais, ampliadas, etc.

Enfim, a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. E, ainda, se busca critérios avaliativos a serem alcançados pelo professor que serão descritos

no Plano de Trabalho Docente a cada conteúdo básico aplicado na referida disciplina ao decorrer no ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

5 CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

De acordo com a nossa realidade, os conteúdos estruturantes foram assim adaptados:

1º SÉRIE

1 Características gerais dos seres vivos;

2 Fundamentos Químicos das Células;

- 2.1 substâncias da vida (uma breve justificativa)
- 2.2 substâncias inorgânicas - água e sais minerais;
- 2.3 substâncias orgânicas - aspectos gerais:
- 2.4 carboidratos;
- 2.5 lipídios;
- 2.6 proteínas - estrutura e função;
- 2.7 enzimas - ação catalítica e fatores influentes;
- 2.8 ácidos nucléicos.

3 Organização Celular:

- 3.1 histórico - microscópio - teoria celular;
- 3.2 célula procariótica e eucariótica - organelas celulares;
- 3.3 célula animal - membrana, citoplasma e núcleo;
- 3.4 célula vegetal - parede celular, osmose, organelas;

4 Células e Energia:

- 4.1 fotossíntese - etapa fotoquímica, etapa química, fatores de influência;

4.2 fermentação;

4.3 respiração celular aeróbia;

5 Material Genético:

5.1 ácidos nucleicos: DNA - dupla hélice e duplicação; RNA: transcriptase reversa (vírus HIV); síntese de proteínas – ribossomos, produção de proteínas do código genético.

6 Núcleo e Divisão Celular:

6.1 núcleo - cromossomos;

6.2 mitose - fases da mitose, interfase;

6.3 meiose I e meiose II;

7 Embriologia- a reprodução e o desenvolvimento da espécie humana:

7.1 reprodução sexuada e assexuada;

7.2 aparelho reprodutor masculino – controle hormonal e desenvolvimento;

7.3 aparelho reprodutor feminino – controle hormonal e desenvolvimento;

7.4 gravidez e nascimento – parto e amamentação;

7.5 anticoncepção – métodos e mecanismos.

8 Desenvolvimento Embrionário – segmentação, gastrulação e organogênese;

9 Anexos Embrionários;

10 Histologia Animal:

10.1 tecidos conjuntivos:

10.2 tecido epitelial:

10.3 tecidos de sustentação – muscular e ósseo;

10.4 tecidos especializados.

2º SÉRIE

1 Classificação dos Seres Vivos – categorias taxonômicas e nomenclatura;

2 Os Reinos dos Seres Vivos – definições e Curiosidades;

3 Vírus:

- 3.1 definição;
- 3.2 doenças virais;
- 3.3 príons;

4 Bactérias:

- 4.1 definição;
- 4.2 diversidade e classificação;
- 4.3 importância;
- 4.4 doenças bacterianas.

5 Reino Protista:

- 5.1 algas – definição, classificação, reprodução e importância;
- 5.2 protozoários – definição e importância.

6 Reino Animalia:

- 6.1 Filo Porífera;
- 6.2 Filo Cnidária;
- 6.3 Filo Platyelminthes;
- 6.4 Filo Nematoda;
- 6.5 Filo Annelida;
- 6.6 Filo Arthropoda – crustáceos, aracnídeos, insetos, quilópodes, diplópodes;
- 6.7 Filo Echinodermata.

7 Filo Chordata – protocordados, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

8 Reino Plantae:

- 8.1 principais grupos;
- 8.2 briófitas;
- 8.3 pteridófitas;
- 8.4 gimnospermas;
- 8.5 angiospermas;

9 Organização Geral das Plantas:

- 9.1 tecidos vegetais;
- 9.2 crescimento e estrutura – caule, raiz, periderme;
- 9.3 morfologia externa – caule, raiz, folhas, frutos e sementes;
- 9.4 reprodução assexuada e sexuada.

10 Fisiologia Vegetal:

- 10.1 transpiração;
- 10.2 vasos condutores – seiva bruta e elaborada;
- 10.3 fitormônios

3º SÉRIE

1 Fundamentos e Hereditariedade:

- 1.1 vocabulário da herança genética;
- 1.2 primeira lei de Mendel – heredogramas;
- 1.3 variações no monoibridismo – dominância incompleta, co-dominância, pleiotropia, alelos múltiplos;
- 1.4 grupos sanguíneos – sistema ABO, herança do sistema ABO;
- 1.5 sistema Rh – herança, sistema MN;

2 Herança de dois ou mais pares de Alelos:

- 2.1 segunda lei de Mendel – formação de gametas;
- 2.2 interações gênicas – genes complementares, epistasia, poligenia;
- 2.3 ligação gênica e permutações.

3 Sexo e Herança:

- 3.1 determinação cromossômica do sexo – sistema XY, erros na determinação do sexo, sistema X0, sistema ZW, determinação sexual em abelhas;
- 3.2 herança ligada ao sexo – hemofilia, daltonismo;
- 3.3 outras heranças ligadas ao sexo – herança restrita ao sexo, dominância influenciada pelo sexo, expressão gênica limitada ao sexo.

4 Fisiologia e Anatomia Humana e Animal Comparada;

5 Origem de Vida:

5.1 abordagem histórica – o método científico, hipótese autorófica e heterotrófica.

6 Ecologia:

- 6.1 relações no meio biótico;
- 6.2 fluxo de matéria e energia;
- 6.3 ciclo biogeoquímicos;
- 6.4 dinâmicas de populações;
- 6.5 biomas
- 6.6 desequilíbrios ecológicos;

7 Evolução:

- 7.1 evolução da vida – mutações, genéticas de populações, teorias evolucionistas (lamarquismo e darwinismo);
- 7.2 antepassados do homem;
- 7.3 neodarwinismo – processo evolutivo, irradiação adaptativa, especiação, convergência adaptativa, homologia e analogia.

8 Implicações dos avanços biológicos no fenômeno vida:

- 8.1 biotecnologia;
- 8.2 manipulação genética;
- 8.3 biologia molecular;
- 8.4 bioética.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, M. A. **Para compreender a Ciência**. Editora Educ.: São Paulo, 1998.
- CARVALHO, A. M. P. **Ensino de Ciências**: unindo a pesquisa e a prática. Editora Pioneira: São Paulo, 2004.
- DE ROBERTIS, E. D. P. DE ROBERTIS JR, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1989.
- DIRETRIZES CURRICULARES DE BIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação, 2009.
- GASPARIM, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico - crítica**. Editora Autores Associados: Campinas, 2002.
- J. LAURENCE. **Biologia**. Nova Geração, São Paulo, 2005.
- JUNQUEIRA, L. C. CARNEIRO, J. **Histologia básica**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1990.
- JUNQUEIRA, L. C. CARNEIRO, J. **Noções Básicas de Citologia, Histologia e Embriologia**. Nobel, São Paulo, 1993.
- KNELLER, G. F. **A Ciência como atividade humana**. Editora Zahar: São Paulo, 1980.
- MIZUKAMI, M. G.N. **Ensino**: as abordagens do processo. Editora EPU, 1986.
- PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia**. Editora Ática, São Paulo, 2005.
- PAULINO, W. P. **Biologia**. Editora Ática: São Paulo, 2005.
- RAW, I. **Aventuras da Microbiologia**. Hacker Editores. São Paulo, 2002.
- RONAN C. A. **História Ilustrada da Ciência**. Oriente, Roma e Idade Média. Vol.2. Jorga Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997.
- RUSS, J. **Dicionário da Filosofia**. Editora Scipione: São Paulo, 1994.
- SAUIANI, D. **Pedagogia Histórico - crítica**: primeiras aproximações. Autores Associados. Campinas, São Paulo, 1997.

STORER, T. STEBBINS, R. C. **Zoologia Geral**. Companhia Nacional, São Paulo, 2002.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

As primeiras sistematizações da Educação Física são oriundas da Europa, e chegaram ao Brasil com o nome de Ginástica e com a preocupação do desenvolvimento da saúde e formação da moral dos cidadãos brasileiros.

No início do século XX, a disciplina de Educação física tornou-se obrigatória nas instituições de ensino, com a intenção de formar indivíduos fortes e disciplinados.

Atualmente o ensino da Educação Física nas escolas, já reverteu esse quadro histórico da área de seleção de indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência, tendo assim, como meta, a inclusão do aluno na cultura corporal do movimento por meio da participação e reflexões concretas e efetivas.

Atualmente, a prática desportiva é fundamental, cresce o número de adeptos e diminui-se o número de doenças, graças à atividade física praticada desde a mais tenra idade até os mais idosos.

A Educação Física escolar vem sofrendo grandes mudanças: no passado era vista apenas como disciplina que ensinava técnicas esportivas. Hoje é um componente curricular que visa desenvolver conteúdos sociais, culturais e pedagógicos.

A grande preocupação atualmente é romper com as antigas perspectivas da aptidão física, cuja concepção não ultrapassava os aspectos fisiológicos e técnicos.

Além do trabalho esportivo, as aulas de Educação Física devem visar a expressividade corporal. Deixar com que os alunos possam entender mais sobre um corpo que fala, que sente, que expressa, que é vivo. De acordo com as DCEs, deve-

se priorizar as manifestações esportivas; manifestações ginásticas; brincadeiras, brinquedos e jogos; e manifestações estético corporais na dança e no teatro, como um todo.

O Ensino Fundamental, assim como a Educação Infantil e o Ensino Médio, procuram estabelecer a qualidade no ensino. A estrutura do Ensino Fundamental e Médio, de forma geral, busca uma perspectiva democrática, comprometendo-se com a educação necessária para a formação de cidadãos críticos autônomos e atuantes.

Durante as aulas deve-se, incentivar relações equilibradas e construtivas com os colegas, sem qualquer forma de discriminação; valorizar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas. Deve transmitir também informações sobre hábitos saudáveis de vida despertando o gosto pela atividade física.

A inclusão tem sido o foco de discussões de professores, população e também da mídia. A Educação Física escolar, até décadas atrás apresentava um modelo em que o físico (corpo), a aptidão física e desempenho era o mais importante. O Aluno deveria apresentar um bom desempenho e habilidades nos jogos e em determinadas modalidades esportivas, levando o aluno a ser quase um atleta.

Hoje, temos todos os alunos, indiferente de portarem deficiência física ou mental, como sendo especiais, pois devemos tratá-los com igualdade e respeitando suas individualidades.

Com isso as aulas devem proporcionar aos alunos através de atividades corporais, uma atitude construtiva com os portadores de necessidades educativas especiais, possibilitando uma atitude de respeito, aceitação e solidariedade.

Ainda quanto ao reconhecimento das diferenças, é preciso valorizar as experiências corporais do campo, visando às práticas corporais de cada segmento social e cultural nas escolas e com isso os alunos tenham ampliado seus horizontes de expressão corporal.

2 OBJETIVOS

- Contribuir para a formação de cidadãos-reflexivos e participativos preocupados com os problemas da sociedade atual, com a melhora da qualidade de vida e com a necessidade de ocupar o seu tempo disponível com atividades de lazer.
- Proporcionar aulas segundo três perspectivas: a educação pelo movimento; a educação para o movimento, a educação do movimento.
- Educar para a compreensão do esporte ou da atividade física no mundo contemporâneo.
- Estimular os alunos a utilizarem o esporte/atividades física em seus momentos de lazer, compreendendo a importância desses momentos para sua vida.
- Desenvolver os componentes da Aptidão Física sob a perspectiva de promoção de saúde.
- Desenvolver a consciência e expressão corporal, de forma lúdica e criativa, mediante a participação no processo de planejamento, realização e avaliação das atividades.
- Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal;
- Aprofundar-se no conhecimento dos limites e das probabilidades do próprio corpo de forma a poder controlar algumas de suas posturas e atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para melhoria de suas aptidões físicas.
- Conhecer a origem dos diferentes esportes e sua mudança na história.
- Analisar, compreender e manipular regras.
- Resgatar manifestações regionais, valorizando o folclore no contexto escolar.
- Despertar nos alunos o gosto pelas atividades rítmicas e expressivas.
- Contemplar a cultura afro-brasileira através de danças e lutas.

3 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/BÁSICOS DA DISCIPLINA

ESPORTE

- Coletivos: Voleibol, basquetebol, handebol, futsal e futebol.
- Individuais: Atletismo, tênis de mesa.

JOGOS E BRINCADEIRAS

- Jogos de tabuleiro: dama, trilha, xadrez
- Jogos cooperativos: volençol, cadeira livre, futpar.
- Jogos e brincadeiras populares;
- Brincadeiras e cantigas de roda.

DANÇA

- Danças folclóricas;
- Danças de salão;
- Danças criativas;

GINÁSTICA

- Ginástica de academia: alongamentos, ginástica aeróbica, ginástica local, pular cordas.
- Ginástica circense;
- Ginástica geral.

LUTAS

- Lutas que mantêm a distância: Taekwondo.
- Capoeira.

4 METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Para o desenvolvimento deste trabalho serão organizadas ações significativas, que favorecerão aos alunos a apropriação de novos saberes, pois terão um envolvimento efetivo na construção das atividades, integrando o trabalho teórico-prático dentro das atividades programadas.

Os conteúdos serão transmitidos através de aulas teóricas e práticas das diferentes modalidades esportivas numa perspectiva histórica, cultural e social.

Através de vivências práticas da experiência corporal, serão considerados a realidade social e pessoal e ainda as necessidades de compreensão dessa mesma realidade.

Essa atitude é fundamental, para propiciar uma abrangência mais ampla e inovadora na proposta da cultura corporal.

A abordagem dos conteúdos também será baseada nas dúvidas, curiosidades e necessidades de conhecimento dos alunos. Dessa forma, sabe-se antecipadamente por onde vai começar o trabalho respeitando até mesmo a diferença entre turmas da mesma série.

Também, com os alunos, o professor vai problematizar e conhecer as práticas esportivas que os seres humanos produziram ao longo da História Cultural e ainda vivenciar, conhecer, criticar e transformar as práticas corporais já produzidas e ainda recriar um novo jogo, novo esporte, nova dança, nova luta, nova ginástica. Durante as aulas serão usados jornais, revistas, internet, televisão, vídeo e rádio.

Por fim, será trabalhado um novo conteúdo durante as aulas, os Desafios Educacionais Contemporâneos que são: Educação ambiental, prevenção ao uso indevido de drogas, relações étnico-raciais, sexualidade e violência na escola.

5 AVALIAÇÃO

Pretende-se avaliar se o aluno aceita as limitações impostas pelas situações do jogo ou da atividade, tanto no que se refere às regras quanto ao respeito e interação com os outros.

Será desenvolvida de forma contínua, cumulativa, diagnóstica, levando em consideração as alterações próprias e características de cada educando. Os conteúdos e objetivos poderão ter uma variação conforme os instrumentos utilizados.

Os instrumentos de avaliação serão: participação das aulas; relatórios; provas ou testes orais e escritos, individuais, coletivos, com ou sem consulta; trabalhos de pesquisa individual ou em grupo; atividades em sala de aula; seminário; debates; participação em projetos.

A nota bimestral será resultado da somatória das notas atribuídas a cada critério avaliativo utilizado, sendo que será obrigatório a utilização de no mínimo, dois critérios avaliativos diferentes durante o bimestre.

É importante lembrar, ainda, que todo o processo de avaliação deve contemplar os alunos com necessidades educativas especiais, com instrumentos e

formas de avaliação diferenciados, respeitando sempre as limitações e as características dos alunos nos casos específicos.

O processo de recuperação de conteúdos e notas ocorrerá de modo paralelo ao processo ensino-aprendizagem, ocorrendo a cada avaliação em que se utilize como instrumento, provas ou testes, seguindo as estratégias abaixo:

- Retomada de conteúdo;
- Atendimento a dúvidas;
- Aprofundamento do estudo com pesquisas, se necessário;
- Atendimentos individuais;
- Nova oportunidade de fazer a prova ou teste.

Quanto à nota da recuperação paralela, prevalecerá a nota mais alta entre a avaliação e recuperação.

REFERÊNCIAS

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. EDUCAÇÃO FÍSICA.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação Física Escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem Social**. Porto Alegre. Livro de Educação Física. Magis Ltda., 1992.

Manual da Educação Física: José Roberto Borsari, José Medalha, João Bosco da Silva, São Paulo.

SOARES, Carmen Lúcia. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo, Cortez, 1993.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Ensino Religioso começa com o descobrimento quando o Brasil torna-se colônia de Portugal. Os índios, que viviam aqui antes da vinda dos primeiros portugueses, foram os primeiros habitantes do país e o ensino tem tudo a ver com eles. Em 1549 os padres Jesuítas da Companhia de Jesus vieram para cá com a ordem para construir colégios e ensinar os índios e filhos de colonos portugueses a ler e a escrever.

A alfabetização era uma oportunidade de convencer a população a viver de acordo com os costumes europeus. Por isso os alunos aprendiam os ofícios de carpinteiro, ferreiro, sapateiro e outros. Os principais colégios ficavam na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os principais jesuítas eram os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta.

Como os primeiros professores eram padres católicos, as aulas eram aproveitadas para divulgar a fé católica entre os alunos. Isso só mudou quando, em 15 de novembro de 1890, um ano após a proclamação da república, intelectuais republicanos conseguiram a separação da Igreja e o Estado. No debate entre católicos e republicanos, o governo da época manteve o Ensino Religioso, mas as aulas não seriam ministradas mais por padres. Nessa época 80 % da população era católica.

Em Santa Catarina, a partir de 1970, o Ensino Religioso deixa de ser exclusividade da Igreja Católica. Nasce o Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso (CIER) e as aulas tornam-se cristãs ecumênicas.

A última alteração no Ensino Religioso aconteceu em 1996 com a criação do Conselho do Ensino Religioso de Santa Catarina (CONER/SC) formado por membros de diferentes religiões. Hoje ele abrange todas as culturas religiosas.¹

O ser humano vive em busca de realização e de felicidade. Na permanente construção de si e do mundo e nas constantes mudanças e desafios com que nos deparamos no dia-a-dia, estão a existir transformações profundas na maneira de viver e relacionar-se e, por isso, necessitamos de constante formação, visando a aquisição de conhecimentos e da consciência da complexidade do universo pluralista em que vivemos.

A educação, exatamente por lidar sistematicamente com processo de elaboração de idéias, está permanentemente requisitando uma mudança ou um repensar de afirmações e de certezas.

A disciplina de Ensino religioso pertence ao universo escolar e visa oportunizar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o sagrado. Portanto, é fundamental que a oferta da disciplina como área do conhecimento esteja relacionada com a sua contribuição para a tarefa educativa como um todo, a fim de garantir que sejam respeitadas as diversidades culturais locais e regionais, étnicas, religiosas, sociais e políticas. A educação deve atuar de forma a facilitar o processo de construção da cidadania, como também formar cidadãos que saibam compreender e lidar com a religiosidade humana, como o fenômeno religioso e aprendam a conviver com as diferentes manifestações religiosas evitando e repudiando toda e qualquer forma de preconceito.

O ensino religioso exige o respeito à diversidade cultural religiosa e proíbe toda e qualquer forma de proselitismo.

Portanto, o Ensino Religioso visa a proporcionar os educandos a oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento, de aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, de tal forma que tenham a amplitude da própria cultura em que se insere. Essa compreensão deve favorecer o respeito à diversidade cultural religiosa, em suas relações éticas e sociais diante da sociedade, fomentando medidas de repúdio a toda e qualquer forma de preconceito e

1 OLIVEIRA, Kalil de. **História do Ensino Religioso e da Educação**. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes.../5texto1.pdf

discriminação e o reconhecimento de que, todos nós, somos portadores de singularidades. (diretrizes curriculares, pág. 9)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 prevê a forma de organização do Ensino religioso e em 22 de julho de 1997 foi aprovada a Lei nº 9475/97 que dá nova redação ao artigo 33 da LDB. Em 10 de fevereiro de 2006 foi aprovado a Deliberação nº 01/06 que visa instituir novas normas para o Ensino religioso no Sistema Estadual de Ensino no Paraná.

Dentre os principais objetivos que norteiam o ensino da disciplina no ensino fundamental, apresentam-se:

- * Proporcionar o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso a partir das experiências percebidas no contexto sócio-cultural do aluno;
- * Ampliar a compreensão sobre a sua religiosidade bem como a do outro e de suas diferentes formas de ver o sagrado;
- * Contribuir para o reconhecimento e respeito às diferentes expressões religiosas;
- * Formar para o exercício consciente da cidadania e convívio social, baseado na alteridade e respeito às diferenças;
- * Promover situações e oportunidades de entender os movimentos religiosos de cada cultura, de modo a colaborar com a formação da pessoa;
- * Propiciar ao educando o conhecimento da formação da ideia de Transcendente na evolução da estrutura religiosa, percebendo-a como ideia orientadora e referente à vida;
- * Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, preconceitos, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- * Proporcionar o contato do educando com as diferentes manifestações religiosas visando superar as desigualdades étnico-religiosas, buscando garantir o direito a liberdade de expressão e crença.

2 CONTEÚDOS

2.1 ESTRUTURANTES

Como as demais áreas do conhecimento, O Ensino Religioso também contribui para o desenvolvimento do sujeito. No entanto, para a compreensão do objeto de estudo, há que se determinar os conteúdos estruturantes que visam organizar os saberes, os conceitos ou práticas que identificam os campos de estudo a serem contemplados:

- * Paisagem religiosa: construída historicamente e socialmente pelos grupos humanos, se constitui pelo conjunto de representações que manifestam o imaginário acerca do sagrado. Compreende os elementos culturais e naturais.
- * Universo simbólico religioso: são as representações que possuem significados e constituem a linguagem simbólica das manifestações religiosas. Relacionam o sagrado com o mundo vivido pelos homens.
- * Texto Sagrado: é uma das representações do sagrado. Nele estão preservados as tradições e manifestações religiosas para orientação e conduta de seus adeptos. Servem como registro e perpetuação da memória e identidade de um grupo social.

2.2 BÁSICOS

5ª SÉRIE

- * Organizações religiosas: sistemas organizados institucionalmente. Conteúdos, organização, estrutura e dinâmica social que expressam diferentes formas de compreensão e relações com o sagrado. São tratados: fundadores e hierarquia do budismo, confucionismo, espiritismo, cristianismo, candomblé e umbanda, hinduísmo.
- * Lugares sagrados: caracterização dos lugares e templos sagrados (peregrinação, reverência, culto, identidade, práticas de expressão do sagrado nestes locais que podem ser na natureza ou construídos)
- * Textos orais e escrito: ensinamentos sagrados transmitidos de forma oral e escrita pelas diferentes culturas religiosas. Vedas (Hinduísmo), Alcorão (Islamismo), Bíblia (Cristianismo), Tora (Judaísmo), Cesto Triplo (Budismo), lendas e mitos indígenas, oralidade afro-brasileira.

* Símbolos sagrados: significado dos gestos, sons, formas, cores e textos nos ritos, mitos e no cotidiano. Exemplos: arquitetura, mantras, objetos, paramentos...

6ª SÉRIE

* Temporalidade Sagrada: o tempo da revelação do sagrado constitui, por outro lado, o momento privilegiado em que o humano se liga ao divino. Pode-se trabalhar a temporalidade Sagrada apresentando nas aulas de Ensino Religioso o evento da criação nas diversas tradições religiosas, os calendários e seus tempos Sagrados (nascimento do líder religioso, passagem de ano, datas de rituais, festas, dias da semana, calendários religiosos). Entre os exemplos podemos citar o Natal (cristão), Kumba Mela (hinduísmo), Losar (passagem do ano tibetano) e outros.

* Ritos: cerimônias formadas por um conjunto de rituais. Podem ser: de passagem, transição, morte. Presentes em todas as manifestações do sagrado.

* Festas religiosas: peregrinações, familiares, comemorativas, de rememoração. Aproximam a comunidade e estabelecem contato com o sagrado.

* Vida e morte: respostas elaboradas pelas diferentes tradições religiosas para esses temas e sua relação com o sagrado. O sentido da vida, a reencarnação, a ressurreição, além-morte, antepassados, espíritos serão enfocados.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DA DISCIPLINA

Propor uma metodologia para esta disciplina, além de ser um desafio requer uma ruptura dos padrões convencionais no que se refere às aulas de Ensino religioso, pois se faz necessário superar as práticas tradicionais e implantar algumas inovações no tratamento e na forma de apresentação dos conteúdos, com a intenção de ampliar a compreensão e o conhecimento do educando a respeito da diversidade religiosa.

Convém ressaltar que o conteúdo religioso, entendido como integrante do patrimônio cultural da humanidade, no âmbito escolar deverá ser tratado como objeto do conhecimento através de debates, de confronto de idéias e de

informações, possibilitando a participação ativa dos alunos respeitando-se a diversidade cultural e religiosa. Portanto, a metodologia deve ser conduzida de maneira que permita o diálogo e uma postura reflexiva perante a vida e o fenômeno religioso. A interação entre educador e educando é imprescindível na ação pedagógica e, para isso, deve-se utilizar uma metodologia dinâmica, realista e criativa para propiciar uma participação ativa do aluno onde ele possa expressar-se criativamente, despertar e descobrir os valores essenciais para a vida. As aulas devem ter como ponto de partida as experiências da vida do educando, ou seja, a sua realidade social e cultural, na qual está inserido para que se respeite a tradição trazida de suas famílias e assim garanta a liberdade de expressão de cada um.

A intencionalidade e a direção do processo/aprendizagem, pressupõe um constante repensar das ações que subsidiarão o trabalho visando a aquisição do conhecimento religioso como tal e gerar uma mudança qualitativa traduzidos em novas posturas de diálogo e respeito às diversas manifestações religiosas, ampliando e valorizando o universo cultural dos alunos, evitando atitudes preconceituosas. Este é um desafio contemporâneo e o principal objetivo do Ensino Religioso nas escolas.

Por isso, as aulas de Ensino Religioso também trarão temas relacionados à cultura religiosa Afro-brasileira, africana e indígena, a fim de recuperar essas identidades culturais que foram e continuam sendo importantes para a formação do Brasil e do povo brasileiro, em virtude do preconceito existente em nossa sociedade e que ficaram por muito tempo marginalizadas.

Além das sugestões existentes no caderno pedagógico da SEED, sugere-se vários trabalhos didáticos: trabalhos em grupo; textos de apoio; produção de murais; cruzadinhas; confecção de cartazes; pesquisas bibliográficas; produção de textos; histórias em quadrinhos; análise de letras de música condizente ao tema abordado; vídeos e DVDs com filmes e documentários. A Tv Pen Drive é um recurso metodológico que auxilia no ensino e aprendizagem.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação é necessária em todos os empreendimentos humanos, passando por todas as dimensões sociais, políticas, econômicas, religiosas, ideológicas, dentre outras.

Na educação, e especialmente no Ensino Religioso, a avaliação tem um sentido amplo: além de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica no processo ensino/aprendizagem, envolve outros aspectos como: sociabilidade, afetividade, postura respeitosa diante das diferentes opções religiosas, compromisso, integração, participação na expectativa da aprendizagem do aluno e de sua transformação.

Na educação religiosa, o ideal é a avaliação vivenciada entre educador/educando, auto-avaliação em termos de compromisso assumido com a prática social, pois a sua função é diagnosticar falhas e acompanhar o processo de apropriação do conhecimento, o que orientará a continuidade do trabalho ou a reorganização e retomada do conteúdo, quando necessário.

A avaliação não é um momento isolado, mas acompanha todo o processo ensino/aprendizagem, podendo ser realizada a qualquer momento. Portanto, a avaliação será diagnóstica, contínua e cumulativa e como instrumentos da avaliação serão utilizados: redações, textos, conversas, participação, colaboração, trabalhos individuais e em equipe, apresentação dos mesmos, pesquisas, paródias, murais, desenhos, acrósticos, etc.

Se houver necessidade, ao término de cada avaliação serão retomados os conteúdos trabalhados para a realização da recuperação paralela, possibilitando ao aluno a oportunidade de recuperar conteúdos. Isso será realizado de forma a oportunizar ao aluno sistematizar as idéias, utilizando-se de diferentes instrumentos: produção de textos, avaliações ou atividades como pesquisas e análises de textos e partes de filmes.

Para atender aos alunos portadores de necessidades especiais educativas serão adequados os objetivos e os critérios de avaliação, sem que isto implique modificá-los, considerando as necessidades pessoais de cada um.

De acordo com as Diretrizes Curriculares (2009), devem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso: a expressão do aluno em sua relação respeitosa com os colegas de classe que tem opções religiosas diferentes; a aceitação das diferenças de credo ou de expressão de fé; o reconhecimento do fenômeno religioso como um elemento da cultura e da identidade de cada grupo

social e o emprego dos conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado.

Dessa forma, busca-se formar o aluno para o respeito à liberdade, expressão e à diversidade cultural e religiosa. Por ele, será conduzido às relações, o diálogo e a postura reflexiva perante a vida. É uma forma de promover a conscientização e o entendimento sobre o sagrado.

5 REFERÊNCIAS

BESEN, José Artulino. **O universo religioso: as grandes religiões do mundo e tendências religiosas atuais**. São Paulo: Mundo e Missão, 2005.

CADERNOS de Estudos Integrantes do Curso de Extensão de Ensino Religioso. 12 volumes.

CISALPINO, M. **Religiões**. São Paulo: Scipione, 1994.

DIRETRIZES CURRICULARES DE ENSINO RELIGIOSO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Secretaria de Estado da Educação: Curitiba, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

GAARDNER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

MACEDO C. C. **Imagem do eterno: religiões no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1989.

OLIVEIRA, Kalil de. **História do Ensino Religioso e da Educação**. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes.../5texto1.pdf

OTTO, R. **O Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1992.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Constituída como pensamento há mais de 2600 anos, a Filosofia traz consigo o problema do seu ensino, desde o embate entre o pensamento de Platão e as teses dos sofistas. Nessa perspectiva, convém ressaltar que a Filosofia se ocupa de questões cujas respostas estão longe de se obter pela Ciência.

Evidentemente, são muitas as possibilidades para construir um programa de ensino de Filosofia, entre as quais estão a divisão cronológica linear, a divisão geográfica e inclusive a divisão por conteúdos.

Opta-se pelo trabalho com conteúdos estruturantes, tomados como conhecimentos basilares, que se constituíram ao longo da história da Filosofia e de seu ensino, em épocas, contextos e sociedades diferentes.

Neste contexto, os conteúdos estruturantes Mito e Filosofia, Teoria do conhecimento, Ética, Filosofia política, Estética, Filosofia da Ciência estão presentes em todos os períodos da história da Filosofia. Cabe ressaltar que em cada um desses grandes períodos, os conteúdos estruturantes recebem tratamento diverso.

Na Filosofia Antiga há um cosmocentrismo marcante na produção do conhecimento; ou seja, há uma tendência para explorar as questões relativas à natureza.

Na Idade Média a Filosofia era fortemente marcada pelo teocentrismo, sendo que o medievo é marcado pela inspiração divina da Bíblia, pelo monoteísmo, pelo criacionismo, pelo pecado original, pelo conceito cristão de amor e de modo inclusivo, por uma nova concepção de homem.

Na modernidade o pensamento antropocêntrico recebe destaque, a Filosofia declara sua autonomia diante da Teologia, pensadores tratam de questões exclusivamente filosófico-científicas. No entanto, o homem descobre sua importância ao compreender as lógicas da natureza, da sociedade e inclusive do universo.

Quanto ao pensamento contemporâneo pode-se ressaltar que o mesmo é resultado da preocupação do homem, principalmente no tocante a sua historicidade, sociabilidade, secularização da consciência e antidogmatismo. Esse período da história da Filosofia, a partir do séc. XIX é marcado pelo pluralismo filosófico, o que permite pensar de maneira específica cada um dos conteúdos estruturantes.

Quanto às dimensões históricas do ensino de Filosofia no Brasil, pode-se destacar que a Filosofia como disciplina figura nos currículos escolares desde o ensino jesuítico, ainda nos tempos coloniais. Nessa perspectiva, a Filosofia, era entendida como instrumento de formação moral e intelectual sob os cânones da Igreja Católica e do poder cartorial local.

Com a Proclamação da República a Filosofia passou a fazer parte dos currículos oficiais, até mesmo como disciplina obrigatória.

Evidencia-se que com a Lei nº. 4.024/61, a Filosofia deixava de ser obrigatória e, sobretudo, com a Lei nº 5692/71, em pleno regime militar, o currículo escolar não deu espaço para o ensino e estudo de Filosofia, que desapareceria dos currículos escolares do Segundo Grau durante a ditadura, sobretudo por não servir aos interesses econômicos e técnicos do momento.

A partir da LDB 9.394/96, o Ensino de Filosofia, no Nível Médio, começou a ser discutido, embora a tendência das políticas curriculares oficiais fosse de manter a Filosofia em posição de saber transversal às disciplinas do currículo. Nessa perspectiva a Filosofia perde seu estatuto de disciplina e é reduzida a uma ferramenta virtual, necessária ao exercício da cidadania.

Nesta trajetória, a proposta de mudança da Resolução CNE/CEB nº 03/98, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação em 7 de julho de 2006.

No Estado do Paraná, foi aprovada a lei nº 15228, em julho de 2006, tornando a Filosofia e a Sociologia obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio.

Cabe ressaltar que ao pensar o ensino de Filosofia, torna-se fundamental definir o local onde ele se realiza e que sujeitos são esses aos quais esse ensino se dirige, desta forma será permitido pensar qual Filosofia será ensinada. No entanto, ensinar Filosofia exige do corpo docente claro posicionamento em relação aos sujeitos desse ensino, em relação às questões históricas contemporâneas e de modo inclusivo em relação às contradições que perpassam a sociedade.

2 OBJETIVOS

- Construir e tomar posições, detectando os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos;
- Compreender as ideias explicitadas pelos filósofos, analisando as diferentes óticas.
- Desenvolver estilo próprio de pensamento; onde possam argumentar filosoficamente, por meio de raciocínios lógicos, num pensar coerente e crítico.
- Articular os problemas da contemporaneidade com as respostas e formulações da história da Filosofia e com a criação de conceitos;
- Estimular o trabalho de mediação intelectual, o pensar, a busca da profundidade dos conceitos e das suas relações históricas, em oposição ao caráter imediatista que assedia e permeia a experiência do conhecimento e as ações delas resultantes.

3 CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

Considerando-se a recente implantação da disciplina de Filosofia em todas as séries de nossa instituição, e sabendo-se que nos anos anteriores a disciplina era trabalhada somente na terceira série. Os conteúdos trabalhados em todas as séries terão características semelhantes, visto que a segunda e a terceira séries do corrente ano terão em sua grade curricular pela primeira vez a referida disciplina. Isto para que a experiência dos alunos ao estudarem Filosofia não seja prejudicada.

Os conteúdos serão reformulados nos próximos anos, sequencialmente. Adequando assim o conteúdo a cada série.

1ª, 2ª, 3ª SÉRIES

3.1 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

MITO E FILOSOFIA

TEORIA DO CONHECIMENTO

ÉTICA

FILOSOFIA POLÍTICA

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

ESTÉTICA

3.2 CONTEÚDOS BÁSICOS

MITO E FILOSOFIA

- Mito e Filosofia
- O Deserto do Real
- Ironia e Maiêutica

TEORIA DO CONHECIMENTO

- O Problema do Conhecimento
- Filosofia e Método
- Perspectivas do Conhecimento

ÉTICA

- A Virtude em Aristóteles e Sêneca
- Amizade
- Liberdade
- Liberdade em Sarte
- Inclusão e Diversidade.

- Educação Inclusiva: O Direito à Diferença.
- A Inclusão Educacional Trilhada por Diferentes Caminhos.

FILOSOFIA POLÍTICA

- Em Busca da Essência do Político
- A Política em Maquiavel
- Política e Violência
- A Democracia em Questão
- Organização Política do Campesinato.
- Concepção de Educação do Campo.
- Cooperativismo.
- Cultura Afro-brasileira: Conhecimento e Interpretação da Lei 10.639/03, referente à “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.
- Análise do conjunto de elementos culturais surgidos no Brasil do contato entre o colonizador europeu e o negro trazido da África.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

- O Progresso da Ciência
- Pensar a Ciência
- Bioética

ESTÉTICA

- Pensar a Beleza
- A Universalidade do Gosto
- Necessidade ou Fim da Arte?
- O Cinema e uma Nova Percepção

4 METODOLOGIA

No ensino de Filosofia quatro momentos serão indispensáveis para que se trabalhe adequadamente com os conteúdos estruturantes e com os conteúdos

específicos, sendo assim mencionados: a sensibilização, a problematização, a investigação e inclusive a criação de conceitos.

Quanto á sensibilização, pode-se utilizar a exibição de um filme ou de uma imagem, da leitura de um texto jornalístico ou literário, da audição de uma música, enfim, são inúmeras possibilidades para atividades conduzidas pelo corpo docente, as quais podem ser retomadas a qualquer momento, a fim de instigar e motivar possíveis relações entre o cotidiano do educando e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido.

Inicia-se então o trabalho propriamente filosófico, a problematização, a investigação, a criação de conceitos, sendo que a problematização ocorre quando o educador e os educandos levantam questões, identificam problemas e investigam o conteúdo.

O educando analisará o problema, o que se faz por meio da investigação, no entanto, ao recorrer a história da Filosofia e aos clássicos, o estudante se defronta com diferentes maneiras de enfrentar o problema e com as possíveis soluções já elaboradas que embora não resolvam o problema, orientam a discussão. No entanto, almeja-se na busca da resolução do problema que haja preocupação também com uma análise da atualidade, com uma abordagem contemporânea que remeta o educando à sua própria realidade com o intuito de possibilitar que o mesmo possa formular conceitos e construir seu discurso filosófico, na tentativa de atuar sobre os problemas da sociedade.

Desta forma, o educando encontrar-se-á apto a elaborar um texto, um construto teórico, onde terá condições de perceber o que está implícito nas idéias e como elas se tornam conhecimento e, por vezes, ideologia, de modo que possam argumentar filosoficamente, por meio de raciocínios lógicos, num pensar coerente e crítico.

Torna-se imprescindível que o ensino de Filosofia seja permeado por atividades investigativas individuais e coletivas que organizem e orientem o debate filosófico, atribuindo-lhe um caráter extremamente dinâmico e participativo.

Nessa perspectiva, pode-se enfatizar que o ensino de Filosofia pressupõe um planejamento que inclua leitura, debate, produção de textos, entre outras estratégias, possibilitando que a investigação seja de fato a diretriz do ensino, pois

evidentemente, um bom planejamento evita que se caia no vazio e nos prováveis desastres do espontaneísmo.

Nessa perspectiva, a Filosofia torna-se importante para que o corpo docente tenha consciência de que enquanto indivíduos devem tornar-se críticos, o que é proposto pelos “desafios educacionais contemporâneos”.

5 AVALIAÇÃO

Torna-se importante salientar que a avaliação deve estar concebida na sua função diagnóstica, pois almeja subsidiar e redirecionar o curso de ação no processo ensino-aprendizagem.

Nesse contexto convém enfatizar que o ensino de Filosofia é um grande desafio, pois o corpo docente deve ter respeito pelas posições do educando, mesmo que discorde delas, pois o que está em questão é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições. Considerando notavelmente a atividade com conceitos, a capacidade de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos.

No entanto, a avaliação será diagnóstica, contínua e cumulativa. Nessa perspectiva, a avaliação de Filosofia se inicia com a sensibilização, com a coleta do que o educando pensava anteriormente e o que passa a pensar após o estudo de Filosofia.

Evidentemente, os instrumentos de avaliação deverão respeitar o Projeto Político Pedagógico, para que se possa adequar cada etapa do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a avaliação será somatória e a recuperação de conteúdos e notas serão contemplados, pois como se trata da aquisição de conhecimentos haverá a recuperação paralela, sempre levando em conta as dificuldades de cada educando, principalmente em relação aos conhecimentos já adquiridos por eles considerando o grau de complexidade que cada professor pode propor em cada série.

A forma de avaliação será constituída pensando-se nas características da disciplina. Como ela exige a melhora do poder argumentativo dos educandos, será feita principalmente através de debates, seminários e trabalhos em grupo, pois essas formas de avaliação proporcionam a possibilidade de uma maior argumentação.

Quanto aos alunos com alguma necessidade especial, será feito total esforço para que eles não sejam prejudicados em sua educação, respeitando suas necessidades e proporcionando-lhes métodos e materiais diferenciados quando necessário.

REFERÊNCIAS

- CORBISIER, R. **Introdução à Filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, v. 1.
- DIRETRIZES CURRICULARES DE FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação, 2006.
- FERRATER MORA. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001.
- GALLO, S; KOHAN, W.O. (orgs). **Filosofia no Ensino Médio**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- RANCIÉRI, J. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- REALE, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: patrística e escolástica. São Paulo: Paulus, 2003.
- RUSSEL, B. **Os Problemas da Filosofia**. Coimbra: Almedina, 2001.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Física tem como objeto de estudo, o universo em toda a sua complexidade. Por isso, a disciplina de Física propõe aos estudantes o estudo da natureza.

A Física tal como conhecemos hoje foi inaugurada por Galileu no século XVI. Ele busca descrever um fenômeno partindo de uma situação particular. Constitui, então, a base da ciência moderna que, a partir de uma situação particular, chega ao geral tornando possível construir leis universais.

No século XVII Bacon, Galileu, Descartes e provavelmente outros anônimos com seus métodos retiraram das autoridades eclesiásticas o controle sobre o conhecimento do universo e anunciaram um novo período que chamamos de moderno, abrindo caminho para que Isaac Newton fizesse a primeira grande unificação da ciência elevando a física ao Status de Ciência.

Em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, o ensino da Física foi trazido ao nosso país para atender a arte e os desejos da intelectualidade local. O ensino da Física tem então a preocupação com a formação de engenheiros e médicos, de modo a formar as elites dirigentes do país; portanto não era para todos.

O início do século XX é marcado por uma nova revolução no campo de pesquisa da Física. Einstein propõe a teoria da relatividade e depois disso, a Física não sofreu grandes alterações até meados dos anos 40.

A intensificação do processo de industrialização no país, em 1950 tornou a Física do Brasil parte dos currículos do ensino secundário.

Entende-se então que a Física deve educar para a cidadania contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito crítico, capaz de admirar a beleza da produção científica ao longo da história e compreender a necessidade desta dimensão do conhecimento para o estudo e o entendimento do universo de fenômenos que o cercam, mas que também percebam a neutralidade de sua produção, bem como os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais dessa ciência, seu comprometimento e envolvimento com as estruturas que representam esses aspectos.

Ressalta-se a importância de um enfoque conceitual que não leve em conta apenas uma equação matemática, mas que considere o pressuposto teórico de que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social.

A Física está presente em nosso cotidiano, num contexto histórico, social, tecnológico, econômico e político. Além do que, quem estuda a Física não fica restrito a somente este campo, mas circula entre muitos outros a ela ligada.

Os conhecimentos da Física nos permitem elaborar conceitos de evolução e composição cósmica, da energia presente na matéria, possibilitando o desenvolvimento de novas fontes energéticas, novos materiais, produtos e tecnologias.

Serão levantados assuntos possíveis que contemplem a história e cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Especial sempre voltada a inclusão, tais como:

- Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da ciência e da tecnologia.
- A estrutura da arte africana.
- O emprego da tecnologia no campo.
- A criação de armas e instrumentos indígenas e a relação com o conhecimento da Física.

➤ O emprego das novas tecnologias para um desenvolvimento da educação inclusiva, facilitando para todos a arte de aprender e ensinar.

Os objetivos do Ensino de Física e que deverão ser desenvolvidos ao longo do Ensino Médio são:

- Desenvolver no aluno capacidades que lhe permitam a interpretação de dados, fatos, fenômenos e processos naturais, também novas tecnologias e questões relacionadas à Física que estão presentes em seu cotidiano;
- Compreender a Física em seu cotidiano;
- Conhecer e utilizar os conceitos físicos;
- Desenvolver a capacidade de investigação física;
- Compreender a Física como um instrumento indispensável na elaboração de novas tecnologias;
- Expressar-se corretamente utilizando a linguagem física;
- Reconhecer a Física como construção humana;
- Evoluir o seu senso crítico;
- Conhecer cada vez mais o universo físico e os fenômenos que nele acontecem;
- Desvendar abstração de leis físicas.

2 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/BÁSICOS DA DISCIPLINA

O processo de ensino e aprendizagem de Física será desenvolvido tendo como base os conteúdos estruturantes: Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo. A partir desses serão trabalhados os conteúdos básicos da disciplina que são:

1ª Série

Movimento

- Momentum e inércia;
- Conservação da quantidade de movimento (momentum);
- Variação da quantidade de movimento – impulso;
- 2ª lei de Newton;
- 3ª lei de Newton e condições de equilíbrio;

- Energia e o Princípio da Conservação da energia;
- Gravitação.

2ª Série

Termodinâmica

a) Leis da Termodinâmica:

- Lei Zero da Termodinâmica;
- 1ª Lei da Termodinâmica;
- 2ª Lei da Termodinâmica.

Eletromagnetismo

- A natureza da luz e suas propriedades.

3ª Série

Eletromagnetismo

- Carga elétrica;
- Corrente elétrica;
- Campo elétrico;
- Ondas eletromagnéticas;
- Força eletromagnética;
- Equações de Maxwell;
- Lei de Gauss para eletrostática;
- Lei de Coulomb;
- Lei de Ampère;
- Lei de Gauss magnética;
- Lei de Faraday.

3 METODOLOGIA

Mostrar aos alunos a interdependência da física com os aspectos sociais, políticos e econômicos, utilizando-se dos pressupostos:

- partindo do conhecimento prévio dos estudantes, levantar questões onde, a partir destes, o ensino da física seja levado ao seu meio, onde o conteúdo possa ser melhor entendido.
- Mostrar que os modelos matemáticos usados na física possuem limitações, sendo diferentes a cada situação.

O estudante desenvolve suas concepções espontâneas sobre os fenômenos físicos no dia a dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência e as traz para a escola quando inicia seu processo de aprendizagem. Esse conhecimento será trabalhado com o estudante levando a entrar em contato com o conhecimento científico através de pesquisas bibliográficas, aulas práticas e expositivas, fazendo com que esse relacione suas concepções com a concepção científica do saber.

Os conteúdos da disciplina de Física devem atingir as várias dimensões da inteligência humana, para uma melhor aquisição de conhecimentos. Os objetivos que serão considerados no processo de aprendizagem tem papel fundamental, pois possibilitam estender a todos os alunos a construção do conhecimento.

Explicar ao aluno que o mesmo precisa saber cada vez mais, tornando-se melhor e levando os conteúdos mais próximos de sua vivência, valorizando os conhecimentos, desenvolver uma visão articulada do ser humano em seu meio natural, como construtor e transformador deste meio.

Para a aplicação dos conhecimentos científicos aos alunos, serão utilizados recursos didáticos e tecnológicos, tais como a TV pendrive, o livro didático de Física, computadores, entre outros.

Com relação à educação inclusiva também é essencial considerar o desenvolvimento cognitivo do aluno, relacionado as suas experiências, sua maturidade, sua identidade cultural e social e os diferentes significados e valores que a física possa ter para com eles para que a aprendizagem seja significativa. Neste contexto serão trabalhados: avaliação diferenciada, material apropriado, atenção mais direcionada e respeito às limitações.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação será feita em todo o processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar a apropriação dos conceitos, leis e teorias que compõe o quadro teórico de Física.

A avaliação será contínua, diagnóstica e cumulativa utilizando diversos instrumentos e situações como:

- a) resumos;
- b) pesquisas e relatórios;
- c) trabalhos individuais e em grupos;
- d) apresentação de trabalhos;
- e) resolução dos problemas e exercícios propostos;
- f) sínteses;
- g) relatórios;
- h) testes e provas.

Para a análise dos resultados da tarefa avaliativa, serão utilizados critérios de avaliação que permitirão ao aluno compreender seus objetivos na disciplina.

Os critérios de avaliação a ser verificados serão:

- a) A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
- b) A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
- c) A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- d) A capacidade de elaborar relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos de Física.

O processo de recuperação de conteúdos e notas ocorrerá de modo paralelo ao processo ensino aprendizagem, ocorrendo após cada avaliação que se utilize a prova ou teste. Na recuperação haverá retomada de conteúdos, atendimento de dúvidas, atendimentos individuais e nova oportunidade para fazer a prova ou teste. A recuperação paralela poderá ser feita a todos os alunos, independente do seu resultado na primeira prova ou teste, para que não haja exclusão dos que tenham bom rendimento escolar e para que todos sejam envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Quanto à nota da recuperação paralela prevalecerá a nota mais alta atingida até o momento.

Caso existam alunos com necessidades educacionais especiais, serão utilizados diversos recursos para a verificação da aprendizagem como ampliação de textos e provas, provas orais, tradução simultânea para libras, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANJOS I.G. **Física, curso completo**. IBEP, São Paulo 2000.

CHAVES A. **Física: mecânica**, volume 1. Rio de Janeiro. Reichmann e Afonso Editores, 2000.

CHAVES, A.; SHELLARD, R.C. **Pensando o futuro: o desenvolvimento da física e sua inserção na vida social e econômica do Brasil**. São Paulo, 2005.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: FÍSICA. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Educação Básica, 2008.

MAXIMO A.; ALVARENGA B. **Física, volume único para ensino médio**. Editora Scipione. São Paulo. 2004.

CADERNO TEMÁTICO - **Historia e cultura afro-brasileira e Africana**. Diretrizes Curriculares da Educação no Campo de Estado do Paraná.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA

O estudo do espaço geográfico pressupõe a compreensão da dinâmica da sociedade que nele vive e produz constantemente e da dinâmica da natureza e modificada pela ação humana.

A geografia tem a natureza e o geográfico como parte das estratégias de sobrevivência dos grupos humanos desde suas primeiras formas de organização. Observar a dinâmica das estações do ano, conhecer o ciclo reprodutivo da natureza, a direção e a dinâmica dos ventos, o movimento das marés e as correntes marítimas, bem como as variações climáticas e a alternância entre período seco e período chuvoso, foi essencial para os primeiros povos.

As pesquisas sobre essas sociedades subsidiaram o surgimento das escolas nacionais de pensamento geográfico – destacadamente a alemã e a francesa. O pensamento geográfico, da escola alemã, teve como precursores Humboldt e Ritter, mas coube a Ratzel destaque como fundador da geografia sistematizada, institucionalizada e considerada científica. O pensamento geográfico da escola francesa por sua vez, teve como principal representante Vidal de La Blache. A produção teórica destas duas escolas marca a dicotomia na sociedade - natureza e o determinismo geográfico que justificou o avanço neocolonialista dos impérios europeus na conquista dos territórios da África e da Ásia.

Os chamados princípios de geografia tinham como objetivos enfatizar a descrição do território, sua dimensão e suas belezas bem como de servir aos interesses as ações relacionadas com tais objetivos, como a exploração mineral, o desenvolvimento da indústria de base e as políticas sociais (visando uma melhora para o povo). A natureza deve ser entendida como um todo e, para isso, é necessário analisar as partes que o compõe e as suas interações. Os elementos da natureza sempre devem ser estudados em sua dinâmica própria e também em sua apropriação pela sociedade moderna.

Do ponto de vista econômico e político, a internacionalização da economia e a instalação das empresas multinacionais em vários países do mundo alteram as relações de produção e consumo. Trouxeram para as discussões geográficas assuntos ligados à degradação da natureza (em relação à exploração dos recursos naturais suas consequências para o equilíbrio ambiental no planeta) as desigualdades, injustiças sociais e organização do espaço geográfico.

No esforço de conceituar o objeto de estudo, de especificar os conceitos básicos e de entender e agir sobre o espaço geográfico, os geógrafos de diferentes correntes de pensamentos se especializaram, percorreram caminhos e métodos de pesquisas diferentes, de modo que evidenciaram e, em alguns momentos, aprofundaram a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana. Essa dicotomia permanece até hoje em alguns currículos universitários, assim como em algumas práticas escolares. Diante disso, propõe-se um trabalho conjunto que vise superar a dicotomia entre Geografia Física e Humana, parte do construtor histórico com o qual os professores de Geografia convivem pedagógica e teoricamente há muito tempo.

O objeto aqui – espaço geográfico – é entendido como interdependente do sujeito que o constrói. Trata-se de uma abordagem que não nega o sujeito do

conhecimento nem supervaloriza o objeto, mas antes, estabelece uma relação entre eles, entendendo-os como dois pólos no processo do conhecimento. Assim, o sujeito torna-se presente no discurso geográfico (SILVA, 1995). Desse modo, as desigualdades, conflitos e contradições, próprias da sociedade capitalista, materializam-se nas paisagens e podem ser reveladas sob uma análise crítica dos espaços ocupados pelos diferentes segmentos sociais, culturais, étnicos que compõem a sociedade. É necessário ainda que o conceito de Sociedade continue associado aos estudos demográficos e as estatísticas de diferentes tipos, como as econômicas, importantes para as discussões políticas sobre planejamento ambiental, rural, industrial e urbano. Tais estudos permitem que sejam evidenciadas as contradições sociais - etnia, religião, gênero, faixa etária, densidade demográfica, migrações, entre outros - existentes numa mesma sociedade.

Sobre a teoria e o ensino da Geografia, destaca-se a relevância dessa discussão para que a disciplina cumpra sua função na escola: desenvolver o raciocínio geográfico e despertar uma consciência espacial. O trabalho pedagógico com esse quadro conceitual de referência é fundamento para que o ensino da Geografia na Educação Básica contribua com a formação de um aluno capaz de compreender o espaço geográfico, nas mais diversas escalas, e atuar de maneira crítica na produção socioespacial do seu lugar, território, região, enfim, de seu espaço.

Ao retornar aos resultados teóricos e epistemológicos de sua disciplina de formação, o professor de geografia pode reorganizar seu fazer pedagógico, com clareza teórico-conceitual, estabelecendo, assim, as relações entre o objeto de estudo da disciplina e os conteúdos a serem abordados.

Desta forma, esta Proposta Curricular pretende que o ensino de Geografia esteja voltado à uma reflexão ancorada num suporte teórico crítico que vincule o objeto da Geografia, seus conceitos referenciais, conteúdos de ensino e abordagens metodológicas aos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais do atual contexto histórico. Para isso, será necessário ter como perspectiva tanto os períodos precedentes, quanto os possíveis movimentos de transformações futuros, numa análise que considere, permanentemente, o processo histórico.

2 OBJETIVOS

Na tentativa de contribuir para a mudança da realidade do ensino de Geografia, a reflexão e a mudança na prática pedagógica, propõem-se alguns objetivos a serem alcançados no decorrer do Ensino Fundamental dentro da disciplina de Geografia, de maneira que o aluno seja capaz de:

- Reconhecer os fenômenos do espaço à sua volta, comparando e interpretando, identificando singularidade e generalidades;
- Desenvolver maneiras de investigação que contemplem a observação dos fenômenos e dos processos que ocorrem no meio geográfico e social;
- Reconhecer, ler, analisar e interpretar os códigos específicos de Geografia com elementos de representação de fatos e fenômenos;
- Reconhecer e aplicar formas organizadas de conhecer a localização, a distribuição e a frequência de fenômenos naturais e humanos;
- Identificar os processos históricos e os processos contemporâneos de transformação do espaço geográfico;
- Conhecer e aplicar conceitos básicos de Geografia ao seu cotidiano;
- Identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações naturais e das promovidas pelo homem sobre a própria natureza e sobre a sociedade humana como um todo e na sociedade restrita de seu espaço;
- Inter-relacionar os conhecimentos geográficos com os conhecimentos das demais áreas de estudo do Ensino Fundamental, tendo uma compreensão ampla do mundo e uma visão mais crítica acerca de seu espaço;
- Reconhecer a influência e a contribuição das culturas indígenas brasileiras e as culturas afro-brasileiras e africanas para o status cultural, social, ambiental e científico no Brasil;
- Reconhecer a si como agente do campo e a identidade cultural relacionada aos conhecimentos científicos, à organização social e do trabalho, a interdependência campo-cidade, a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no campo.
- Reconhecer a relação entre sociedade e natureza presente na sua vida cotidiana e na paisagem local, além de compará-la com outras paisagens.
- Ler, interpretar representar o espaço por meio de mapas simples.

- Reconhecer e comparar os elementos sociais e naturais que compõe as paisagens urbanas e rurais brasileiras; as semelhanças e diferenças entre os modos de vida da cidade e do campo; o papel da tecnologia na configuração da paisagem a na estruturação da vida em sociedade.
- Observar, descrever, explicar comparar e representar paisagens urbanas e rurais.
- Estabelecer algumas relações entre ações da sociedade e suas consequências para o meio ambiente.
- Questionar quais são suas ideias, opiniões dúvidas, hipóteses sobre temas em debates e valorizar seus conhecimentos.
- Propor novos questionamentos, fornecer novas informações estimular a troca de informações.
- Promover trabalhos interdisciplinares entre as Ciências Humanas e suas tecnologias.
- Dialogar com a paisagem, observar, entrevistar pessoas e tomar consciência das relações de um determinado espaço, outros espaços de outra grandeza.
- Desenvolver atividades em diferentes fontes de informação como livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, paisagens, confrontar dados e abordagens.
- Ensinar procedimentos de pesquisa, organização de informações coletadas, como obter informações, como proceder a revistas e estudos do meio ambiente, organizar resumos.
- Elaborar mapas, plantas urbanas e textos.

3 CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO

Conteúdos Estruturantes

- Dimensão econômica do espaço geográfico.
- Dimensão política do espaço geográfico.
- Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.
- Dimensão socioambiental do espaço geográfico.

Conteúdos Básicos por Série/Ano

5ª Série

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais.
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista.
- A transformação demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.
- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- As diversas regionalizações do espaço geográfico.

6ª Série

- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- As diversas regionalizações do espaço brasileiro.
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- A transformação demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores estatísticos.
- Movimentos migratórios e suas motivações.
- O espaço rural e a modernização da agricultura.
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.
- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.

7ª Série

- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- O comércio em suas implicações socioespaciais.
- A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.
- O espaço rural e a modernização da agricultura.
- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos.
- Os movimentos migratórios e suas motivações.
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.

8ª Série

- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.
- O comércio mundial e as implicações socioespaciais.
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos.
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.

- A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

1ª Série

- A formação e transformação das paisagens.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.
- A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.

2ª Série

- O espaço rural e a modernização da agricultura.
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.
- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.
- Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.

3ª Série

- A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.
- Os movimentos migratórios e suas motivações.
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- O comércio e as implicações socioespaciais.
- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- As implicações socioespaciais do processo de mundialização.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

4 METODOLOGIA

A Geografia a ser ensinada deve redimensionar o papel do homem como ser histórico que atua na sociedade, na criação e transformação do espaço geográfico. Esse conhecimento deve ser tomado na perspectiva da compreensão da sociedade para que se possa compreender, através dela, a organização espacial. Desse modo a metodologia de ensino deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Para isso, os conteúdos da Geografia devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos propostos neste documento.

Os conteúdos a serem desenvolvidos têm como ponto de partida a sociedade e não o meio físico. A natureza e a sociedade devem ser tratadas na sua totalidade sem as tradicionais fragmentações e separações entre o homem e o meio (físico e humano). Compreender como a sociedade organiza seu espaço é condição para conhecê-lo e explicá-lo. Portanto ao invés de simplesmente apresentar o conteúdo que será trabalhado, recomenda-se que o professor crie uma situação problema, instigante e provocativa. Essa problematização inicial tem por objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento. Por isso, deve se constituir de questões que estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, de modo que se torne sujeito do seu processo de aprendizagem (VASCONCELOS, 1993).

É necessário que o aluno se identifique nas relações sociais de produção e compreenda que seu trabalho produz riquezas e espaços e que, professores e alunos, discutam como se dá a organização do trabalho hoje e o papel da natureza no processo de organização do espaço. Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo, indo além de relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é, principalmente, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas. Sempre que possível o professor deverá estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia. Nas relações interdisciplinares, as ferramentas teóricas próprias de cada disciplina escolar devem fundamentar a abordagem do conteúdo em estudo, de modo que o aluno perceba que o conhecimento sobre esse assunto ultrapassa os campos de estudo das diversas disciplinas, mas que cada uma delas tem um foco de análise próprio.

O professor deve, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

Considera-se que a variedade de instrumentos também é de fundamental importância, não somente para o conhecimento de um conteúdo específico, mas também para oportunizar ao aluno o contato com informações diversas envolvidas com o objeto de estudo em diversas fontes, como revistas, literaturas específicas, vídeos, artigos científicos, livros com temas correlatos, e o próprio livro didático, não fazendo deste o centro das atenções.

Solicitar resumos orais ou em formato de textos, gráficos, murais, exposições, estimular a criatividade. Trabalhar com abordagem de temas polêmicos como: Sem terra, sem teto, construção de represas, impacto sobre o ambiente, rodízio de carros e os transportes em grandes cidades ou metrópoles, temas veiculados pela empresa, visões que podem ser confrontadas e discutidas com as representações sociais dos alunos, de suas famílias para aproximação maior possível da realidade.

Com relação às metodologias direcionadas aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, o uso de materiais adequados (livros e textos ampliados, etc.) e o tratamento diversificado (falar mais devagar, explicações extras, atendimentos individuais) são de suma importância para que estes possam aproveitar ao máximo seu potencial de desenvolvimento, respeitando-se as suas limitações e valorizando suas habilidades.

Assim, a aula de geografia deve ser abordada de maneira promissora, possibilitando sempre criar conceitos próprios, enfatizando sempre seu caráter prático, para que esta possa ir muito além da mera transmissão de conteúdos, ou, de treinamento de capacidades e habilidades supostamente identificadas, bem como abordando os desafios: Lei 10639/03 - história e cultura afro-brasileira e africana, Lei 11645/08 – história e cultura dos povos indígenas, Lei 9795/99 – política nacional de educação ambiental.

5 AVALIAÇÃO

Em concordância com o Projeto Político Pedagógico, a Proposta Curricular em Geografia compreende a avaliação com um processo diagnóstico, sistemático formativo, contínuo e auto-regulador do processo educativo.

A avaliação será diagnóstica, procurando resgatar a compreensão constitutiva, avaliação contínua, baseada em atividades como trabalho de pesquisa em grupo e a participação durante as aulas. A avaliação é parte do processo pedagógico e, por isso, deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Ela permite a melhoria do processo pedagógico somente quando se constitui numa ação reflexiva sobre o fazer pedagógico. Não deve ser somente a avaliação do aprendizado do aluno, mas também uma reflexão das metodologias do professor, da seleção dos conteúdos, dos objetivos estabelecidos e podem ser um referencial para o redimensionamento do trabalho pedagógico.

A avaliação se constitui, pois, um instrumento de acompanhamento dinâmico do desenvolvimento intelectual e social do aluno e do trabalho pedagógico. Desta forma, os instrumentos devem ser os mais variados, com o objetivo de diagnosticar pontos positivos e negativos do processo como um todo, para repensá-lo e adequá-

lo para o crescimento pessoal do aluno, sem perder de vista a coletividade da escola, respeitando as diferenças e promovendo a cidadania e o respeito mútuo.

Dessa forma, os instrumentos de avaliação deverão respeitar o Projeto Político Pedagógico e estarem adequados a cada etapa do processo de ensino de Geografia, com provas, trabalhos escritos, seminários, relatórios, provas ou testes orais ou escritos, individual ou coletivo (duplas, trio, etc), com ou sem consulta; trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos, exercícios em sala de aula, relatórios e produção de texto, apresentações orais, compreensão e interpretação, sínteses ou resumos de textos lidos, entre outros, sendo que a nota bimestral terá caráter somatório das parciais obtidas por estes instrumentos avaliativos.

A avaliação de outras atividades como: trabalho em sala de aula, trabalhos de pesquisa utilizando gráficos, tabelas, relatórios, debates serão fundamentais para a formação de pessoas capazes de refletir, criar, analisar, comparar, e avançar na produção de conhecimentos.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais, a avaliação será de acordo com o nível de desenvolvimento e capacidade que o aluno apresenta oportunizando avaliações diferenciadas conforme sua dificuldade, retomando quando necessário os conteúdos, para que através de seu desenvolvimento possa ser percebido os avanços.

Para concretizar esse objetivo, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola. Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência uma aprendizagem continuada. No cotidiano das aulas, é importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm a intenção de ensinar. Como a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros; uma atividade avaliativa representa, tão somente, um determinado momento e não todo processo de ensino-aprendizagem.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo. Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir.

5 REFERÊNCIAS

- ADAS, M. **Geografia do Mundo Subdesenvolvido**, Editora Moderna. São Paulo/SP, 2002.
- ALMEIDA, L. M. A e RIGOLIN, T. B. **Geografia**: Série Novo Ensino Médio, Editora Ática. São Paulo 2005, 448 p.
- ANDRADE, M.C. **de Geografia Ciência da Sociedade**. São Paulo: Atlas 1987.
- APOSTILA POSITIVO**, COPYRIGHT, Curitiba/PR, 2000.
- ARCHELA, R. S. e Gomes, M. F. V. B. **Geografia para o Ensino Médio – Manual de Aulas Práticas**. Londrina: Ed UEL 1999.
- BOLIGIAN, Levon. **Geografia espaço e vivência**. São Paulo, 2004

_____ (ORG) **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARLOS, A F. A. **O Lugar no / do mundo**. São Paulo: Oscite, 1996.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos** 8ª edição, Editora Papyrus, Campinas/SP, 2005, 192 p.

Costa, P. C. da. **Geografia e Modernidade**. 5ª ed. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2005.

DCE-Geografia: Secretaria de Estado da Educação - SEED. Curitiba/PR, 2008.

MOREIRA, J. C. e SENE, E. **Geografia – Ensino Médio**. Editora Scipione. 1ª ed. São Paulo, 2007

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. Editora Contexto. 3ª ed. São Paulo/SP, 2005.

PROJETO ARARIBÁ. **Geografia (Ensino Fundamental)**. Editora Moderna, 1ª edição. São Paulo/SP, 2006.

ROSS, J. L.S.(org). **Geografia do Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, 5ª ed. Ver. E ampl. São Paulo/SP, 2005.

RUA, J. (et.al.). **Para Ensinar geografia**. Rio de Janeiro. Access, 2005.

SAMPAIO, F.C. **Coleção Geografia do Século XXI: A Organização do Espaço Americano**. Editora Positivo. 2ª edição. Curitiba, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4º ed. 2º reimpr. São Paulo/SP. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Editora Record. 8º ed. Rio de Janeiro, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Geografia: Ensino Médio**. Curitiba: SEED-PR, 2008. 280 p.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica. Alguns professores do Colégio Pedro II faziam parte do IHGB e construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos que seriam ensinados. Essas produções foram elaboradas sob influência da História metódica e do positivismo, caracterizadas, em linhas gerais, por uma racionalidade histórica

orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte de verdade. Em 1901, o corpo docente alterou o currículo do colégio e propôs que a História do Brasil passasse a compor a cadeira de História Universal. Nessa nova configuração, o conteúdo de História do Brasil ficou relegado a um espaço restrito do currículo, que, devido à sua extensão, dificilmente era tratado pelos professores nas aulas de História. Assim mantinha-se a produção do modelo de nação brasileira mencionado anteriormente.

Durante o regime militar, a partir de 1964, o ensino de História manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual. Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da História narrada, exemplos a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo da ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, o ensino não tinha espaço para análise crítica e interpretações. Além disso, no Primeiro Grau, as disciplinas de História e Geografia foram condensadas como área de Estudos Sociais, dividindo ainda a carga horária para o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC). No Segundo Grau, a carga horária de História foi reduzida e a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) passou a compor o currículo. O esvaziamento da disciplina de História deu-se também devido à proliferação de cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que abreviavam e tornavam polivalente a formação inicial, seguida da simplificação de conteúdos científicos.

Na década de 1970, o ensino dessa disciplina era tradicional, tanto pela valorização de alguns personagens como sujeitos da História e de sua atuação em fatos políticos quanto pela abordagem dos conteúdos históricos de forma factual e linear, formal e abstrato, sem relação com a vida do aluno. A prática do professor era marcada por aulas expositivas, a partir das quais cabia aos alunos a memorização e repetição do que era ensinado como verdade.

O ensino de Estudos Sociais foi radicalmente contestado no início dos anos 1980, tanto pela academia quanto pela sociedade organizada, sobretudo pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Posteriormente, na segunda metade da década de 1980 e no início dos anos 1990, cresceram os debates em torno das reformas democráticas na área educacional, processo que repercutiu nas novas propostas de ensino de História. Essa discussão entre educadores e outros setores da sociedade foi resultado da restauração das

liberdades individuais e coletivas no país. Isso levou tanto à produção diferenciada de materiais didáticos e paradidáticos quanto à elaboração de novas propostas curriculares, em vários Estados. A produção de livros didáticos e paradidáticos procurou incorporar novas historiografias e, em alguns casos, chegou a ditar o currículo. No Paraná, houve também uma tentativa de aproximar a produção acadêmica de História ao ensino desta disciplina no Primeiro Grau, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, por meio do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (1990). Essa proposta de renovação tinha como pressuposto a historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético, e indicava alguns elementos da Nova História.

Durante as reformas educacionais da década de 1990, o Ministério da Educação divulgou, entre os anos de 1997 e 1999, os PCN para o Ensino Fundamental e Médio. Os PCN para o Ensino Médio organizaram o currículo por áreas do conhecimento e a disciplina de História fazia parte das Ciências Humanas e suas tecnologias juntamente com as disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia. No Ensino Fundamental, os PCN apresentaram as disciplinas como áreas do conhecimento, e a História foi mantida em sua especificidade, integrada às demais pelos chamados Temas Transversais. O Estado do Paraná incorporou, no final da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais como referência para a organização curricular da Rede Pública Estadual. Tal implementação se deu de modo autoritário, apesar de ser garantida na LDB/96 a autonomia das escolas para elaborar suas propostas curriculares. Os PCN foram referências para os programas educacionais, os procedimentos de avaliação institucionais destinados ao Ensino Fundamental (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB) e ao Ensino Médio (Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM), bem como para a definição de critérios para a seleção do livro didático (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD).

O ensino de História é justificado pela necessidade de se saber como viviam os povos que nos antecederam, tentar “desvendar este passado, e através dele também entender melhor o presente. Porém, é importante não julgar o passado com o olhar do presente. Deve-se lembrar que este foi construído por pessoas como nós e, portanto, não se deve ser estudado como algo morto, algo feito de ossos, mas sim algo pleno de contradições, paixões, lutas, revoltas, riquezas...O senso comum nos ensinou que “se não sabemos de onde viemos também não sabemos para onde

vamos”. Sendo assim, o ensino de História contribui para situar o homem neste mundo tão conturbado, pois entendendo o passado, o presente se torna intelegível.

Dentre os principais objetivos que norteiam o ensino da disciplina de história no ensino fundamental, apresentam-se:

- Desenvolver nos alunos a capacidade de expressão escrita e oral;
- Fazer com que entendam criticamente o processo histórico e a atuação do homem nesse processo, possibilitando aos educando articular o conhecimento histórico à sua própria realidade, redimensionando o presente em processos contínuos e nas relações mantidas com o passado;
- Compreender as heranças culturais;
- Compreender a importância da pesquisa como instrumento para o conhecimento do passado e para o entendimento do presente;
- Firmar conceitos úteis à reflexão histórica e à compreensão do presente;
- Reconhecer a organização social e política e as profundas transformações ocorridas na história e a sua contribuição para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político-social;
- Despertar o senso crítico e o gosto pela história.

Para cumprir tais objetivos, a organização do conteúdo para o ensino de História tem como referência os Conteúdos Estruturantes, entendidos como conhecimentos que aproximam e organizam os campos da História e seus objetos. Eles podem ser identificados no processo histórico da constituição da disciplina e no referencial teórico que sustenta a investigação histórica em uma nova racionalidade não-linear e temática.

2 CONTEÚDOS

2.1 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Para a compreensão da História, há que se determinar os conteúdos estruturantes que visam organizar os saberes, os conceitos ou práticas que identificam os campos de estudo a serem contemplados:

- Relações de poder
- Relações de trabalho
- Relações de cultura

2.2 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

5ª Série

- A experiência humana no tempo
- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo
- As culturas locais e a cultura comum

6ª Série

- As relações de propriedade
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade
- As relações entre o campo e a cidade
- Conflitos e resistências e produção cultural campo-cidade

7ª Série

- História das relações da humanidade com o trabalho
- O trabalho e a vida em sociedade
- O trabalho e as contradições da modernidade
- Os trabalhadores e as conquistas de direito

8ª Série

- A constituição das instituições sociais
- A formação do Estado
- Sujeitos, Guerras e revoluções

ENSINO MÉDIO

1ª Série

- Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre
- Urbanização e industrialização

2ª Série

- O Estado e as relações de poder
- Os sujeitos, as revoltas e as guerras

3ª Série

- Movimentos sociais, políticos e culturais e guerras e revoluções
- Cultura e religiosidade

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS DIDÁTICOS

A consciência de que o conhecimento histórico é próprio do ser humano são frutos de seu tempo e sugere vários trabalhos didáticos.

As obras históricas tais como textos históricos, artigos de jornais e revistas, livros didáticos, entre tantas outras são estudadas como versões históricas que não podem ser ensinadas como prontas e acabadas, nem confundidas com a realidade vivida pelos homens no passado, uma vez que em História não existe verdade absoluta, pois um mesmo fato pode ser interpretado de diferentes maneiras.

Considera-se importante a identificação e a análise de valores, intenções e contextos dos “atores”, a seleção dos eventos e a relevância histórica atribuída a eles, a escolha dos personagens que são valorizados como protagonistas da história narrada e a estrutura temporal que organiza os eventos e que revela o tempo da problemática inicial e dos contextos históricos estudados.

Partindo desses pressupostos, destaca-se para o ensino fundamenta a utilização de sses recursos didáticos metodológicos e tecnológicos para que os alunos aprendam melhor os temas ensinados: livro didático; trabalhos em grupo; textos de apoio; produção de murais; cruzadinhas; confecção de cartazes; pesquisas bibliográficas; produção de textos; historias em quadrinhos; trabalhos com documentos históricos; análise de letras de música condizente ao tema abordado; vídeos e DVDs com filmes e documentários. Isso permite desenvolver a análise das temporalidade, compreensão de conceitos e confronto de documentos.

Para o ensino médio, serão realizadas leituras de textos, análise de documentos variados e tecnologias de informação: fotografia, cinema, caricatura...As aulas terão caráter ilustrativo, estimulador e provocador. Os conteúdos serão problematizados por meio da contextualização espaço-temporal, de forma a desenvolver a análise da temporalidades (mudanças e permanências). Confrontos de interpretações historiográficas e documentos históricos permitem aos estudantes formularem idéias históricas próprias e a expressá-las por meio de narrativas.

A Tv Pen Drive é um recurso metodológico que auxiliará nesse processo de ensino e aprendizagem.

Pretende-se com os conteúdos, aprimorar o conhecimento dos educandos, valorizando suas peculiaridades e proporcionando condições para a observação de transformações sociais, políticas, culturais, religiosas, econômicas e éticas na sociedade em que estão inseridos. Isso demonstra que esse plano pode ser modificado em função das diferenças de aprendizagem de cada aluno e turma.

As aulas de História também tratarão de temas relacionados à História da Cultura Afro-brasileira e africana, Educação no Campo e História e Cultura Indígena, a fim de recuperar essas identidades culturais que foram e continuam sendo importantes para a formação do Brasil e do povo brasileiro. Porém, em virtude do preconceito existente em nossa sociedade, ficaram por muito tempo marginalizado. Destaca-se também a inserção da História do Paraná a partir do conteúdo ensinado.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação é algo inerente ao ser humano e está presente em todos os seus empreendimentos.

Na educação ela faz-se necessária para “medir” o quanto o educando está aprendendo daquilo que o professor propõe.

Na disciplina de História ela será realizada de forma contínua, diagnóstica, somatória e cumulativa, onde os alunos serão avaliados a partir de avaliações escritas, exposições orais, produção de textos, pesquisas realizadas em grupo e individualmente e o empenho nas atividades propostas pelo professor. Serão realizadas no mínimo três avaliações por bimestre. Acredita-se que dessa forma será possível sistematizar as idéias históricas produzidas pelos estudantes Será

feito uso de narrativas e documentos históricos diferentes, inclusive os produzidos pelos próprios alunos.

A avaliação terá a função de diagnosticar e possibilitar ao professor intervir no processo de aprendizagem e acompanhar os alunos, tendo em vista as metas propostas, identificando as dificuldades apresentadas e propondo meios para supera-las no decorrer do processo.

A avaliação deverá considerar a individualidade do aluno e respeitar o seu ponto de vista nas atividades propostas.

Se houver necessidade, ao término de cada avaliação serão retomados os conteúdos trabalhados para a realização da recuperação paralela, possibilitando ao aluno a oportunidade de recuperar conteúdos. Isso será realizado de forma a oportunizar ao aluno sistematizar as idéias históricas, utilizando-se de diferentes instrumentos: produção de textos, avaliações ou atividades como pesquisas e análises de documentos.

Para atender a alunos portadores de necessidades especiais educativas serão adequados os objetivos e os critérios de avaliação, sem que isto implique modificá-los, considerando as necessidades pessoais de cada um.

5 REFERÊNCIAS

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. Séculos XVIII e XIX: as fundações do mundo contemporâneo. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.

DIRETRIZES CURRICULARES DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Secretaria de Estado da Educação: Curitiba, 2009.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e do inconveniente da história da vida. Tradução: Antonio Carlos Braga e Ciro Mioranza. Editora Escala.

PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato (org.)**. São Paulo: Contexto, 1988.

SCHMIDT, Mário. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE L.E.M.- INGLÊS

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

The history of every language is unique, because each language is inherently bound to the thinking, nature, and spirit of a people, all of which are continuously altered by the twists and turns of events. (Crane, Yeager and Whitman. An Introduction to Linguistics)

A língua inglesa é fruto de uma história complexa e enraizada num passado muito distante.

Há indícios de presença humana nas ilhas britânicas já antes da última era do gelo, quando as mesmas ainda não haviam se separado do continente europeu e antes dos oceanos formarem o Canal da Mancha. Este recente fenômeno geológico que separou as ilhas britânicas do continente, ocorrido há cerca de 7.000 anos, também isolou os povos que lá viviam dos conturbados movimentos e do obscurantismo que caracterizaram os primórdios da Idade Média na Europa.

Sítios arqueológicos evidenciam que as terras úmidas que os romanos vieram a denominar de Britannia já abrigavam uma próspera cultura há 8.000 anos, embora pouco se saiba a respeito.

O Ensino de Língua Inglesa no Brasil e sua estrutura estão em constante mutação. Metodologia e matéria sofrem modificações denotando a necessidade de estar se adaptando a o que realmente é fundamental para a sociedade.

No Brasil, o ensino de LE, teve início com a chegada dos portugueses, mais precisamente com a chegada da Família Real. Em 1809, D. João VI criou as Cadeiras de Inglês e Francês, com o decreto de 22 de junho, objetivando melhorar a instrução pública e abrir portas para o comércio.

Outro fato importante foi a chegada de imigrantes, principalmente na região sul, é comum até hoje encontrarmos famílias bilíngues nessa região.

Em meados do século XX, o governo resolve fechar escolas estrangeiras ou de imigrantes, levado por um sentimento de nacionalismo que se espalhava, com o objetivo de “impedir a desnacionalização da escola e da infância”.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder e cria o Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação dos Estados; momento este em que intelectuais motivados pela modernidade, iniciaram estudos e fizeram a reforma de 31, no que se referia ao sistema de Ensino. Surge um método de Ensino de Língua Estrangeira, o Método Direto.

A responsabilidade dos rumos educacionais era do MEC, que indicava as escolas que LE ensinar, objetivando sempre a formação da mentalidade e conhecimento da civilização estrangeira. Prevalecendo o estudo de Espanhol.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil ficou mais dependente dos EUA e com isso, a necessidade de aprender Inglês. Assim falar Inglês passou a ser sonho de consumo de toda a população.

O ensino da LE tem relação entre a língua estudada e a inclusão social tendo como objetivo o desenvolvimento das línguas na sociedade e o reconhecimento da diversidade cultural. Diante disso, o ensino de Língua Inglesa deve fundamentar-se na preocupação de desenvolver no aluno, não só um domínio técnico, mas também capacitá-lo a desempenhar competentemente seu papel como usuário da língua, transformando-o em críticos e transformadores, permitindo e incentivando-os a exploração, pesquisa e reflexão das práticas da leitura, escrita e oralidade e para essa contemplação faz-se necessário:

- Identificar línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação. Compreensão do papel que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico;
- Vivenciar experiências de comunicação pelo uso da língua estrangeira, no que se refere a novos meios de expressão e de visão do mundo, reflexão sobre os costumes ou maneiras de ação e interação que possibilitem o entendimento de um mundo plural;
- Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas possibilitam o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes;
- Construir conhecimento sistêmico sobre a organização textual, como e quando utilizar a linguagem em situações de comunicação, tendo como base conhecimentos da língua materna;
- Construir a consciência linguística e crítica dos usos que se fazem de uma língua estrangeira;
- Valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como acesso ao mundo de trabalho e dos estudos avançados;
- Desenvolver conhecimentos suficientes a fim de que o aluno possa participar do processo de construção de sentidos, utilizando não apenas seu conhecimento da língua - estrutura e vocabulário - mas também seu conhecimento de mundo e do contexto sócio - histórico em que vive; pretendendo um aluno participante e ativo que possa utilizar a língua como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais;
- Discutir, pesquisar e conhecer a cultura afro norte americana e sua influência na música e costumes ingleses;
- Comparar e analisar a produção e costumes do campo norte

americano e inglês com a cultura campesina brasileira;

- Adaptar todo o conteúdo, de forma que alunos com necessidades educacionais especiais consigam acompanhar de forma satisfatória a disciplina;
- Adaptar todo o conteúdo, de forma que os alunos com necessidades educacionais especiais acompanhem a disciplina de forma satisfatória.

2 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

O Conteúdo Estruturante está relacionado com o momento histórico-social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, buscou-se um conteúdo que pudesse atender essa perspectiva. Sendo assim, define-se como Conteúdo Estruturante da Língua Estrangeira Moderna o Discurso como prática social. A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso.

3 CONTEÚDOS BÁSICOS

A disciplina de Língua Estrangeira contempla de forma dinâmica a prática da leitura, da oralidade e da escrita tendo como princípio a continuidade de uma progressão entre as séries considerando as condições de trabalho existente na escola aproximando o aluno ao conhecimento de diversas culturas e manifestações.

Os conteúdos serão aplicados em todas as séries do Ensino Fundamental, de acordo com as séries em que os alunos se encontram e com o nível de conhecimento dos mesmos.

LEITURA:

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;

- Léxico;
- Repetição proposital de palavras;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos, figuras de linguagem.

ESCRITA:

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos, figuras de linguagem;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal;

ORALIDADE:

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos...

4 METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido através de exercícios de consolidação e revisão gramatical; leitura e compreensão de textos variados, inclusive paradidáticos; produção de textos, compreensão oral, avaliações cumulativas bimestrais, pesquisas, trabalhos e exercícios individuais e/ou grupos.

Criando um padrão para que o ambiente de aprender se torne capaz de construir, de reproduzir, de sumarizar o que leu, bem como se expressar por escrito, de forma clara, objetiva e concisa, usando o vocabulário adequado e observando as regras e relações sintáticas entre os termos, nas orações, utilizar sinônimos e outros recursos de vocabulário e de sintaxe capazes de comunicar, de maneira precisa, significados e ideias, traduzir textos com grau de dificuldade de médio a alto, identificar e empregar termos e relações em estruturas gramaticais de forma correta - instrumental imprescindível para uma eficaz comunicação de ideias, estruturar um conhecimento consistente do idioma inglês, capaz de permitir-lhe a continuidade de seus estudos em estágios avançados; e acima de tudo abrir - lhes perspectivas de seu conviver com o dia-a-dia do meio social, encorajando o trabalho autônomo dos alunos, promovendo diálogos presenciais, estimulando a criatividade, efetuando questionamentos e promovendo a colaboração e estimulando o trabalho dos alunos na análise e solução de problemas.

Com a ajuda de recursos disponíveis como livro didático, vídeos, DVDs, dicionários, TV multimídia constituem suporte valioso na articulação dos vários conhecimentos e desafios oferecidos aos alunos nas disciplinas distintas propondo relações interdisciplinares que vão favorecer melhores esclarecimentos e compreensão.

Os conteúdos serão inter-relacionados: textos, vocabulários, formas e estruturas abordadas de maneira integrada, visando reforçar e aumentar o potencial de uso daquilo que é aprendido. Adaptando-os quando necessário e em qualquer série, novos métodos e direções, para alunos com necessidades educacionais especiais. No que se refere à Cultura Afro e Educação no Campo, também em todas as séries, será feito um estudo da música norte americana e Inglesa como o Blues, o Sôo e o Hip Hop e a música country norte americana, bem como costumes

campesinos ingleses e norte americano. Quanto a Cultura indígena serão abordados comparações e estudos sobre o Tupi Guarani e o Inglês.

5 AVALIAÇÃO

A avaliação de LE está intrinsecamente ligada à concepção de língua. Ao se propor reflexões sobre as práticas avaliativas, objetiva - se favorecer a coerência entre tais aspectos (avaliação, concepção de língua e objetivos de ensino) e o processo de ensino aprendizagem.

Pode-se mencionar que não só o aluno deve ser avaliado, mas também o corpo docente e o próprio sistema escolar devem ser constantemente avaliados, em suas dimensões, práticas, disciplinas e de modo, inclusive seus princípios, para que haja qualidade e a democracia almejada.

Evidentemente os instrumentos de avaliação deverão respeitar o Projeto Político Pedagógico, para que possa se adequar com as etapas do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a avaliação será somatória e a recuperação de controle de notas serão contempladas, pois como se trata da aquisição de conhecimento haverá a recuperação paralela.

Luckesi diz que: “avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento”.

O caráter educacional da avaliação é maior que apenas um efeito punitivo e de controle. A avaliação se constitui num instrumento facilitador na busca de orientações e intervenções pedagógicas, não se atendo apenas ao conteúdo desenvolvido, mas aqueles vivenciados ao longo do processo. A avaliação de Língua Estrangeira precisa superar a concepção de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos, visto que ela se configura como processual e somatória e, como tal, objetiva subsidiar discussões acerca das dificuldades e avanço dos alunos, a partir de suas produções.

No que diz respeito aos alunos com necessidades especiais, a avaliação será de acordo com a capacidade dos níveis que os mesmos apresentam, focalizando

avaliações diferenciadas de acordo com a dificuldade, retomada quando necessários conteúdos para que os avanços possam ser percebidos através de suas produções.

Os instrumentos de avaliação serão adaptados ao processo de ensino-aprendizagem e podem ser medidos através de: trabalhos em grupo e individuais, avaliação escrita e oral, aproveitamento em sala de aula, diálogos, produção e interpretação de textos e pesquisas. Portanto a avaliação será somatória e a recuperação de conteúdos e notas serão contemplados e por se tratar de aquisição de conhecimentos a recuperação será paralela.

A recuperação paralela quando necessária, será feita com a retomada dos conteúdos trabalhados no decorrer do bimestre, porém, de forma diferenciada de acordo com o nível ou a dificuldade de cada aluno acompanhando os avanços e as dificuldades percebidas.

REFERÊNCIAS

CELANI, M. A. A. **As Línguas estrangeiras e a ideologia subjacente á organização dos currículos da Escola Pública.** 1994. Currículo de Língua estrangeira.

DIRETRIZES CURRICULARES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Departamento da Educação Básica, julho 2008.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.
PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Para uma proposta inovadora do trabalho pedagógico em Química, que vise fazer dos alunos sujeitos das transformações sócio-históricas, é necessária uma

tomada de postura por parte do educador que vise a um ensino contextualizado no próprio meio social e histórico do educando, uma vez que as abordagens educacionais tendem a se concentrar no desenvolvimento integral da pessoa, integrando aspectos epistemológicos, axiológicos e antropológicos.

A Química está intimamente ligada ao desenvolvimento da civilização, pois em todas as necessidades do homem ela e seus processos estiveram e estão presentes, desde as necessidades de sobrevivência até o desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, é necessário aliar os conhecimentos químicos ao desenvolvimento histórico da Ciência Química, aliando concomitantemente os fatos políticos, religiosos, sociais, e culturais que permearam os passos de sua construção.

Outro aspecto que deve merecer espaço no ensino da Química é o experimental, uma vez que os experimentos práticos permitem a aproximação mais íntima entre os conceitos e os fatos reais. Deve-se, no entanto, ter em mente que o que se concebe por experimentos em química está além de meros experimentos laboratoriais, sendo necessária a junção contextualizada entre a teoria e a prática, sob uma abordagem fundamentada na vivência cotidiana do educando. A importância da abordagem experimental deve estar, pois, na caracterização de seu papel investigativo e de sua função pedagógica em proporcionar ao aluno a explicitação, a problematização e a elaboração de conceitos, sendo indispensável perceber que o experimento faz parte do contexto natural da Química, aliando teoria e prática.

Esses três aspectos - a contextualização, o desenvolvimento histórico da Ciência Química e a aliança teoria/prática - devem nortear as novas estratégias de ensino de modo que se leve os estudantes a aproximarem-se e apropriarem-se de forma qualitativa e quantitativa dos conceitos e processos científicos de uma forma dialógica com os conceitos que trazem acerca das coisas e do mundo, a partir do senso comum e de sua vivência sócio-histórica.

É necessário, pois, romper com o discurso arraigado de formalismos, formulismos e simbolismos abstratos e descontextualizados, típicos dos conteúdos da Química, e promover um aprendizado mais abrangente sobre a Ciência Química, aliando o conhecimento químico, o contexto sócio-histórico e a aplicabilidade dos conceitos, utilizando-se de linguagens diversas em rumo à compreensão da linguagem característica da Química.

O ensino da Química tem por meta a desmistificação da Ciência e a democratização dos conhecimentos científicos, promovendo a alfabetização científica do sujeito centrada na inter-relação entre conhecimento químico, contexto social e ética, permeando, desse modo, as implicações filosóficas do ensino, da aprendizagem, da produção de conhecimento e da aplicação da Química enquanto Ciência.

Tendo em vista todos estes pressupostos e baseando-se nas Diretrizes Curriculares de Química, um novo ensino deverá ser construído sobre a proposta de conteúdos estruturantes que são: MATÉRIA E SUA NATUREZA, BIOGEOQUÍMICA E QUÍMICA SINTÉTICA, os quais deverão ser contemplados em todas as três séries do Ensino Médio dentro dos conteúdos específicos para cada uma, de acordo com o nível de desenvolvimento intelectual dos educandos.

É importante também salientar que a nova proposta para o ensino de Ciências deve ainda contemplar a Lei Nº. 10.639/2003 que rege a inserção dos conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, com o objetivo de evadir todo e qualquer tipo de preconceito que possa existir com relação aos afrodescendentes, uma vez que a cultura brasileira tem suas bases nessa cultura. Sendo assim, no ensino de Química os conteúdos relacionados a essa temática poderão contemplar principalmente os aspectos químicos envolvidos na produção dos materiais, objetos, instrumentos e outros temas que digam respeito aos conhecimentos químicos da história e da cultura afro-brasileira e africana.

Outro aspecto a ser contemplado nessa nova proposta de ensino é a questão dos assuntos indígenas que estejam envolvidos com o uso da matéria, as transformações e aplicações desta nos seus processos de produção de objetos e instrumentos, uma vez que todo o povo brasileiro, inclusive o paranaense e o da região deste município tem algum vínculo com a cultura indígena, principalmente no aspecto cultural, mas também na herança biológica da miscigenação.

A educação do campo é mais um ponto importante a ser considerado e respeitado na nova proposta, pois a escola localiza-se numa região caracteristicamente de campo. Assim, os processos de trabalho, de divisão social e territorial, a cultura e a identidade, a interdependência entre o campo e a cidade, a questão agrária e o desenvolvimento sustentável, a organização política, os movimentos sociais e a cidadania, que necessitam ser analisados, compreendidos e estudados para que essa realidade seja valorizada, as pessoas reconheçam a sua

identidade, possam intervir beneficemente sobre ela, respeitando a natureza da qual tiram seu sustento, permitam que esses conceitos e valores permaneçam e/ou sejam aperfeiçoados ao longo das gerações e, principalmente, que os aspectos químicos envolvidos nesses processos sejam conhecidos e compreendidos.

Uma proposta tão abrangente não pode deixar de lado a problemática da educação inclusiva. É necessário, então, que a escola preste atenção à individualidade, respeitando esses limites e essas potencialidades de maneira igualitária. Isso não significa, porém, tratar a todos de maneira homogênea ou promover a homogeneização, mas contemplar os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem individuais de modo que todos possam crescer. Assim, todos os alunos precisam ser respeitados na sua individualidade, sejam eles portadores de deficiências físicas, mentais, psicológicas, ou não, os que são diferentes por seu modo de ser e de se relacionar com os outros, os com dificuldades de aprendizagem, com condutas típicas, os que apresentam obesidade ou qualquer enfermidade (crônica ou temporária), entre muitos outros, pois todos são diferentes e é na diferença que a identidade de cada um deve ser construída, respeitada e reconhecida.

Na tentativa de contribuir para a efetivação da nova proposta de educação em Química, a reflexão e a mudança na prática pedagógica, propõem-se alguns objetivos a serem alcançados no decorrer do Ensino Médio dentro da disciplina de Química, de modo a formar cidadãos conscientes de suas obrigações e deveres, aptos a participar do mundo do trabalho e a assimilar as mudanças tecnológicas, sociais e éticas, desenvolvendo a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

No decorrer dos estudos no Ensino Médio, em Química os alunos deverão ser levados a:

- Reconhecer as implicações da Química no contexto sócio-histórico, no sistema produtivo, na interação humana e no desenvolvimento científico e tecnológico;
- Compreender e utilizar fatos e conceitos químicos;
- Identificar tendências e relações de correspondência em Química;
- Selecionar e utilizar idéias e procedimentos científicos para resolver situações inerentes à Química;
- Identificar conexões e inter-relações nas transformações químicas;

- Compreender a simbologia e a linguagem próprias da Química;
- Identificar fontes de informação sobre a Química e utilizá-las para o seu crescimento intelectual;
- Desenvolver a curiosidade científica;
- Desenvolver o pensamento e a postura críticos e éticos frente aos avanços científicos suas implicações ambientais e sociais;
- Reconhecer a Química como parte de todos os processos vivos e não-vivos;
- Reconhecer as conexões da Química com as demais ciências, desenvolvendo uma forma de pensamento sistêmico e uma visão ampla do mundo e do conhecimento humano.

2 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos em Química devem ser norteados pelo eixo MATÉRIA, que é o seu objeto de estudo, articulando-os dentro da tríade COMPOSIÇÃO, PROPRIEDADES E TRANSFORMAÇÕES, sem deixar de lado os aspectos humanos e ambientais que os envolvem. Assim, os conteúdos químicos serão assim dispostos nas três séries do Ensino Médio, contemplando os conteúdos estruturantes MATÉRIA E SUA NATUREZA; BIOGEOQUÍMICA E QUÍMICA SINTÉTICA.

Estes conteúdos estruturantes deverão ter abordagens pedagógicas considerando a historicidade, a intencionalidade humana, a provisoriedade da ciência, a aplicabilidade dos conhecimentos e as relações e inter-relações entre eles e os conhecimentos das demais disciplinas, para que sejam significativos e se constituam efetivamente em conhecimentos contextualizados e interdisciplinares.

Os conteúdos específicos a seguir deverão ser trabalhados em todas as três séries do Ensino Médio, levando-se em consideração os conteúdos adequados aos níveis intelectuais, etários e sócio-econômico-culturais dos alunos, e interagindo com os conceitos físicos, sociais, culturais, históricos e biológicos que neles se inter-relacionam e que a eles se aplicam:

2.1 MATÉRIA E SUA NATUREZA - 1ª SÉRIE

- Energia, matéria e suas propriedades

- Os materiais
- Matérias: propriedades gerais e específicas
- Estados de agregação
- Sistemas e seus tipos
- Elemento químico
- Substância: simples e composta;
- Diferenciações entre substâncias e misturas
- Fenômenos físicos e químicos (Reações químicas).
- Misturas;
- Métodos de separação
- Densidade;
- Tabela periódica

2.2 BIOGEOQUÍMICA- 1ª SÉRIE

- Conceitos fundamentais do átomo
- Modelos atômicos (1º modelo: Demócrito, 2º modelo; Dalton, 3º modelo Thomson, 4º modelo Rutherford)
- Partículas fundamentais
- Caracterização do átomo.
- Estado energético dos átomos
- Comparação entre átomos
- Isótopos, Isóbaros e isótonos
- Partículas de um íon
- Distribuição eletrônica
- O modelo da eletrosfera
- Modelo atômico: Rutherford-Bohr
- A organização dos elétrons: os números quânticos
- Radioatividade
- Elementos químicos (radioativos);
- Reações químicas e a velocidades das reações;
- Emissões radioativas;

- Leis da radioatividade;
- Fenômenos radiativos (fusão e fissão nuclear);
- O modelo orbital
- Tabela periódica
- Classificação periódica
- Configurações eletrônicas dos elementos
- Estabilidade e instabilidade dos elementos químicos
- Ligações iônica, covalente (comum e dativa) e metálica
- Funções inorgânicas (ácidos, bases, sais e óxidos)
- Tabela periódica

2.3 MATÉRIA E SUA NATUREZA - 2ª SÉRIE

- Notação química
- Reações químicas
- Soluções
- Solubilidade;
- Concentração;
- Forças intermoleculares;
- Temperatura e pressão;
- Dispersão e suspensão;
- Colóides
- Relações matemáticas e concentrações
- Variação de entalpia
- Oxirredução
- Calorimetria
- Grandezas químicas
- Tabela periódica

2.4 BIOGEOQUÍMICA - 2ª SÉRIE

- Massa atômica, molecular e molar
- Isótopos e massa

- Mol-quantidade de matéria
- Classificações das reações químicas
- Equação química e balanceamento das equações químicas
- Cinética das reações químicas;
- Tabela periódica

2.5 QUÍMICA SINTÉTICA - 2ª SÉRIE

- Cinética química-velocidade das reações
- Reações químicas;
- Lei das reações químicas;
- Representação das reações químicas;
- Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas. (natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, teoria de colisão)
- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes, inibidores);
- Lei da velocidade das reações químicas;
- Termoquímica
- Reações exotérmicas e endotérmicas;
- Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas;
- Variação de entalpia;
- Calorias;
- Equações termoquímicas;
- Princípios da termodinâmica;
- Lei de Hess;
- Entropia e energia livre;
- Calorimetria;
- Eletroquímica: números de oxidação; reações químicas
- Reações de oxi-redução
- Pilhas
- Equilíbrio químico
- Reações químicas reversíveis;
- Concentração;

- Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio);
- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalizadores;
- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, K_s).
- Tabela periódica

2.6 QUÍMICA SINTÉTICA - 3ª SÉRIE

- Introdução à química orgânica
- Propriedades do átomo de carbono
- Classificação de cadeias carbônicas
- Compostos orgânicos
- Nomenclatura
- Funções orgânicas
- Hidrocarbonetos (Petróleo)
- Funções oxigenadas
- Funções nitrogenadas
- Demais funções orgânicas
- Isomeria (geométrica e óptica)

2.7 BIOGEOQUÍMICA - 3ª SÉRIE

- Polímeros
- Diferenciação de compostos orgânicos
- Propriedades físicas
- Fontes naturais de compostos orgânicos
- Compostos orgânicos biológicos
- Compostos orgânicos industriais

3 METODOLOGIA ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS DIDÁTICO-TECNOLÓGICOS

Os conteúdos de Química serão abordados de forma objetiva e direta, relacionando-os com as aplicações cotidianas dessa Ciência que está ligada intimamente a todo o desenvolvimento da humanidade, mostrando que o conhecimento é construído de forma gradativa. Espera-se formar estudantes que a partir do conhecimento químico, adquiram melhor compreensão do meio, assimilem os conteúdos de maneira satisfatória, desenvolvam sua capacidade de análise e assumam uma postura crítica frente as suas decisões e conseqüências, enquanto integrantes da sociedade.

Deve-se ressaltar ainda, que este estabelecimento de ensino apesar de não ser uma escola que se encontra no campo, atende uma quantidade considerada de alunos que vem do campo registrada em seu Projeto Político Pedagógico, assim não podemos marginalizar a realidade destes alunos e, portanto, torna-se necessário de acordo com o currículo de Química e sempre que possível contribuir na afirmação da identidade destes alunos, como também buscando construir concepções de mundo e de escola, a fim de assegurar seus direitos e inserí-los no contexto social, por meio de estudo de temas geradores de conhecimentos, os quais exigem observação, experimentação, reflexão, análise, sistematização e estudos para aprofundamento teórico, não só do aluno, mas principalmente do professor, para que este possa desenvolver um bom trabalho (BRASIL, 2006 a).

Nesta visão sobre o ensino-aprendizagem, é importante colocar a importância da experimentação, porem mesmo a escola não possuindo laboratório, é necessário perceber que o experimento faz parte do contexto normal de sala de aula e precisa ser realizado, porém sem ter que dicotomizar teoria e prática. Assim, torna-se visível a necessidade dos alunos em se relacionarem com os fenômenos sobre os quais se referem os conceitos a serem formados e significados no processo de ensino-aprendizagem, devendo a disciplina ser tratada de modo que possibilite ao aluno o entendimento do mundo e a sua interação com ele. Para isso, cabe ao professor criar situações de aprendizagens de modo que o aluno pense mais criticamente sobre o mundo, reflita sobre as razões dos problemas e procure as possíveis soluções.

Portanto, é diante desta necessidade que pretende-se abordar os conteúdos de Química utilizando recursos didáticos de modo a auxiliar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, tais como: aulas e vídeos na tv pen drive, uso do quadro de giz, filmes, pesquisa bibliográfica em livros e/ou usando o laboratório de informática, interpretação de textos pertinentes a assuntos que abordem conceitos de Quími-

ca, jogos envolvendo conceitos químicos; experimentos de simples realização que possam ser realizados em sala de aula, debates sobre temas sociais como por exemplo o meio ambiente, uso do livro didático público e do MEC, livros do Eureka de Química (versão Pré-vestibular e ENEM). Esses recursos serão utilizados sempre respeitando e observando o tempo e a necessidade especificidade de cada conteúdo, como também a metodologia que melhor auxilia em sua abordagem e desenvolvimento.

Para pensar e trabalhar um currículo em Química, o conhecimento científico é fundamental, mas é necessária uma visão maior acerca do que significa a expressão Educação em Química. Desse modo, o essencial é considerar o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, relacionando as suas experiências de vida, a sua identidade cultural e social, e as concepções que trazem acerca da Ciência e suas implicações.

Sendo assim, é de importância fundamental a utilização de instrumentos e estratégias diversas, adequados a cada conteúdo e ao contexto a que se aplicam.

Devem ser desenvolvidas metodologias que estejam além daquelas expositivas por parte do professor, que envolvam a plena participação do aluno no aprendizado teórico e prático, exigindo dele o desenvolvimento de diferentes capacidades. Assim, os trabalhos de pesquisa, as discussões, as leituras complementares, os experimentos, o trato dos dados, a confecção de materiais diversos, a produção de textos, as interações em grupos, a construção e a análise de mapas conceituais, entre outros, constituem-se em estratégias ricas para o desenvolvimento intelectual e social do aluno, bem como para o aprendizado específico dos conteúdos.

Considera-se que a variedade de instrumentos também é de fundamental importância, não somente para o conhecimento de um conteúdo específico, mas também para oportunizar ao aluno o contato com informações diversas envolvidas com o objeto de estudo em diversas fontes, como revistas, literaturas específicas, vídeos, artigos científicos, livros com temas correlatos, e o próprio livro didático, não fazendo deste o centro das atenções.

Para atender aos estudantes com necessidades educativas especiais, os materiais também deverão ser adaptados e apropriados para cada necessidade e devem receber atenção diferenciada com respeito às suas limitações, sem fazer destas barreiras para a aprendizagem, nem motivos de preconceitos.

4 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/RECUPERAÇÃO

Em concordância com o Projeto Político Pedagógico, a proposta pedagógica em Química compreende a avaliação como um processo diagnóstico, sistemático, formativo, contínuo e auto-regulador do processo educativo.

A avaliação se constitui, pois, num instrumento de acompanhamento dinâmico do desenvolvimento do aluno, intelectual e socialmente, e do trabalho pedagógico. Dessa forma, os instrumentos devem ser os mais variados com o objetivo de diagnosticar pontos positivos e negativos do processo como um todo, para repensá-lo e adequá-lo para o crescimento pessoal do aluno, sem perder de vista a coletividade da escola, respeitando as diferenças e promovendo a cidadania e o respeito mútuo.

Dessa forma, os instrumentos de avaliação deverão respeitar o Projeto Político Pedagógico e estarem adequados a cada etapa do processo de ensino de Química, com provas, trabalhos escritos, seminários, relatórios, entre outros, sendo que as notas obtidas nestes métodos deverão ser somadas, em virtude da proposta de avaliação da escola ser de caráter somatório.

É importante lembrar, ainda, que todo o processo de avaliação deve contemplar os alunos com necessidades educativas especiais, com instrumentos e formas de avaliação diferenciados, respeitando sempre as limitações e as características dos alunos nos casos específicos.

Finalmente, a recuperação de conteúdos e notas também deve ser contemplada, principalmente quando se trata da avaliação da aquisição de conhecimentos químicos em provas ou testes escritos, por meio da retomada dos conteúdos sob novas abordagens e novas avaliações.

REFERÊNCIAS

CADERNOS TEMÁTICOS: INSERÇÃO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental, 2005.

CHASSOT, A. **Alfabetização Científica**: questões e desafios para a educação. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2003.

DIRETRIZES CURRICULARES DE QUÍMICA. Secretaria de Estado da Educação, 2008.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Jan/2007.

EDLER, R. C. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC/SEF. **Saberes e Práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Coordenação Geral SEESP/Mec. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **Caminhos pedagógicos da Inclusão**: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.

MORTIMER, E. F. & MACHADO, A H. **Química para o Ensino Médio**. V.único. São Paulo: Scipione, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. **Inclusão e Diversidade**: reflexões para a construção do projeto político-pedagógico. Semana Pedagógica, 2006.

REGO, T. C. *Vygotsky*: **Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SARDELLA, A. **Química**. Série Novo Ensino Médio. V.único. São Paulo: Ática, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1994.

SEED/PR/DEM. **Orientações Curriculares**: Química. Semana Pedagógica Fev. 2006.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.